

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RICARDO HENRIQUE CHAVES MARTINS

**RADIOGRAFIA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO
ESTADO DO PIAUÍ (PSDB – PI) NO PERÍODO DE 1988 A 2010**

TERESINA

2016

RICARDO HENRIQUE CHAVES MARTINS

**RADIOGRAFIA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO
ESTADO DO PIAUÍ (PSDB – PI) NO PERÍODO DE 1988 A 2010**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, instituições políticas e desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Instituições políticas e processos decisórios.

TERESINA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

M386r Martins, Ricardo Henrique Chaves.
 Radiografia do Partido da Social Democracia Brasileira no
 Estado do Piauí (PSDB – PI) no período de 1988 a 2010 /
 Ricardo Henrique Chaves Martins. – 2016.
 176 f.

 Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade
 Federal do Piauí, 2016.
 Orientação: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes
 Freitas.

 1. Partidos Políticos - Brasil. 2. Desempenho Político
 Eleitoral (PSDB – PI). 3. Política Piauiense. I. Título.

CDD 320.981

RICARDO HENRIQUE CHAVES MARTINS

**RADIOGRAFIA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO
ESTADO DO PIAUÍ (PSDB – PI) NO PERÍODO DE 1988 A 2010**

Dissertação apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, da
Universidade Federal do Piauí, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas
Orientador - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPI

Profa. Dra. Soraia Marcelino Vieira
Departamento de Educação de Angra dos Reis – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPI

TERESINA

2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José da Silva Martins e Rosa Maria Flora, pelos exemplos de vida.

Aos meus irmãos, Valter Chaves Martins, Yara Thalyta Chaves Martins e Gustavo Henrique Chaves Martins, pela amizade e companheirismo.

À minha esposa, Ana Amélia Soares Lima, e às minhas filhas, Naiana Maria e Marina, pelo amor, pela compreensão e pelo apoio nas horas mais difíceis por que passei.

Na UFPI, agradeço aos colegas da Auditoria Interna na pessoa do Auditor Chefe Jeferson Souza de Araújo Chaves, ao Sr. Enoque e ao mais novo integrante deste Setor Leonardo, à Pró - Reitoria de Pós Graduação na pessoa do Professor Paulo Ramalho por terem concedido o tempo de prorrogação necessário para a conclusão da Dissertação de Mestrado. Agradeço especialmente ao professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior pelo incentivo e apoio e, sobretudo, pela amizade.

Às instituições que colaboraram diretamente com o provimento de dados que fundamentaram empiricamente esta pesquisa: ao TRE-PI e Diretório do PSDB, por ter disponibilizado os bancos de dados eleitorais e informações relativas à filiação partidária dos membros; na figura da funcionária Ananci e Adália , pela colaboração nas buscas de informações junto as Atas e cadastros dos filiados e principalmente aos entrevistados; ao atual Presidente do PSDB Deputado Estadual Marden Menezes, Ex-Deputado José Reis, Antônio Reis, Glória Sandes, ao Jornalista Arimatéia Azevedo e aos demais.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Vitor Sandes, pela orientação lúcida, objetiva, inteligente, e pela autonomia intelectual confiada.

Aos professores do Programa de Mestrado em Ciência Política 2011/2013, notadamente ao Professor Doutor Ricardo Alaggio, pelos preciosos ensinamentos, econômicos e políticos, desde a minha graduação em Ciências Econômicas, nesta Universidade.

Aos demais professores, pelo profícuo trabalho para a consolidação do Mestrado.

Dedico esse trabalho a todos que contribuíram com cada “tijolo” para a realização dessa dissertação.

“Para a política, o homem é um meio; para a moral, é um fim. A revolução do futuro será o triunfo da moral sobre a política.”

Ernest Renan

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1986).....	59
TABELA 2 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1994).....	61
TABELA 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1998).....	62
TABELA 4 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2002).....	63
TABELA 5 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2006).....	64
TABELA 6 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2010).....	65
TABELA 7 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1982).....	67
TABELA 8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1986).....	68
TABELA 9 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1990).....	69
TABELA 10 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1994).....	70
TABELA 11 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1998).....	71
TABELA 12 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2002).....	72
TABELA 13 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2006).....	73
TABELA 14 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2010).....	74
TABELA 15 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1986).....	78
TABELA 16 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1990).....	79
TABELA 17 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE SENADOR – PIAUÍ (1990).....	80
TABELA 18 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1990).....	80
TABELA 19 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (1990).....	81
TABELA 20 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1994).....	82
TABELA 21 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (1994).....	83
TABELA 22 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1994).....	83
TABELA 23 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (1994).....	84
TABELA 24 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1998).....	86
TABELA 25 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (1998).....	87

TABELA 26 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1998).....	88
TABELA 27 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1998).....	88
TABELA 28 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2002).....	90
TABELA 29 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (2002).....	90
TABELA 30 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2002).....	91
TABELA 31 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2002).....	92
TABELA 32 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2006).....	93
TABELA 33 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE SENADOR – PIAUÍ (2006).....	94
TABELA 34 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2006).....	95
TABELA 35 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2006).....	95
TABELA 36 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2010).....	96
TABELA 37 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (2010).....	97
TABELA 38 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2010).....	98
TABELA 39 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2010).....	99
TABELA 40 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITURA DE TERESINA – PIAUÍ (1992).....	104
TABELA 41 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1992).....	105
TABELA 42 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO DO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996) – PRIMEIRO TURNO.....	106
TABELA 43 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996) – SEGUNDO TURNO.....	106
TABELA 44 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996).....	107
TABELA 45 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2000).....	108
TABELA 46 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2000).....	108
TABELA 47 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004) – PRIMEIRO TURNO.....	109
TABELA 48 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004) – SEGUNDO TURNO.....	110
TABELA 49 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004).....	110
TABELA 50 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2008).....	111
TABELA 51 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNCÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2008).....	112

TABELA 52 – PREFEITOS ELEITOS EM 1992 NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES...	114
TABELA 53 – PREFEITOS ELEITOS EM 1996 NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES....	115
TABELA 54 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2000.....	115
TABELA 55 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2004.....	116
TABELA 56 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2008.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ABORDAGEM ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS SEGUNDO AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS.....	32
QUADRO 2 – TIPOLOGIAS PARTIDÁRIAS.....	33
QUADRO 3 – DO MDB AO PMDB.....	48
QUADRO 4 - MESORREGIÃO DO CENTRO-NORTE PIAUIENSE.....	122
QUADRO 5 – MESORREGIÃO DO NORTE PIAUIENSE.....	123
QUADRO 6 – MESORREGIÃO DO SUDOESTE PIAUIENSE.....	124
QUADRO 7 – MESORREGIÃO DO SUDESTE PIAUIENSE.....	125
QUADRO 8 – PRESENÇA DO PSDB POR MESORREGIÃO.....	125
QUADRO 9 – PERCENTUAL DA RELAÇÃO ENTRE COMISSÕES PROVISÓRIAS E DIRETÓRIAS.....	127
QUADRO 10 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS INTEGRANTES DO PSDB E JORNALISTA POLÍTICO.....	134
QUADRO 11 - PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	135
QUADRO 12 – NOMES DOS MEMBROS DO PSDB PIAUIENSE CONSTANTES NA SUA ATA DE FUNDAÇÃO.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FUNDADORES DO PSDB POR REGIÃO BRASILEIRA.....	56
GRÁFICO 2 – DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (% DOS VOTOS VÁLIDOS) – 1º TURNO DE 1982 A 2010.....	66
GRÁFICO 3 – DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (% DOS VOTOS VÁLIDOS) – 1º TURNO DE 1982 A 2010.....	75
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS DE 1990 A 2010 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PLF/DEM, PMDB E PT) NO ESTADO DO PIAUÍ.....	100
GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS DE 1990 A 2010 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PLF/DEM, PMDB E PT) NO ESTADO DO PIAUÍ.....	101
GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DE VEREADORES ELEITOS DE 1992 A 2008 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PLF/DEM, PMDB E PT) NO MUNICÍPIO DE TERESINA (PI).....	113
GRÁFICO 7 - QUANTIDADE DE PREFEITOS ELEITOS DE 1992 A 2008 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PDS, PLF/DEM, PMDB, PSB E PT).....	118
GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PSDB NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.....	128
GRÁFICO 9 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PT NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.....	129
GRÁFICO 10 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PSB NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.....	130
GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE FILIADOS POR PARTIDO DE 2002 A 2013 (PSDB, PT E PSB) NO ESTADO DO PIAUÍ.....	131

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
DN	Diretório Nacional
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido da Democracia Cristã
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Popular
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TRE-CE	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
TRE-PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar o desempenho político e eleitoral do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Estado do Piauí, no período de 1988 a 2010. No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, processa-se a eclosão de inúmeras siglas partidárias, dentre as quais, a do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que apresentou, nos anos de 1990 e 2000, uma hegemonia no plano das eleições para a Presidência da República, bem como em diversos pleitos estaduais, a exemplo do que ocorreu em São Paulo e no Ceará. Entretanto, apesar dessa conjuntura de sucesso, o partido foi derrotado nas urnas em outros Estados, como é o caso do Piauí. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa dissertação baseia-se na busca por inferências descritivas, a partir de pesquisa documental, sobre a organização do PSDB, resultados eleitorais do partido, além da realização de entrevistas com lideranças do PSDB em âmbito estadual. O resultado do estudo sugere que a fundamentação organizacional do PSDB é caracterizada pelo pragmatismo nas eleições na capital e pouca flexibilidade para pactuar com partidos do Estado, nos pleitos para o maior cargo do executivo, contribuindo para a formação de uma estratégia eleitoral pouco exitosa, desde a sua gênese e ao longo de sua trajetória, denotando a existência de dificuldades para a promoção do partido na corrida para o Governo do Estado do Piauí.

Palavras-chave: PSDB; Desempenho político eleitoral; Governo do Estado do Piauí.

ABSTRACT

This present dissertation has the goal of analyzing the political and electoral performance of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) in the state of Piauí from 1988 to 2010. In Brazil, with the promulgation of the Federal Constitution of 1988, unleashed the appearance of many political denominations, including the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), which showed in the 1990s and 2000s a hegemony in presidential elections, as well as many state elections, such as São Paulo and Ceará. However, in spite of this successful framework, the party was defeated on the ballot box in other states, as in the case of Piauí. The methodology used to develop this dissertation is based in the search for descriptive inferences, from documental research, about the organization of PSDB, the party's electoral results, as well as interviews with the party's leadership in a state level. The results suggest that the fundamental organization of PSDB is characterized by a pragmatism in the state capital's elections and little flexibility to bond with parties in the state level for the office of governor, contributing for the formation of an electoral strategy of little success from its inception and during its trajectory, denoting the existence of difficulties for the promotion of the party to the office of Governor of the state of Piauí.

Keywords: PSDB; Political-electoral performance; Government of the state of Piauí.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 MODELO ORGANIZACIONAL DE PARTIDOS	22
1.1 Notas introdutórias.....	22
1.2 O partido político: bases organizativas.....	24
1.3 Bases organizativas dos partidos políticos na perspectiva contemporânea.....	29
1.4 Partidos Políticos no Brasil.....	36
2 O PSDB NO BRASIL	44
2.1 PSDB: antecedentes e trajetos históricos.....	46
2.2 A Gênese do PSDB e suas Bases Organizacionais.....	48
2.3 O PSDB Paulista.....	57
2.4 O PSDB no Ceará.....	66
3 PSDB NO PIAUÍ: GÊNESE, ANÁLISE DE DESEMPENHO E DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZATIVO	77
3.1 O Desempenho Eleitoral do PSDB no Estado do Piauí.....	78
3.2 O Desempenho Eleitoral do PSDB no Município de Teresina.....	104
3.3 O Desempenho Eleitoral do PSDB nos Municípios Piauienses: de 1992 a 2008.....	114
3.4 Estrutura do PSDB no Estado do Piauí.....	119
3.5 Origem do PSDB no Estado do Piauí.....	133
3.5.1 Notas Metodológicas.....	133
3.5.2 Instrumento de Coleta de dados e Sujeitos da Pesquisa.....	134
3.5.3 Instrumental Analítico.....	135
3.6 A Gênese, as bases organizacionais e o desempenho do PSDB na arena eleitoral do estado do Piauí: Perspectiva de seus atores.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	167
APÊNDICES	171

INTRODUÇÃO

São inúmeras as razões que explicam o nascimento dos partidos políticos. Os movimentos do tecido social e as construções daí obtidas, como as massas de trabalhadores – urbanos ou rurais –, as dinâmicas de causas humanitárias, ecológicas, os interesses de grupos patronais, uma imposição promovida por um governo totalitário ou, ainda, por fatores múltiplos, servem, de argumento para a gênese de agremiações políticas.

No decorrer dos anos, principalmente nos séculos XIX e XX, algumas foram as publicações que trataram dos partidos políticos, apresentando suas nuances, formas de constituição, ideologias, sua estrutura organizacional, as características de seus membros, sua metodologia de busca pelo poder, o posicionamento da sigla ao chegar à conquista do governo, o alinhamento ideológico e as contradições presentes nesse contexto. Entre os autores considerados clássicos na literatura da Ciência Política, que versam sobre as bases organizacionais dos partidos políticos, consagram-se os trabalhos de Michels (1982), Duverger (1967) e Panebianco (2005), os quais analisam tais associações dentro do contexto político europeu.

Todavia, ocorrem divergências na forma de classificar e compreender os partidos, pois alguns teóricos, a exemplo de Meneguelo (1998), Katz e Mair (1994, 2003), criticam os modelos de partidos propostos pela literatura clássica, com abordagens organizativas tradicionais, que não contemplam as mudanças ocorridas na estrutura política e social e nem as particularidades contextuais.

Contudo, nesse contexto de desenvolvimento da democracia nos moldes modernos, emergem problemas de ordem política, alçados no emblema da representatividade. Primeiro, porque as democracias modernas acontecem, em sua maioria, em territórios cujo número de cidadãos é amplo, fato que impossibilitaria a participação direta de todos na tomada de decisões coletivas. Depois, porque a grande maioria dos cidadãos dispense de pouco tempo e, muitas vezes, de baixo interesse em participar das decisões coletivas. Sobre o dilema da representatividade dos partidos políticos, afirma-se que a representação política está passando por uma crise nos países ocidentais, gerados principalmente por problemas de identificação dos eleitores com as agremiações políticas. Nas palavras de Manin (1995),

Durante décadas, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos; a grande maioria dos eleitores se identificava com um partido e a ele se mantinha fiel. Hoje, porém, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as

pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número dos eleitores que não se identificam com partido algum. Até pouco tempo atrás, as diferenças entre os partidos pareciam um reflexo das clivagens sociais. Mas hoje se tem a impressão que são os partidos que impõem à sociedade clivagens, cujo caráter "artificial" é lastimado por alguns observadores.

Em decorrência desses dois fatos é que emana a representatividade política, e desta, originam-se as agremiações, isto é, os partidos políticos. Silva et al. (2011), sobre esse contexto, assinala que os partidos, enquanto atores relevantes da arena política, surgiram na cena social somente a partir da era moderna. Sua origem tem elo com o processo de complexificação das sociedades, com a diversificação de demandas e interesses sociais, e com o reconhecimento do direito à participação política.

O problema que a representatividade ocasiona refere-se à questão de o mandato do representante dever ou não ser vinculado aos interesses que devem ser constituídos, se os do Estado ou os dos eleitores, dos grupos econômicos que financiaram a eleição do representante ou, pura e simplesmente, as vantagens pessoais do próprio representante.

À vista disso, Anastasia e Nunes (2006) destacam o papel da representação político-partidária, afirmando que a invenção da representação permitiu a vigência da democracia na sociedade atual, caracterizada pela complexidade e heterogeneidade, composta por milhões de pessoas e atravessada por múltiplas clivagens e fontes plurais de formação de identidades coletivas. O destaque a ser efetuado, nesse sentido, é o de que a natureza estrutural e funcional dos partidos políticos é extremamente complexa, demandando processos analíticos cautelosos.

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja meta se embasaria na ampliação da democracia, observou-se a difusão de diversos partidos políticos, provocando o ressurgimento de um sistema multipartidário. Desse modo, pode-se aduzir que o ambiente democrático introduziu discursos, doutrinas e filosofias diversas que se agregaram aos partidos políticos e os tornaram multifacetados, contribuindo, inclusive, para o aparecimento de outras legendas. Assim, examina-se que o Brasil, atualmente, tem partidos políticos de esquerda, de direita, de centro-esquerda, de centro-direita, e de centro, orientados sob os conceitos de quadros e de massa, apesar do viés doutrinário diverso e com pontos interceptos e divergentes entre eles. É nesse cenário plural que nasce e se desenvolve o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no ano da fundação da Carta Magna do Brasil, em 1988.

O PSDB, desde o período de sua criação até o seu momento hegemônico, nos anos de 1990 e 2000, apresentou peculiaridades, que configuraram o seu sucesso, a exemplo

das eleições presidenciais e pleitos estaduais em São Paulo e no Ceará. Entretanto, em outros estados esse desempenho se mostrou de modo distinto.

Destarte, pontua-se como questão norteadora desse estudo a seguinte indagação: como seu deu o desempenho político e eleitoral do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Estado do Piauí, no período de 1988 a 2010? Diferentemente de São Paulo e do Ceará, o Piauí é um estado em que os grupos políticos (ligados por laços de família, inclusive) dominavam o cenário político estadual há décadas. Essa mudança ocorreu, de forma definitiva, somente em 2002, com a ascensão do PT ao Governo do Estado. Nesse sentido, os grupos políticos hegemônicos do estado (ligados ao PFL, PDS e PMDB) cediam pouco espaço para novos atores políticos, mesmo com o processo de redemocratização na década de 1980. Sendo assim, o estudo de caso acerca do PSDB piauiense é fundamental para compreender o seguinte questionamento: como suas lideranças políticas, estrategicamente, definiram a trajetória do partido no estado e quais as consequências disso?

Essa pesquisa parte do pressuposto de que o PSDB concentra suas forças de articulação na capital do Estado do Piauí, em detrimento de uma menor mobilização de seus pares no interior. Desse modo, essa estrutura organizacional partidária promove uma falta de sucesso eleitoral no pleito para as eleições ao Governo do Estado, sugerindo a ausência de flexibilização e organização dos atores que compõem o partido para alavancar o PSDB em um contexto amplo no Estado do Piauí, ou seja, para além do sucesso eleitoral na capital.

Em vista disso, estabelece-se como objetivo geral desse estudo examinar o desempenho político e eleitoral do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Estado do Piauí, no período de 1988 a 2010. Como objetivos específicos, têm-se: apresentar as teorias clássicas e contemporâneas sobre os partidos políticos de forma a levantar *insights* teóricos para a compreensão do caso em análise; descrever o desempenho eleitoral do PSDB nos pleitos presidencial e estaduais; realizar levantamentos sobre a história do PSDB no Estado do Piauí, de forma a detalhar o desenvolvimento partidário da agremiação, desde a sua fundação, em 1988, e analisar sua atuação eleitoral neste Estado até 2010 e apresentar os reflexos do desempenho eleitoral do PSDB no recorte analisado para o partido no Estado em análise.

Daí surgem duas questões, anteriores ao questionamento sobre o PSDB, que servem para pensar o papel do partido como ator político democrático e competitivo, desdobrando em conclusões mais amplas para a literatura da área: o que são e o que representam os partidos políticos? Para responder a essas indagações, tratadas no primeiro capítulo, recorreu-se aos autores considerados clássicos das teorias sobre partidos políticos e

democracia, uma vez que se devem ter claros tanto a gênese das teorias sobre os partidos políticos quanto o ambiente propulsor da democracia, onde os partidos residem e transitam.

No segundo capítulo, abordaram-se aspectos organizacionais do PSDB, analisando-se a origem e a formação do partido em nível nacional, a fim de fundamentar o exame sobre a sua construção e o seu desenvolvimento no Estado do Piauí, retratando, inclusive, seu desempenho eleitoral em Estados como São Paulo e Ceará (1990 a 2010), onde o partido apresentou candidaturas exitosas, inclusive, fornecendo lideranças para compor a cúpula nacional do partido (como no caso de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, e Tasso Jereissati e Ciro Gomes, no Ceará). Esses casos são utilizados porque constituem como parâmetro de sucesso do PSDB nas eleições para o Executivo estadual. Nesse sentido é importante salientar que o PSDB nesses estados apresentou desempenho distinto do estado do Piauí. O Ceará por ser da região Nordeste, assim, como o Piauí, e São Paulo, por sua relevância econômica e política no cenário nacional. Discorrer das vitórias do PSDB em todo o cenário nacional iria tornar o trabalho extenso e cansativo. Além disso, não constitui objetivo dessa dissertação analisar os diversos casos estaduais, mas somente o Piauí.

O terceiro capítulo referencia os aspectos do desempenho eleitoral do PSDB, realizado a partir de dados de eleições no Estado do Piauí, no período de 1988 a 2010. Nesse diapasão ouvem-se seus mentores, onde através de seus discursos procura-se compreender as características desse partido e as nuances da conjuntura histórica, quando no seu surgimento e desenvolvimento organizacional.

Diante disso, utilizam-se como metodologia para a construção desse estudo inferências descritivas, fundamentadas em pesquisa documental, onde foram realizadas consultas a livros, artigos em ambiente virtual, estatutos, ata de fundação do PSDB no estado do Piauí, atas de reuniões (ordinárias e extraordinárias) do partido, além de documentos que remetem à sua história organizacional e política do partido no estado.

A pesquisa foi desenvolvida no enfoque qualitativo que se fundamenta em uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais analisadas a partir dos significados que colaboradores e/ou pesquisador atribuem ao fato (CHIZZOTTI, 1998).

Complementando as informações sobre a natureza ideológica, filosófica, doutrinária e estratégica do partido, foram entrevistados o atual presidente do partido no estado, ex-presidente, secretários e outros membros que compuseram a história de sua fundação no Piauí. Posteriormente, seus discursos foram transcritos, examinados e interpretados com base na “análise de discurso”. O propósito é compreender através dos

sentidos desses atores como se deu o processo de formação dessa agremiação e qual as características desse partido e suas mudanças ao longo do tempo, tendo como critérios suas construções ideológicas. A construção de uma interpretação do discurso vai além de uma simples decodificação. O pesquisador busca propriedades e significados além da letra, inferindo sentidos, as estruturas semânticas e psicológicas ou sociológicas. É um momento de sensibilidade, que não deve, entretanto, modificar sobre nenhuma hipótese a narrativa estruturada pelo pesquisado (BARDIN, 1977).

A interpretação de um discurso ou narrativa trata-se, portanto, de uma análise de conteúdo, e neste intervalo constitui-se num momento de sensibilidade. Nesse contexto Bardin (2011, p. 175) nos termos de Lacan afirma, que “qualquer discurso pode ser alinhado nas várias pautas de uma partitura”.

Para Orlandi (2001), o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas), ou imagens (fotografias), ou linguagem corporal (dança).

Para verificar o desempenho eleitoral do PSDB, foram levantados dados primários relativos às eleições estaduais de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010, além das eleições municipais de 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008. Nesse contexto foi contabilizado o número de filiados do PSDB e outros partidos com o escopo de evidenciar o desempenho geral do PSDB no Estado. Esses dados foram obtidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de tese elaborada por Sandes-Freitas (2015).

Embora os estudos sistemáticos sobre os partidos políticos sejam recentes, eles compõem um vasto e complexo acervo que, do ponto de vista da Ciência Política, procura elucidar um conjunto de questões que podem ser sintetizadas nos seguintes eixos: “a) o que é um partido político; b) como surgiram os partidos políticos; c) quais os tipos de partidos políticos; d) qual a função do partido político; e) quais os tipos de sistemas partidários” (SELL, 2006, p. 151).

A literatura da Ciência Política sugere, ainda, como assinala Panebianco (2005), que a estrutura interna da agremiação política também constituirá elemento fundamental na base do partido, onde ocorrem muitos movimentos gerados a partir das contradições dispostas entre os membros, contribuindo para o surgimento de posicionamentos que podem fragmentar ou fortalecer a sigla.

Dessa forma, analisar a organização partidária é condição fundamental para a compreensão do fenômeno político em países cujo arranjo é multipartidário, como no caso brasileiro¹. Muitos estudos na área de Ciência Política, realizados especialmente nas últimas três décadas, têm focado quase exclusivamente a atuação dos partidos no sistema partidário e que essa abordagem não possibilita a percepção de uma realidade mais ampla do fenômeno partidário, pois este, “antes de competir em eleições ou de participar de determinado governo, deve se constituir como organização” (ROMA, 2002, p. 72). Logo, o presente estudo parte para a análise da organização interna e externa do partido como forma de entender o seu desempenho eleitoral.

Os partidos não podem ser considerados apenas siglas partidárias às quais os políticos se vinculam para competir em pleitos eleitorais. São, acima de tudo, organizações que agregam interesses individuais e coletivos. É nessa esfera que ocorrem as negociações políticas que resultarão em alianças políticas entre os atores políticos.

Nesse sentido, é importante considerar não somente os dados sobre o desempenho eleitoral dos partidos, no caso em tela, do PSDB do Piauí, mas também o aspecto qualitativo que pode apresentar um quadro mais complexo das disputas internas do partido e/ou de seus resultados dentro da arena eleitoral.

¹ Destaca-se que a análise das organizações partidárias é fundamental também nos sistemas bipartidários.

CAPÍTULO 1 - MODELO ORGANIZACIONAL DE PARTIDOS

1.1 Notas introdutórias

Para a análise do desenvolvimento do PSDB a partir da sua estrutura organizacional, é necessário que se construa uma reflexão sobre as bases constitutivas dos partidos políticos, a qual será feita com suporte nos autores de referência acerca do tema. A construção do referencial teórico desse capítulo se enquadra na visão polivalente verificada nas construções teóricas de autores que abordam os partidos a partir de variadas perspectivas, considerando a origem e desenvolvimento dos partidos, assim como métodos de agregação de interesses individuais e coletivos, estratégias partidárias e, também, as críticas dos autores a determinadas formulações clássicas acerca do tema.

Nessa seara, é possível notar diferenças importantes sobre o conteúdo doutrinário dos partidos políticos, suas estratégias para chegar ao poder, os atores envolvidos nesse processo e as inúmeras variáveis endógenas e exógenas que se enlaçam no conteúdo de sua constituição. Nesse sentido, serão utilizados autores clássicos como Michels e Duverger, que apresentam modelos clássicos de partidos e contribuições mais recentes, já consideradas clássicas, como de Kirchheimer, Panebianco, Katz e Mair, que consideram a presença de outras estruturas caracterizadoras das agremiações políticas na contemporaneidade.

Partindo dos autores clássicos citados, conforme a orientação desse trabalho, os partidos políticos devem ser entendidos por uma perspectiva interna e, não somente externa (na sua relação com o eleitorado, por exemplo) observando suas peculiaridades, características, traços internos, fundamentais para compreender sua atuação na arena eleitoral, legislativa e governamental (VEIGA; BRAGA, 2008, p. 3).

Feitas tais elucidações, o primeiro capítulo desse estudo apresenta-se com a finalidade de fornecer massa crítica para o entendimento funcional dos partidos na atualidade, de modo particular, do PSDB. A partir da observação da máquina ou engrenagem partidária em busca do sucesso eleitoral, podem-se verificar as estratégias presentes no horizonte da dinâmica partidária. Nesse diapasão, os autores retrocitados fornecem instrumental avaliativo importante para a emergência dessa temática, envolvida de complexidade analítica e demandando conteúdo histórico para o entendimento do partido político no tempo presente.

É necessário destacar, no entanto, que as bases organizativas de um partido político vão além das propostas constituídas pelos autores em tela. Os estudos elaborados

pelos teóricos da Ciência Política, que se concentraram, sobretudo, na Europa dos séculos XIX e XX, não esgotam as possibilidades de razões que explicam a origem e a organização dessas agremiações. Esses estudiosos estruturaram suas considerações em enredos distintos da contemporaneidade.

No entanto, as concepções mais clássicas tendem a criar categorias e classificações dos partidos políticos que não necessariamente se enquadram em contextos específicos, como asseveram Gunther e Diamond (2015, p. 9-10):

[...] com a ausência de uma tipologia ampliada e atualizada sobre partidos políticos, o pequeno número de modelos que compõem a maioria das tipologias comumente utilizadas leva a uma excessiva “elasticidade do conceito”. Categorias inadequadas foram aplicadas a legendas partidárias recém-criadas cujas características diferem notadamente daquelas que formaram a definição original de modelo de partido. Na verdade, isso representa uma tentativa de encaixar quadrados em círculos. Tanto os estudos empíricos quanto as construções teóricas podem ser enfraquecidas por hipóteses infundadas de aspectos comuns (se não uniformes) de partidos que são, na verdade, bastante variados, e pela aplicação inapropriada de rótulos a partidos cujas características organizacional, ideológica e estratégica diferem significativamente do protótipo original. [...] Portanto, apesar de reconhecermos que muitas contribuições valiosas dos estudos empíricos sobre as organizações partidárias se basearam nos modelos tradicionais da Europa Ocidental, acreditamos que o estudo dos partidos em outras regiões do mundo, assim como tentativas de apreender melhor a dinâmica das “novas campanhas políticas” das décadas recentes (ver PASQUINO, 2001), seria melhorado consideravelmente por meio de uma reavaliação e ampliação desses modelos.

Partindo dessa crítica de Gunther e Diamond, é importante partir dos pressupostos teóricos clássicos para poder, à luz dos casos particulares em análises, reaviá-los, inserindo novas variáveis de análise, construindo novas abordagens. Atualmente, por exemplo, é possível notar o componente tecnológico como variável necessária para a compreensão dos partidos políticos durante o processo eleitoral ou, ainda, as ações sofisticadas de *marketing* criando identidades eleitorais, elementos que no período de avaliação elaborado pelos autores citados no início desse estudo, não ocorriam ou eram subestimados.

As tipologias de partido político aqui expostas referem-se às ideias dos autores entendidos como basilares nesse quesito, ou seja, ao processo de análise das bases organizativas dos partidos políticos. Na literatura vigente, a Ciência Política consagra tais teóricos, já que são os precursores² na sistematização dos estudos sobre origem e o

² A vertente clássica constitui uma das primeiras áreas de estudo de que a Ciência Política se ocupou, sendo o seminal trabalho de Robert Michels, “Sociologia dos partidos políticos”, de grande importância para a consolidação da disciplina. Em seu estudo sobre o Partido Social Democrata Alemão (SPD), o autor nos mostra a importância que as primeiras escolhas possuem para o desenvolvimento partidário, visão que seria

desenvolvimento das organizações partidárias, mas também apresenta estudiosos que afirmam ocorrer uma crise nos partidos políticos.

A primeira e talvez mais emergente pista que pode ser citada, segundo Mair (2003), para ilustrar o declínio dos partidos enquanto instituições, diz respeito ao seu recente e dramático desaparecimento como organização de membros. Outras razões são denotadas pelo autor em tela, constatando a evidência das organizações partidárias mostrando-se, cada vez mais, incapazes de atraírem a atenção e a simpatia das massas. Entretanto, é pertinente destacar a relevância dos partidos como organizações que agregam interesses, na organização da vida legislativa, no recrutamento e lançamento de candidaturas, dentre outras possibilidades.

Um sintoma dessa transformação pode ser examinado dentro das próprias organizações partidárias, pois “diversas descrições da vida interna dos partidos de diferentes países referem-se quase unanimemente a níveis sem precedentes de declínio de ativismo partidário, mesmo entre os membros que permanecem filiados” (MAIR, 2003, p. 279).

Os partidos, ainda que tenham o seu papel modificado na sua relação com a sociedade, têm sido fundamentais na agregação de interesses. Assim sendo, partidos políticos continuam importando nas democracias contemporâneas. Baseado em tais considerações, o foco será discutir o papel dos partidos, a partir da literatura clássica da área, a qual fundamenta as principais bases organizativas desenvolvidas ao longo do século XX, que será objeto do tópico seguinte.

1.2 O partido político: bases organizativas

Para Amaral (2013), há mais de cem anos, os teóricos da política reconhecem a importância e a necessidade dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos. É por meio deles que as democracias se estruturam e a competição política se organiza. Embora exista muita divergência sobre como as agremiações políticas funcionam e se comportam, há praticamente uma pacificação em torno de sua relevância para a viabilidade das democracias representativas.

Na abordagem de Oppo (1998, p. 899) sobre o surgimento dos partidos, eles aparecem, pela primeira vez, naqueles países que passaram a adotar formas de governo representativas, ou seja, em ambientes democráticos e orientados pelo sufrágio. Não é que os

compartilhada por Ângelo Panebianco quase setenta anos depois, e que permanece atual até hoje, praticamente cem anos após a publicação de seu trabalho (MAYER, 2011, p. 5).

partidos nasçam espontaneamente com o governo representativo, mas porque os processos civis e sociais que levaram a essa forma de governo, que previa uma gestão do poder por parte dos "representantes do povo", teriam depois direcionado a uma progressiva democratização da vida política e à integração de setores mais amplos da sociedade civil no sistema político.

Logo, pode-se dizer que a gênese e a evolução dos partidos estão relacionadas à questão da participação, ou seja, à progressiva ampliação de sua demanda no processo de formação das decisões políticas por parte de classes e estratos diversos da sociedade, a qual se constitui de modo mais intenso nos momentos das grandes transformações econômicas e sociais que abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as suas relações do poder.

Nesse ínterim, surgem grupos mais ou menos amplos e organizados que se propõem a agir em prol de uma ampliação da gestão do poder político a setores da sociedade que dela ficavam excluídos ou que sugeriam uma estruturação política e social diversa da própria sociedade. A forma de mobilização e as classes sociais envolvidas, além da organização política de cada país, direcionam, em grande parte, as características distintivas dos grupos políticos que assim se estruturam. Então, sugere-se que os ambientes democráticos são espaços propícios para o surgimento de siglas partidárias, aqui entendidas como uma possível condição e não uma determinação, visto que em governos totalitários também ocorre à existência de partidos políticos.

Na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, o sistema partidário orientou-se por um modelo ininterrupto e linear, ambientando-se desde cedo com um governo responsável, representado pela monarquia constitucional, e com os grupos parlamentares que gradativamente se constituíram enquanto partidos no Parlamento. Assim, o monarca tinha de, continuamente, prestar contas sobre o seu governo (SARTORI, 1976).

Nesse espaço, originaram-se os partidos na Inglaterra, em uma ilha fechada do restante do continente europeu, sob a Revolução Industrial e com uma sociedade homogênea. Em 1832, com a reforma eleitoral inglesa, iniciaram-se as alterações no sistema político. Com a expansão do direito ao voto, os grupos parlamentares passaram a demandar o sufrágio e tornaram-se partidos eleitorais ou grupos parlamentares com comitês eleitorais, sofisticando sua metodologia em busca de poder.

Inúmeras são as possibilidades referentes à origem dos partidos políticos. Contudo, é consenso na literatura que o crescimento e a diversidade dessas agremiações ocorreram principalmente por meio do amadurecimento dos regimes democráticos e da consolidação do sufrágio universal como mecanismo de chegada ao poder.

Entre as definições clássicas de *partido político*, está a seguinte conceituação, elaborada por Max Weber (1980): partido seria organismo sujeito a uma crescente burocratização, predomínio das regras racionais, hierarquização e impessoalidade nas relações de dominação. Entretanto, com a ampliação do sufrágio, no final do século XIX e início do século XX, essas agremiações sofreram processos de transmutação, ou seja, os antigos chefes honoráveis que gozavam de prestígio social gradativamente vão perdendo espaço para líderes mais próximos das massas, esses com a finalidade precípua de conquistar a confiança do eleitorado, cada vez mais exigente e complexo, fruto da democracia de massa em expansão.

Para Oppo (1998), o partido político é definido como sendo:

uma associação [...] que visa a um fim deliberado, seja ele “objetivo”, como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja “pessoal”, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente (OPPO, 1998, p. 899).

Logo, a partir das duas concepções citadas acima, os partidos podem ser compreendidos como organizações formais, hierárquicas e burocráticas, que têm como objetivo a conquista do voto (para a conquista de cargos eletivos) e de benefícios políticos (cargos não-eletivos e distribuição de outros recursos), ou seja, do poder.

É válido destacar que o direcionamento que as lideranças dão ao partido é fundamental para determinar quais os objetivos da agremiação. Para Michels (1982, p. 83) as agremiações partidárias “[...] a organização e a força do partido ainda são fracas, a influência do chefe é direta e pessoal”. A massa sente uma inclinação no sentido de curvar-se aos indivíduos que os representam, sugerindo, portanto, a transformação do partido de massa em oligarquia. Inevitavelmente, produziria uma situação de dominação de líderes sobre seus seguidores, com a oligarquização como consequência, observadas as perspectivas de Weber (1980), Oppo (1998) e Michels (1982).

Os partidos, na concepção de Michels, seriam, portanto, objeto de controle de oligarquias, ou seja, grupos minoritários que criariam estratégias de perpetuação no poder. As massas, sem capacidade de organização, ficariam sob o controle de suas lideranças, que utilizariam a organização partidária para fins políticos do seu grupo.

Nesse contexto, Braga (2012) afirma que a natureza de qualquer organização seria tal que as ações de liderança ficariam livres de controle e nunca poderiam ser totalmente responsabilizadas por aqueles membros que ocupassem posições intermediárias ou subsidiárias dentro da organização.

Desse modo, enquanto organização seria inevitável, em sociedades complexas e democracias de massas, qualquer aparato organizacional que atingisse determinado tamanho e certo grau de complexidade.

Recorrendo à literatura clássica, no que se refere à gênese dos partidos políticos, Duverger (1967) salienta duas possibilidades: aqueles que emergiram dentro dos parlamentos, e os que se originam das massas. Os partidos políticos, segundo Duverger, se dividem em partidos de quadros, estes são provenientes de grupos privilegiados, entendidos como elite. Sua atuação ocorre principalmente no período eleitoral, portanto, diferenciando-se do segundo modelo de partido destacado pelo autor em tela, o partido de massa, que tem no interesse de uma coletividade, convergindo de uma ideologia, sua razão de promoção. Na concepção do autor, ambos são entendidos como partidos de tipologia moderna (DUVERGER, 1967).

Conforme Duverger (1967), em suas ideias sobre os partidos políticos, essas agremiações se desenvolveram dentro do contexto democrático, portanto, associado ao sufrágio universal. Sua gênese é constituída, segundo Duverger, levando em consideração dois institutos: os grupos parlamentares e comitês eleitorais, apresentando uma manifestação, na qual o retrocitado teórico intitula de “exterioridade”. A manifestação teórica do autor se explica no seguinte esquema: “criação de grupos parlamentares³, de início; surgimento de comitês eleitorais, em seguida; enfim, o estabelecimento de uma ligação permanente entre esses dois elementos” (p. 20).

Sobre o desenvolvimento dos partidos políticos de quadros, para Duverger (1967) os principais membros são formados por “notáveis”, pessoas de prestígio que servem para captar votos, capazes de arregimentar eleitores. Estes detinham uma boa penetração entre setores privados. A limitação do sufrágio contribuía para que os parlamentares desses partidos não se preocupassem em conquistar um número expressivo de votos. Em geral, em um ambiente de regime censitário, precisavam conquistar somente o apoio das elites econômicas das quais também faziam parte.

Nesse período, não havia partidos socialistas, desse modo, os partidos burgueses e conservadores não viam a necessidade de recrutar membros e criar um partido competitivo em termos eleitorais. Com a ampliação do sufrágio, a estrutura dessas associações foi radicalmente alterada, chegando ao que seria o segundo “estágio” na história partidária: os

³ Conforme Duverger (1967) na Constituinte francesa de 1789 os deputados de algumas províncias se percebiam deslocados em Versalhes, criando grupos para se sentirem representados em seus interesses locais, entretanto, outros argumentos de caráter ideológico iriam se manifestar mais tarde, e que iriam atrair deputados de outras províncias. No que se refere a gênese do PSDB o movimento parece semelhante ao posto por Duverger nesse período, conclusão que será apresentada nos capítulos dois e três desta dissertação.

partidos de massa (DUVERGER, 1967). Os partidos de massa são agremiações fundadas nos movimentos sociais, portanto, fundamentados numa ideologia, como exemplos desses partidos estão o partido socialista, comunista e fascista.

Diferente do cenário anterior, as organizações de massa ampliaram de forma expressiva a participação da população enquanto membros dos partidos. Tais agremiados eram os militantes, mais ativos na vida partidária do que eleitores ou simpatizantes. O Partido Social Democrata Alemão, por exemplo, chegou a conquistar mais de um milhão de membros em 1914 (DUVERGER, 1967).

Panebianco (2005), em sua construção sobre essas agremiações, considerações referentes a esse tipo de classificação, disposta pelos clássicos ora citados, onde relacionam, por exemplo, a origem do partido político ao extrato social. Panebianco (2005) faz alusão a dois tipos de preconceito: o primeiro refere-se ao sociológico, e, o segundo, teleológico.

O preconceito sociológico, para Panebianco (2005, p. 4), “consiste em considerar as atividades dos partidos [...] como produtos das demandas sociais por eles representados.” De acordo ele, o determinismo empregado no processo analítico sobre os partidos políticos limita as possibilidades de interpretação das bases organizacionais dessas agremiações. Nas palavras de Panebianco (2005, p. 5), “o preconceito sociológico não deixa ver que entre os partidos e o sistema das desigualdades sociais existe uma relação complexa.” Logo, preconceito sociológico consiste em considerar as atividades dos partidos como o “produto” das demandas dos grupos sociais por eles representados, e que os partidos nada mais são do que a manifestação das divisões sociais em âmbito político. No caso do PSDB, por exemplo, observa-se que ocorre uma denominação da sigla, como será observado posteriormente, como uma agremiação de elite, e, portanto, atenderia, conforme esse preconceito os interesses da elite, culminando em outra tipologia, o preconceito teleológico. O preconceito teleológico, para o referido autor, consiste na relação efetuada entre os objetivos de um partido e o comportamento deste. Nesse contexto, ocorre a rotulação dos “partidos revolucionários” (partidos que têm como “objetivo” a revolução), “partidos democráticos” (têm como objetivo defender a democracia) etc. (PANEBIANCO, 2005, p. 7). O preconceito teleológico é igualmente difundido com o preconceito sociológico, consistindo em atribuir alguns objetivos aos partidos que representam a sua razão de ser.

Ademais, esse autor sugere a concepção dos partidos a partir de quatro dilemas organizativos que, segundo Silva (2010), seguindo a perspectiva aberta por Michels (1982) e Panebianco (2005), consideram que todo partido está confrontado com os seguintes “dilemas organizativos”, os quais ele deve equilibrar de algum modo ao longo de seu desenvolvimento:

a) modelo racional *versus* modelo do sistema natural; b) incentivos coletivos *versus* incentivos seletivos; c) adaptação ao ambiente *versus* predomínio; d) liberdade de ação *versus* coerções organizativas.

Durante o seu processo de construção e consolidação, uma organização voluntária precisa distribuir incentivos para recrutar e manter seus membros na atividade – que podem ser distinguidos em três tipos: coletivos de identidade, seletivos materiais e seletivos de *status*. O primeiro refere-se à ideologia e aos objetivos do partido e a identificação dessas com seus membros, a agremiação é constituída por indivíduos que comungam de interesses filosóficos e ideológicos, por exemplo. Entretanto, a rotina que impõe a necessidade da sobrevivência material e repleta de outras atividades acaba dissolvendo esses interesses no campo das ideias como mecanismo gravitacional exclusivo para atrair membros para o partido político, a partir dessa constatação o vetor de necessidade se direciona para os incentivos seletivos materiais, relacionados às questões financeiras ou ainda os incentivos seletivos de *status* como ocupar um cargo de direção. Para Panebianco (2005), para recrutar e manter seus membros, um partido deve ser organizar nessas perspectivas.

Silva (2010) relata que a “ideologia” partidária e os escopos dela provenientes emprestam identidade ao partido, possibilitando a identificação dos indivíduos com a sigla (incentivos coletivos). Porém, como existem inúmeros tipos de óbices que se projetam para a dedicação de todos em tempo permanente à organização (seja de ordem familiar, financeira etc., além, é claro, da incerteza de que esses objetivos serão atingidos e da importância de sua ação individual), ocorre, portanto uma descontinuidade da atividade da maior parte dos membros partidários.

Desse modo, para assegurar a longevidade do partido, é primordial que a agremiação distribua recursos financeiros (incentivos seletivos materiais) e cargos de direção – que atribuem *status* e poder aos seus ocupantes (incentivos seletivos de *status*). Essa distinção entre diferentes tipos de incentivos permite evitar dois erros dispostos: o de considerar o partido como um instrumento singular para realização de uma causa (modelo racional) ou como um mecanismo gerador de interesses próprios (sistema natural).

1.3 Bases organizativas dos partidos políticos na perspectiva contemporânea

Conforme Amaral (2013), nos anos 1960, a compreensão predominante na literatura de que os objetos centrais dos partidos de massa se universalizariam passou a ser

questionada pelos especialistas em partidos políticos, a partir da constatação de mudanças estruturais e comportamentais de algumas agremiações na Europa Ocidental. A demanda em representar uma multiplicidade de grupos manifestou uma reconfiguração partidária em direção a uma flexibilização de identidades coletivas.

Dentre os teóricos da Ciência Política que sistematizaram essas transformações e propuseram um novo modelo, mais apto a explicar as novas características dos partidos políticos, foi Kirchheimer (2012) quem concebeu o conceito de partido *catch-all*. Para o autor em tela, houve a redução da polarização social e política a partir da combinação de crescimento econômico e o desenvolvimento do Estado de Bem-estar Social, o que reduziu a relevância da ideologia e, logicamente, das distinções de classe que levavam à disputas políticas caracterizadas pela existência do clássico partido de massa. Assim sendo, os partidos de massa não deixaram de existir, mas se transformaram em agremiações com fraco apelo ideológico, buscando o sucesso eleitoral, esvaziando os partidos ideologicamente.

Essas mudanças no contexto social, portanto, expressaram uma mudança de perspectiva e posicionamento em relação ao comportamento dos partidos políticos e que segundo o autor em tela enxerga esse processo como algo não positivo, assim comentando em seu texto “[...] esse processo como algo negativo e que poderia ameaçar a democracia, em decorrência da pouca diferenciação dos partidos e do conseqüente desencanto dos cidadãos com o governo representativo” (p. 350). O partido *catch-all* para Kirchheimer (2012, p. 372) seria:

O potencial de integração do partido de massa *catch-all* baseia-se na combinação de fatores cuja finalidade resultante visível é a atração do máximo número de eleitores no dia da votação. Para obter tal resultado, o partido *catch-all* deve ter conseguido entrar em milhões de mentes como se fora um objeto familiar, preenchendo na política um papel análogo àquelas grandes marcas no mercado de artigos de consumo de massa universalmente necessários e altamente estandardizados. Não importa quais sejam as particularidades inerentes ao líder partidário, que, inclusive, garantiram sua ascensão no interior da organização, assim que for selecionado para a liderança, ele deve adaptar rapidamente seu comportamento segundo os requisitos da padronização.

As elucidações de Kirchheimer (2012) representaram uma inversão, por exemplo, com relação à hipótese de Duverger (1967) e Michels (1982), que agregam suas explicitações sobre os partidos políticos e suas tipologias ao conceito de classe social (partido de massas e de quadros, por exemplo). Kirchheimer (2012) considera que os avanços no contexto social diluem as concepções partidárias, as ideologias perdem espaço.

Katz e Mair (1992) identificaram a emergência de um novo modelo de partido nas democracias contemporâneas, o “partido cartel”. O que orientaria o partido cartel é sua ligação com o Estado, apontadas como essenciais para a aquisição de recursos necessários para a sobrevivência da organização.

No que se refere à disputa interpartidária, o modelo de partido cartel institui que mais importante do que vencer eleições é garantir o acesso aos recursos estatais vitais para a sobrevivência das organizações. Dessa forma, interessam aos partidos mais expressivos tanto a cooperação para a manutenção dos canais de financiamento do Estado quanto o bloqueio da ascensão de *outsiders* por meio de restrições legais (KATZ; MAIR, 1992).

Ainda de acordo com os referidos autores, elementos sociais, culturais e políticos, além das próprias características dos partidos de tipo *catch-all*, foram os responsáveis pela gênese desse novo paradigma partidário. A diminuição gradativa nos níveis de participação da população nas atividades partidárias, a maior volatilidade do eleitorado e o crescente distanciamento com relação às bases partidárias fizeram com que as agremiações políticas estreitassem seus vínculos com o Estado.

Esse é um elemento relevante da proposição teórica dos autores pois, para eles, a evolução dos partidos políticos nas democracias ocidentais é reflexo de um processo dialético, no qual cada novo tipo de partido produz uma série de reações que estimulam seu próprio desenvolvimento e o surgimento de um novo modelo (KATZ; MAIR, 1992).

As inovações teóricas de Katz e Mair (1992) sugerem uma requalificação mais ampla no estudo dos partidos políticos. No lugar de mencionar declínio e fracasso, deve-se falar em alinhamento e mudança (KATZ; MAIR, 1992).

A ruptura com a visão unitária de partido político permite a Katz e Mair (1992) qualificar os diferentes tipos partidários e compreender suas mudanças a partir da interação – e das relações de poder – entre suas inúmeras faces. Para eles, o partido de tipo *catch-all* pode ser caracterizado, também, por uma peculiar condição de conflito entre a base e a face pública da agremiação. Ambas buscam, por meio da direção partidária, subordinar a outra.

Já as organizações partidárias contemporâneas, mais próximas do modelo de partido cartel, apresentam uma posição privilegiada da face pública ante as outras duas. Nas palavras dos autores: “[...] sugerimos que o desenvolvimento das organizações partidárias na Europa ultrapassou o período do partido *catch-all* e entrou em uma nova fase, na qual os partidos encontram-se cada vez mais dominados [...] pela face pública do partido” (KATZ; MAIR, 2002, p. 122).

As abordagens sobre a origem e as organizações dos partidos são inúmeras e, por isso, de complexo esgotamento, até porque a cada dia surgem novas associações e novas perspectivas analíticas. Todavia, os quadros a seguir sintetizam as principais ideias dos autores clássicos e contemporâneos, ora esboçadas, e as tipologias de partidos aqui representadas.

O quadro 1, a seguir, sintetiza as abordagens sobre a organização dos partidos na visão dos autores Michels (1982), Duverger (1970), Panebianco (2005), Kirchheimer (2012) e Katz e Mair (1992).

QUADRO 1 – ABORDAGEM ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS SEGUNDO AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

AUTOR	ABORDAGEM
Robert Michels (1876 – 1936)	Os partidos foram transformados em oligarquias, apesar de sua origem no movimento das massas e de seus dirigentes, devido à ampliação do partido (causa da desestruturação da democracia interna do partido) e ao controle exercido pelos seus gestores na estrutura organizacional. O exercício da liderança, no contexto partidário, é a causa dessa transmutação. O conhecimento estrutural e das estratégias partidárias pelos líderes é a causa explicativa desse processo de mudança de partido de massa para partido oligarquizado.
Maurice Duverger (1917 – 2014)	A origem do partido, quanto à sua ideologia, deve ser usada como variável explicativa no tratamento da organização, do desenvolvimento e do comportamento dos partidos políticos. Partindo dessa perspectiva, classificam-se em: partido de quadro e partidos de massa. O primeiro tem origem no parlamento (burguesia), é descentralizado, de direita e seus líderes apresentam prestígio social (conservadores e liberais); o segundo origina-se dos movimentos sociais (massas), é de esquerda, descentralizado, ideológico, com organização interna de alta intensidade, forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias, rigorosos requisitos de filiação, financiamento compartilhado entre os membros do partido e subordinação dos parlamentares ao mesmo.
Ângelo Panebianco (1948)	Combina, como variáveis para compreender o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos, o modelo genético e o grau de institucionalização das agremiações. A primeira ocorre a partir da penetração territorial, com presença, ou não, de uma instituição que legitime o partido (sindicato, por exemplo) e caráter carismático, ou não, do mesmo, que pode ser verificado a partir da identificação da instituição como um veículo construído para a afirmação de uma liderança carismática. A segunda reporta-se à estabilização da organização, que pode ser evidenciada observando-se o grau de autonomia em relação ao ambiente, entendido como a capacidade de o partido controlar os recursos necessários para o seu funcionamento, e ao grau de sistematicidade, compreendido como a coerência estrutural interna do partido. Para analisar o mapa organizativo de uma agremiação, o passo inicial é investigar sua estrutura de poder. Para isso, deve ser verificado como o poder é distribuído em seu interior, como se reproduz e, finalmente, como se modificam as relações de poder e com quais consequências.
Otto Kirchheimer (1905 – 1965)	As mudanças sociais e políticas na Europa dos anos de 1960 provocaram transformações importantes nos modelos de partidos até então propostos pelos clássicos Michels (1876-1936), Duverger (1917-2014) e Panebianco (1948), resultando em características partidárias configuradas por: a) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de interesse variados. O autor propõe os seguintes modelos de partido: partidos burgueses de representação individual, partidos classistas de massa, partidos de massa denominacionais e partidos do tipo <i>catch-all</i> .
Mair e Katz (1997)	Referem-se ao partido cartel. Esse partido se caracteriza pela sua manutenção e depender do Estado. Nesse sentido o provedor de recursos para a agremiação seria o acesso ao governo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro 1, pode-se considerar que os partidos políticos foram analisados pela perspectiva de sua organização e se diferenciam ao longo do tempo. Os autores efetuaram processos analíticos em estruturas e conjunturas políticas em momentos distintos, daí um dos motivos de suas avaliações, sobre as bases organizativas dos partidos serem divergentes. Nesse contexto, o quadro 2 verifica, de forma sintética, as tipologias de partidos apresentadas pelos autores.

QUADRO 2 – TIPOLOGIAS PARTIDÁRIAS

Tipologia	Representação	Grupo dominante	Força do centro partidário	Número de membros	Objetivo principal
Quadro	Pequena	Parlamentar	Fraco	Pequeno	Ganho das eleições
Massas	Pequena	Dirigente	Forte	Grande	Crescimento
Catch-all	Média	Conflituosa	Instável	Grande	Ganho das eleições
Cartel	Grande	Governo	Fraco	Declínio	Ocupação de cargos

Fonte: Mayer (2011, p. 20).

É importante salientar que os quadros 1 e 2, ora expostos, tratam de uma síntese sobre as características dos autores considerados clássicos da Ciência Política e não esgotam as ideias principais relativas a esses elementos. Em relação ao quadro 2, é interessante evidenciar que as tipologias estruturadas por Mayer (2011) resumem a produção da literatura concernente ao tema, que foi desenvolvido ao longo dos séculos XIX e XX, e não esboçam referência a outros processos analíticos da contemporaneidade.

É válido destacar, no quadro 2, que os partidos deixam de ser organizações com vínculos estreitos com determinados segmentos sociais para ser mais representativas, abarcando um maior eleitorado (partidos *catch-all*) e, aproximando-se do governo, passando a ter um grupo dominante que atua dentro do Estado (partido cartel). Assim, é possível compreender que a busca dos partidos contemporâneos, aliando as duas teorias, seja por votos e cargos.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a questão ideológica, já destacado pelos autores clássicos da teoria de partidos, como Michels e Duverger, por exemplo. A classificação ideológica mais conhecida coloca os partidos em um espectro direita-esquerda. Sobre esses aspectos dos partidos políticos, Silva e Cavalcante (2012, p. 5), assim, abordam:

A origem da definição ideológica das legendas partidárias, dividindo-as inicialmente entre direita e esquerda, se originou durante as reuniões que anteciparam à revolução de 1789, onde à direita do rei estava posicionada a nobreza, e à esquerda a burguesia e a massa camponesa, que eram contrários as posições aristocráticas e monárquicas da nobreza; defendiam a implantação da democracia através de uma mudança radical na sociedade.

Conforme Silva e Cavalcante a classificação entre partidos de direita e esquerda emergiu provavelmente no final do século XVIII, na Assembleia Constituinte francesa (instalada logo após a 6 tomada da Bastilha em 1789), a partir da posição dos assentos dos partidários que formavam a assembleia. No lado esquerdo estavam os jacobinos⁴ formados pelos partidários mais radicais e à direita os girondinos⁵ constituído pelos partidários mais conservadores. Entretanto, essa divisão foi ganhando amplitude à medida da complexificação da sociedade. O advento do socialismo e seu conteúdo doutrinário, por exemplo, foi incorporado ao discurso dos partidos de esquerda com o teor da contrariedade as desigualdades sociais, provocadas pelo capitalismo, isso ainda no final do século XIX, sendo esse discurso fortalecido durante o século XX. Entretanto, com a emergência de inúmeras agremiações políticas no decorrer do século XX foram eclodindo partidos que não se enquadravam em nenhuma das linhas até então estabelecidas. Conforme Silva e Cavalcante (2012, p. 6), uma nova nuance se apresentaria: os partidos considerados de centro.

[...] a complexidade das relações econômicas e sociais surgidas no decorrer do século XX fez emergir uma gama de agremiações partidárias que não estavam ideologicamente alinhados a nenhuma das classificações anteriores. Por esta razão, surgiu uma terceira classificação que identificava essas legendas como pertencentes ao centro. Os partidos de centro são visualizados como grupos de interesse que não estão alinhados nem a defesa do capitalismo, nem a defesa do socialismo. Por esta razão, no caso dos sistemas que aceitam coalizões entre partidos de matriz ideológica diferentes, o centro é aquele que oscila entre os dois pólos, e tanto pode assumir posições próximas à esquerda quanto à direita, dependendo da matéria e das questões em disputa. Sobre a crise de identidade que assola a correta definição sobre esquerda e direita, dois motivos são citados pelos intelectuais como principais para o enfraquecimento dessa díade: primeiro a crise do comunismo, representada pela queda do muro de Berlim em 1989, e segundo a complexidade das sociedades contemporâneas, que apresentam diversas 7 clivagens sociais dificultando assim o estabelecimento de uma separação nítida entre duas partes opostas.

Observando a perspectiva tratada pelos autores, verifica-se que ocorrem três campos ideológicos: a esquerda, o centro e a direita. Entretanto, para a literatura essa classificação não conseguiria traduzir a complexidade da sociedade atual e seus representantes partidários, dentre os autores que destacam tal premissa encontra-se Bobbio (2001), onde trata

⁴ Representavam os interesses da pequena burguesia e do proletariado urbano, defendiam também a implantação da república.

⁵ Defendiam o livre mercado e a propriedade privada eram constituídos pela grande burguesia mercantil.

de outras matrizes teóricas que questionam a existência da díade esquerda/direita, como também estudiosos que corroboram com essa matriz como Giddens (1999) afirmando ser à esquerda a procura pelas mudanças sociais visando à igualdade política, social e econômica; já a direita encontra-se alinhada a raízes tradicionais contrárias a mudanças que também visam à igualdade.

Entretanto, outro conceito fundamental, para o entendimento dos partidos políticos, sobre todos os seus pontos de análise, refere-se ao pragmatismo. Desse modo levanta-se um questionamento, ou seja, do campo de vista ideológico para o mundo real, as ideias daquele partido são condizentes para resolver as demandas da sociedade e assim fundamentar o partido como pragmático? Outro questionamento, entretanto pode ser constituído, ainda a esse respeito, sob o ponto de vista para o partido chegar ao poder sua ideologia pode ser demarcada por partidos com orientação filosófica diferenciada, em caso de coligações, e ainda o partido permanecer fiel a sua ideologia, e, portanto, intitular-se de partido ideológico?

As abordagens dispostas mostram uma classificação dos partidos políticos que se enquadram, inicialmente, em um determinismo, pois estavam associados diretamente aos extratos sociais e suas características. Com a evolução da democracia e o advento do sufrágio, essas instituições adquiriram constituições mutáveis para chegar ao poder e manter a longevidade de suas agremiações.

É importante, então, retroceder à fase constitutiva do partido para analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento da organização partidária. Então, o presente estudo vincula-se diretamente a essa abordagem, pois possibilita o conhecimento mais detalhado da estrutura organizacional do PSDB no Estado do Piauí, assim como das estratégias políticas procedidas desde o seu surgimento, em 1988.

A análise acerca da consolidação do PSDB e de seu respectivo desenvolvimento em nível nacional e local parte das variáveis tratadas pelos autores discriminados anteriormente. O capítulo segundo desta dissertação tratará das relações aqui apresentadas e da natureza agregada ao PSDB ao longo de sua estruturação.

É possível notar que o partido em estudo apresenta características inúmeras que o classificam como complexo. Contudo, para que ocorra uma conversação entre a linguagem dos clássicos e a natureza organizacional do PSDB, é imprescindível a apresentação da história, do modelo de organização e das estratégias recentes de atuação desse partido, no Estado do Piauí e, de modo particular, em sua capital.

Outrossim, é relevante comungar a necessidade de processos analíticos sofisticados sobre o PSDB na discussão com os autores retrocitados para não direcionar sua constituição avaliativa aos preconceitos sociológico e teleológico, como salientado por Panebianco (2005).

Para esclarecer historicamente a gênese do PSDB e entender suas características e posicionamento ideológico é necessário demonstrar como essas agremiações se consolidaram no Brasil, ao longo do século XX, principalmente. O propósito é entender como esses institutos evoluíram ao longo do tempo e que tipo de qualidade emprestou ao partido em tela. Desse modo o próximo tópico trata da história dos Partidos políticos no Brasil.

1.4 Partidos Políticos no Brasil

A história dos partidos políticos no Brasil tem na Proclamação da República em 1889 um divisor importante referente ao desenvolvimento dessas agremiações, devido às condições desse regime propiciar a gênese de uma conjuntura mais democrática, diferente do regime monárquico, até então predominante. A consolidação da democracia, em meados do século XX, entretanto, provoca uma maior multiplicidade desses institutos, saindo de contextos “de poucos partidos políticos”⁶ (no ambiente imperial) para a formação de um sistema multipartidário, com alta fragmentação, ou seja, com poder extremamente disperso.

Assim, nesse tópico, procura-se demonstrar diversas conjunturas que se desenvolveram, principalmente ao longo do século XX, que provocaram a gênese dos partidos políticos no Brasil. Contudo, por questões de plausibilidade teórica dar-se maior ênfase ao contexto histórico, a partir de 1946, seguindo proposta de recorte de Schmitt (2000), que estrutura importante obra sobre Partidos políticos no Brasil. O propósito é compreender as nuances históricas que compuseram o arcabouço dessas agremiações e resultaram nos modelos de partidos atualmente constituídos no Brasil, dentre os quais o próprio PSDB.

As primeiras organizações partidárias no Brasil datam do período imperial. Conforme Motta (1971, p. 1),

[...] antes de 1822, a luta política restringia-se a Brasileiros (os que aspiravam à independência) e a estrangeiros (os que a bloqueavam). Embora estas forças pudessem algumas vezes identificar grupos sociais específicos estavam, ainda longe de constituir organizações políticas.

⁶ Os dois principais partidos: Liberal e Conservador.

Entretanto, somente com a instauração do poder legislativo (1826) é que se registram manifestações mais sistemáticas, concernente à emergência de agremiações políticas no estado brasileiro, indo se pronunciar com maior nitidez no período regencial, após a abdicação de D. Pedro I (FREIRE; ORDONEZ, 1971). Sobre essa perspectiva, Freire e Ordenozes (1971) descrevem o surgimento de dois grandes partidos, mais importantes nesse período, o Partido Liberal e o Partido Conservador. Contudo, ocorriam contradições nessas siglas, assim delineadas pelas autoras:

Na prática, esses partidos funcionavam independentemente de sua ideologia e não eram orientados pelos seus princípios. Lutavam apenas pela posse do poder. Havia elementos do Partido Liberal, bastante conservadores em suas idéias e conservadores que apresentavam projetos de reforma progressistas. Tudo dependia das conveniências (p. 119).

Até o final do regime monárquico não se apresentavam movimentos mais expressivos referentes ao surgimento de novos partidos políticos, com algumas exceções, a exemplo do Partido Progressista (1831), sendo esse extinto com o surgimento da República em 1889. Com a proclamação da República, conforme Souza (1983) o desenvolvimento dos partidos políticos no histórico republicano ocorre uma radical alteração de suas bases, entretanto, segundo a autora, as quais durante o período compreendido pela Primeira República (1889-1930) eram essencialmente regionais e locais, sendo o meio de congregação de interesses das oligarquias estaduais, por exemplo. Conforme Faber (2010, p. 3), assim se configuravam:

Partido Republicano (1870): fundado ainda durante o Império. Defendiam o fim da monarquia e a proclamação da República. Em questões sociais era conservador.
Partidos Republicanos nos Estados (1903): a República possibilitou o surgimento de uma série de partidos políticos republicanos nos estados brasileiros: PRP (São Paulo), PRR (Rio Grande do Sul), PRM (Minas Gerais), etc. Cada um tendo seu estatuto próprio.

Esse período é caracterizado pelo coronelismo. Entretanto, é importante frisar que nesse contexto nasce o primeiro partido com nuance ideológica no Brasil: o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Conforme Faber (2010) esse partido orquestrou o golpe intitulado “intentona comunista” em 1935 resultando em fracasso e na prisão de seus principais líderes. No período de 1930 a 1945, registra-se também o surgimento de outro partido de linha ideológica a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932. A inspiração desse partido era o movimento facista italiano de Mussolini (FABER, 2010). Esses

dois partidos, no entanto, tiveram pouco êxito. O primeiro atuava na ilegalidade e o segundo foi extinto em 1937 com a instauração do Estado Novo.

Nessa perspectiva, após 1945 com o fim do Estado Novo varguista e a redemocratização do país é que os partidos passam a ser organizados em bases nacionais, demonstrando a precária institucionalização de nosso sistema partidário frente à centralização econômica e política do Estado realizada ao longo dos anos 30 (SOUZA, 1983). Conforme Faber (2010, p. 13), nesse período emergem os partidos que permaneciam na ilegalidade “Proibidos durante o Estado Novo (1937-1945) os partidos políticos retornaram com a redemocratização em 1945. Neste período se destacaram o PSD e o PTB, porém a UDN foi um importante partido de direita no período”.

À medida que ocorre o amadurecimento da democracia no Brasil, portanto, verifica-se uma diversidade maior, referente à liberdade para a organização partidária. Conforme Schmitt (2000) a história política do Brasil passou por três distintos ciclos, referente ao contexto dos partidos políticos. Assim, o autor retrocitado caracteriza o que ele menciona de Terceira República, o período que compreende os anos de 1945 a 1964. Nessa fase, dirigida pela Constituição de 1946 foi marcada por seis eleições para o Congresso Nacional e quatro eleições presidenciais, além de pleitos na esfera regional. Schmitt (2000) adverte que diferentemente da democracia atual essa fase apresentava algumas peculiaridades como a proibição do voto dos analfabetos e a ilegalidade dos comunistas, por exemplo. Nesse período o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concedeu registro provisório a 32 organizações partidárias, sendo que o partido político mais consagrado desse período foi o Partido Social Democrático (PSD)⁷, pois conseguiu se organizar em todas as unidades da federação, portanto, esse é o primeiro ciclo demarcado por Schmitt (2000). Esse período da República brasileira é caracterizado, conforme Nicolau (2004), por uma legislação eleitoral pouco exigente com relação à filiação partidária.

Não ocorria nenhum documento legal comprovando o vínculo de um cidadão com determinado partido. Para concorrer em uma eleição, o partido (ou coligação) precisava apenas registrar sua lista de candidatos quinze dias antes do pleito. Nas situações em que havia coligação, não havia indicação do partido ao qual cada candidato estava vinculado – nestes casos, a estatística eleitoral trazia apenas a lista dos partidos que disputaram a eleição (em outros, nem isso) e um rol de candidatos inscritos (p. 1).

⁷ “Partido Social-Democrático (PSD): fundado por aliados de Getúlio Vargas, em 1945. O partido concentrava as alas mais conservadoras aliadas ao governo Vargas. Foi um importante partido de sustentação a Getúlio. Ideologicamente era o principal representante da socialdemocracia no país (FABER, 2010, p. 14)”.

É importante ressaltar que o PSD foi o principal representante da social democracia, linha ideológica adotada pelo partido em estudo (PSDB). Esse partido elegeu dois Presidentes da República Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1956-1960), conforme Faber (2010). Três partidos de expressão também surgiram nessa fase o Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas em 1945, tinha influencia nos sindicatos dos trabalhadores urbanos e elegeu dois Presidentes da República o seu criador Getúlio Vargas (1951 – 1954) e Jânio Quadros (1961 – 1962). O Partido da Representação Popular (PRP), fundado por Plínio Salgado, com orientação ideológica fundamentada no nacionalismo de extrema direita. Esse partido apresentava maior influencia nos estados do Sul do Brasil. A União Democrática Nacional (UDN), era formada pelos opositores de Getúlio Vargas, defendendo a propriedade privada e o grande latifúndio. Esse partido foi extinto no governo militar e seus integrantes ingressaram a ARENA (FABER, 2010).

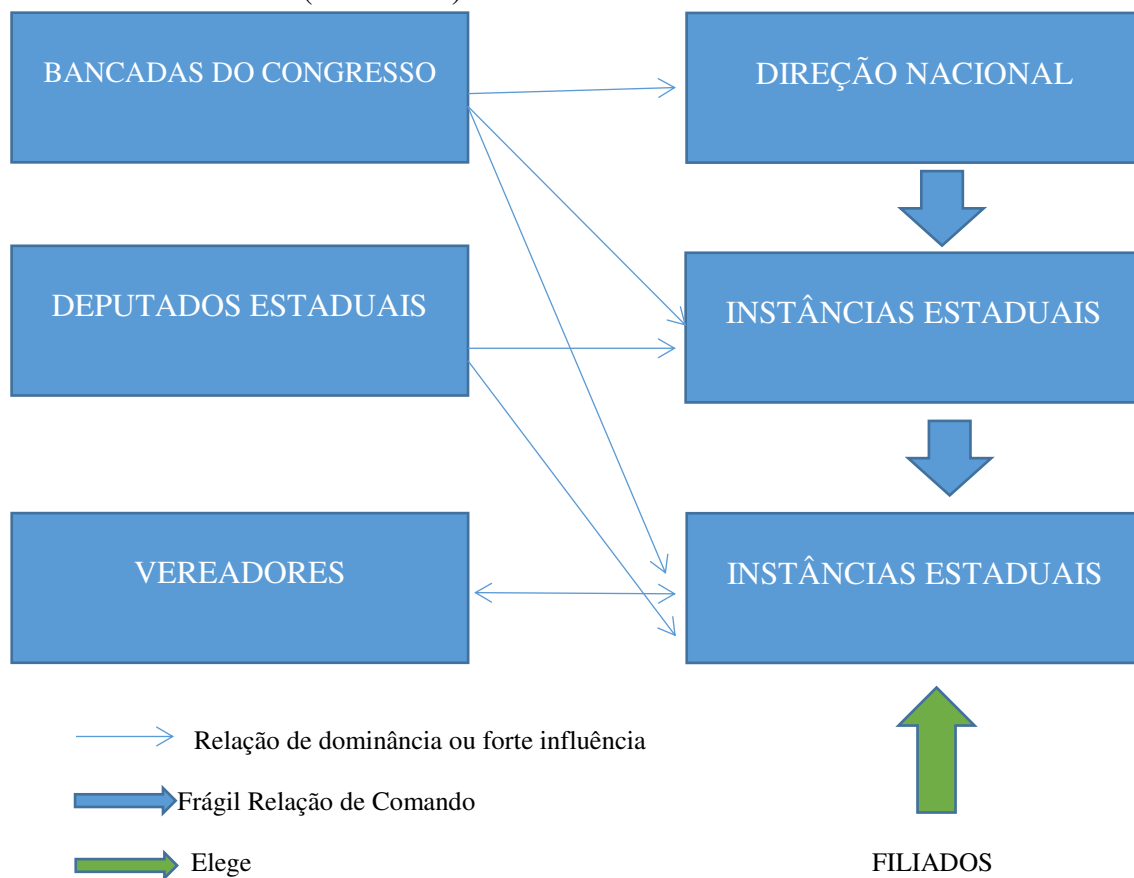
O segundo ciclo intitulado de Quarta república corresponde ao período de 1964 a 1985 (regime militar), fase de interrupção do processo democrático e cassação dos direitos políticos, cessando às eleições para o cargo de presidente da república e governadores, entretanto, a população pôde comparecer às urnas em cinco oportunidades em pleitos distintos dos citados. Nessa seção, observar-se-á o advento de dois partidos a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), essa última sigla deu origem ao PMDB, que, posteriormente, diante de dissidências internas, deu origem ao PSDB, como será verificado posteriormente.

A Quinta República, conforme Schmitt (2000) corresponde ao ano de 1985, oportunidade em que os civis retornam à presidência e caracteriza-se como uma fase de transição para a plenitude democrática, inaugurada pela Constituição Federal de 1988. Nessa fase observa-se a multiplicação dos partidos políticos trazidas pelos preceitos e princípios emanados da Carta Magna. Entretanto, conforme Ribeiro (2010) a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que sofreu alterações após o período de abertura política em 1979, não trouxe consigo um alinhamento democrático, permanecendo a estrutura dos partidos hierárquica, com muita possibilidade de intervenção das instâncias superiores sobre as inferiores. Nesse caso, concedia veto, por exemplo, em sentido descendente na estrutura, a um diretório, que poderia intervir em outro hierarquicamente inferior, com a justificativa de “assegurar a disciplina partidária” e “preservar normas estatutárias, a ética partidária ou a linha político-partidária” fixada por instâncias superiores (RIBEIRO, 2010, p. 233). Ainda segundo o autor retrocitado:

A dissolução de diretório e a destituição de comissão executiva eram possibilidades previstas nos casos de indisciplina partidária e de desrespeito ao estatuto, programa, ou a deliberações tomadas pelos órgãos superiores. Em todas as intervenções, a decisão deveria ser tomada pela maioria absoluta de membros do diretório interventor. A LOPP estipulava o repasse direto dos recursos do fundo partidário ao diretório nacional, que deveria repassá-los aos DEs, e destes às seções locais. No entanto, a legislação fixava os percentuais desses repasses internos, reforçando o caráter descentralizado das agremiações. O DN deveria repassar ao menos 80% da cota recebida às seções regionais, proporcionalmente ao número de deputados estaduais que o partido tivesse em cada Assembleia. O DE deveria repassar pelo menos 60% do montante recebido aos DMs, proporcionalmente ao número de votos de legenda obtidos pelo partido em cada município, na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Essas características, conforme Ribeiro (2010) tendenciavam para o domínio dos parlamentares no âmbito partidário. Seus mandatários poderiam acumular cargos nas diversas instâncias, ocasionando um sistema partidário extremamente centralizado no termo decisório e descentralizado estruturalmente característica que será apontada ao PSDB, a ser discutido posteriormente. Ribeiro (2010) apresenta tal estruturação, na figura 1 a seguir:

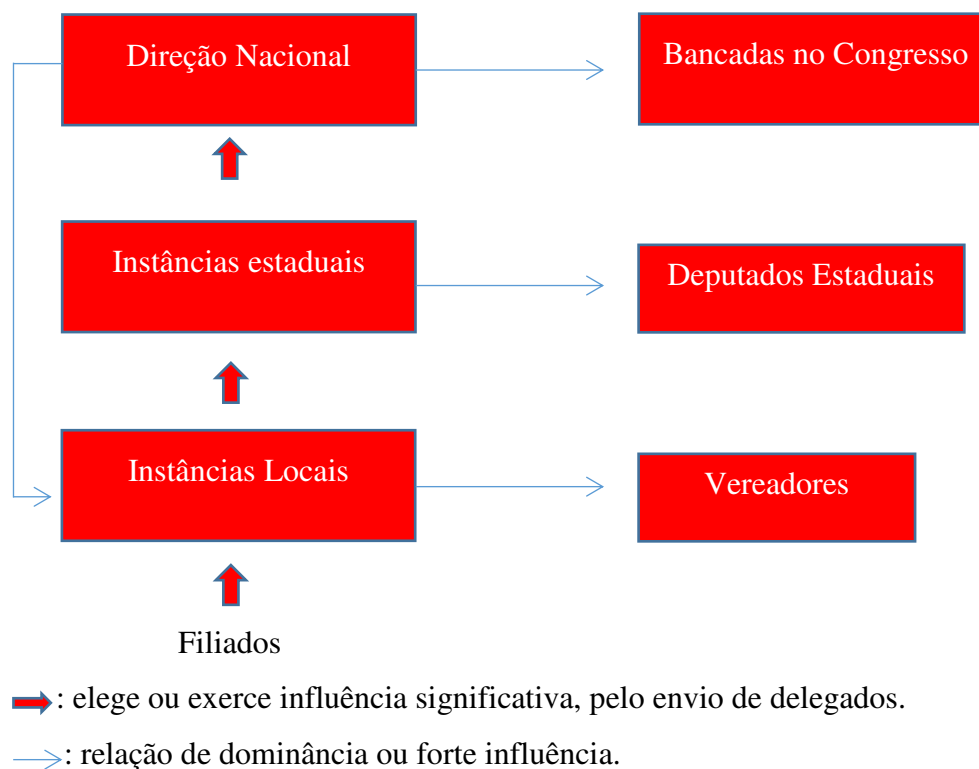
FIGURA 1 - MAPA DO PODER ORGANIZATIVO DOS PARTIDOS BRASILEIROS, SEGUNDO A LOPP (1971-1995)



Fonte: Ribeiro (2010, p. 235).

Conforme Ribeiro (2010), esse tipo de organização era exclusiva, sendo que único partido, que não apresentava esse formato, no período de transição democrática era o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT, ao longo de sua trajetória na construção de seus líderes, adotou uma metodologia mais inclusiva, pois restringia o peso dos parlamentares e da direção em suas decisões. Esse tipo de organização inclusiva era o contrário do que acontecia nos clássicos partidos de quadros, em que os dirigentes determinavam os rumos da agremiação. Sua execução levava em consideração a quantidade de filiados e a proporcionalidade, ou seja, a quantidade de lideranças proporcional ao número de filiados, além da restrição ao peso dos parlamentares no processo decisório do partido. Nesse contexto a Figura 2 representa a forma de organização partidária do PT.

FIGURA 2 – MAPA DO PODER ORGANIZATIVO DO PT



Fonte: Ribeiro (2010, p. 235)

De acordo com a Figura 2, o PT apresenta um diferencial importante no poder organizativo. Nesse caso, os filiados, além de eleger, os mesmos exercem influência, pelo envio de delegados, diferenciando-se dos demais partidos, onde os filiados apresentam papel

singular de eleger. No que se refere à hierarquia na organização do poder, verifica-se que as instâncias locais e estaduais e a direção nacional, apresentam forte dominância ou forte influência, relação que nos demais partidos é considerada fraca (ver figura 1).

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos LOPP, entretanto, foi revogada, em 1995, sendo as bases organizacionais dos partidos políticos deveriam estar contidas em seus estatutos.

Em 1995, a promulgação da Lei n. 9096 concedeu autonomia organizativa aos partidos brasileiros, revogando a LOPP. Determinava-se que todas as normas relativas à organização e funcionamento interno dos partidos deveriam estar contidas em seus estatutos, e que as legendas eram obrigadas a informar à Justiça Eleitoral apenas as alterações programáticas e estatutárias, e as composições de seus órgãos dirigentes. [...] A nova configuração legal fez dos estatutos peças centrais na determinação da dinâmica interna real das agremiações, o que justifica seu estudo sistemático. Além disso, o protagonismo assumido pelas normas formais aumentou o potencial de conflitividade nos processos internos de elaboração e interpretação dos regulamentos (RIBEIRO, 2010, p. 241).

A partir desse novo contexto, os partidos políticos no Brasil ganham maior autonomia para estruturar suas bases organizacionais, entretanto, tais modificações ocorreram de forma bastante lenta, sendo que muitos estatutos ainda apresentariam artigos da LOPP de 1971. Nessa nova conjuntura observam-se mudanças nos arranjos institucionais internos dos partidos, entretanto, para atender os interesses das elites mandatárias. No início dos anos 2000, no entanto, verifica-se um movimento no estatuto dos partidos levando como premissa a concentração, a inclusividade e a representatividade. Nesse contexto, como o PSDB reagiu e se organizou no ambiente de autonomia pós-LOPP?

Conforme Ribeiro (2010), a executiva do partido gradativamente centraliza as decisões, inclusive legislando sobre as coligações estaduais “ditando normas sobre o lançamento de candidaturas próprias nos municípios e, principalmente, nos estados, e tem decidido sobre a prorrogação dos mandatos dos dirigentes partidários (p. 241)”. Na perspectiva de ganhar maior autonomia diretiva, o PSDB cria um órgão mais restrito que o diretório e as executivas nacionais, intitulado Conselho de Política Nacional, formado por 20 integrantes:

[...] o presidente e os ex-presidentes nacionais do partido, o presidente da República e os governadores, os ex-ocupantes desses cargos, os ministros, os líderes das bancadas no Congresso, e até cinco membros escolhidos pelo diretório nacional dentre filiados “proeminentes” da legenda (p. 242).

Esse conselho se tornou mais restrito. Ao invés de 20 integrantes, passou a ter 15 membros formados pelo presidente atual, presidente de honra e último presidente nacional do PSDB; presidente e ex-presidentes da República; governadores e ex-governadores que tenham encerrado o mandato na última eleição geral; os dois líderes no Congresso Nacional e até três lideranças escolhidas pelo Diretório Nacional (DN), a finalidade desse órgão era tornar mais ágeis as decisões partidárias. “Em 2011, o órgão se transformou em um *petit comité* de seis membros, com uma composição que visava não apenas restringir decisões importantes aos maiores caciques da sigla mas também incluir José Serra no comando tucano (RIBEIRO, 2010, p. 242).

Observa-se que gradativamente o PSDB centralizou seu ponto de decisão, ou seja, diminui a participação e autonomia de seus membros e amplia a soberania do conselho, ocasionando uma concentração da máquina decisória no partido. Nesse caso, observa-se um encolhimento do poder decisório da base e a ampliação da soberania dos caciques da agremiação, ocasionando um problema de representatividade no partido, quando na realização das convenções nacionais, por exemplo.

Assim sendo, vimos que as características institucionais definidas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a origem dos partidos, nos termos de Duverger, e a atuação das lideranças são fundamentais para compreender a atuação dos partidos políticos, na organização interna e na sua atuação no âmbito eleitoral. O PSDB, nesse sentido, criado em 1988, nasceu dentro do sistema político, sendo, portanto, um partido de quadros (de lideranças parlamentares). Sua trajetória e os condicionantes institucionais levaram o partido a tomar decisões estratégicas e programáticas, ao longo do tempo, fruto de decisões articuladas de cima para baixo. Nesse sentido, é válido dizer que lideranças não somente importam como são fundamentais nos alcances e limites eleitorais, como será observado no caso do PSDB no estado do Piauí. Mas, antes, abordaremos o PSDB nacional e sua história, para depois passarmos ao caso em análise nesta dissertação.

CAPÍTULO 2 - O PSDB NO BRASIL

A história dos partidos políticos no Brasil tem como mácula e impedimento para o amadurecimento da democracia a implantação do regime militar (1964-1985). Consoante Kinzo (1988), antes do golpe de 1964, o Brasil possuía 13 partidos políticos. Após a instauração do regime, apenas dois estariam oficialmente reconhecidos pelo governo, que fez opção pelo bipartidarismo⁸.

As agremiações políticas no Brasil, contudo, apresentariam dinâmica diversa a partir da extinção do bipartidarismo, no final da década de 1970. A reintrodução do multipartidarismo trouxe consigo o advento de partidos políticos até então reprimidos pelo regime de exceção imposto pelos militares.

Nesse período de transição para a redemocratização do país, surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), abrigando em suas estruturas anistiados⁹ e, principalmente, membros oriundos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, por sua vez, foi considerado o partido de oposição ao regime militar. Em vista disso, a partir da década de 1980 foi que o PMDB emergiu e posteriormente se fortaleceu, chegando, inclusive, à Presidência da República.

No final da década de 1980, manifestou-se a Assembleia Constituinte, analisando-se nesse cenário político o vigor das bases da democracia, inaugurado pela Constituição Federal de 1988, expressando a necessidade de fortalecimento desse regime e contemplando a liberdade como princípio elementar da conjuntura política do país. Nessa conjuntura, houve uma transformação no panorama dos partidos políticos no Brasil, com a ocorrência de debates e discussões no campo das principais forças políticas, surgindo nesse clima outras agremiações que culminaram na criação do PSDB.

⁸ Formados pela Aliança Libertadora Nacional (ARENA), fundada em 1966, como consequência do golpe militar de 1964, reunia ex-integrantes da UDN, do PTN e do PSD, era formado por setores conservadores da sociedade brasileira e sua orientação ideológica era de extrema direita; e também pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966, como consequência do golpe militar de 1964, reunia ex-integrantes do PTB e de outros partidos contrários ao golpe, e era formado por setores liberais da sociedade brasileira (FABER, 2014, p. 1).

⁹ Em 22 de agosto de 1979, após uma longa luta, que começou em 1968, pelo então deputado Paulo Maccarini (MDB-SC), o Congresso Nacional, em tumultuada sessão, aprovava a Lei de Anistia (nº 6683/79). “Art. 1º: É concedida a anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, os que tiverem seus direitos políticos suspensos e os servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. §1º: Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionadas com crimes políticos ou praticados por motivação política [...]” (FERREIRA, 2014, p. 1).

Importa destacar que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tem seu processo de constituição formado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que imprimiu sua origem no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A literatura sugere que o PSDB teve sua criação provocada por discordâncias entre membros do PMDB, com decisões e orientações manifestadas pelo partido no âmbito da Assembleia Constituinte, como também nas decisões do Executivo, ainda no governo Sarney. Salienta-se, entretanto, que outras questões estão envolvidas nesse processo, e serão tratadas detalhadamente nesse capítulo. Logo, verificar-se-á, a concepção do PSDB e suas nuances na esfera nacional.

Um dos quesitos a serem debatidos refere-se à própria natureza do PSDB, que tem apelo na social democracia e deveria se alinhar, quando de seu surgimento, aos interesses sociais - como sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e de características ideológicas. Não obstante, na literatura sobre o movimento de constituição do PSDB e de sua essência, contempla-se o pragmatismo ou a ideologia, essa última terminologia própria do Partido Social Democrata. Assim cabe esclarecer o conceito de social democracia que nas palavras de Reis (2012, p. 323), é assim descrito:

[...] é uma política socialista, partidária, que visa a avançar na transformação do sistema produtivo, de modo a torná-lo mais favorável aos trabalhadores (não apenas o operariado fabril) e excluídos, que formam sua base eleitoral prioritária (*core constituency*). [...] destacam a importância central da democracia representativa e parlamentar. A social democracia, como é aqui compreendida, pode inclusive ser representada como uma tensa síntese das ideias de Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Ambos concordam com todos os pontos anteriormente destacados, mas apresentam discordâncias que estão presentes no interior de qualquer partido social-democrata, dividido em uma ala mais pragmática e outra mais purista.

Para um processo analítico dessa indagação, utiliza-se a massa crítica delineada por autores como Guiot (2000), Roma (2002) e Vieira (2012), que especulam sobre o tecido do PSDB, quando em gênese, ter sido forjado em uma base com verificações focadas no pragmatismo político.

Além dessa questão, trata-se, nesse capítulo, da dinâmica do partido em relação ao processo decisório e como ele se manifesta, isto é, se ocorre à centralização ou se o PSDB apresenta autonomia nas decisões, na fronteira regional e local. Essa nuance será apresentada tendo como critério avaliativo as eleições do PSDB nos pleitos à Presidência da República e às eleições estaduais paulista e cearense¹⁰, observando as coligações efetuadas e costuradas

¹⁰As eleições que ocorreram no período de 1982 a 2010 assinalaram a trajetória do PSDB, ainda nos primórdios do PMDB, verificando seu surgimento, os adversários políticos e a formação das bases organizacionais do

nesses espaços. Para essa análise, entre outros, utilizaram-se como fontes os autores Nobre (2008), Fiori (2014) e Sandes-Freitas (2015).

2.1 PSDB: antecedentes e trajetos históricos

Segundo Mucinhato (2014), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Libertadora Nacional (ARENA) habitaram exclusivamente na cena política brasileira com a instituição do bipartidarismo, nos anos de 1965 a 1979. Aquele partido foi fundado em 1966, como consequência do golpe militar de 1964. Reunia ex-integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de outros partidos contrários ao golpe, e era formado por setores liberais da sociedade brasileira. Mas eram poucos os representantes das classes operárias, já que a maioria havia sido cassada ou presa. O MDB era o único partido autorizado a fazer oposição ao regime, a qual dava ares de democracia à ditadura.

Kinzo (1988) salienta que a criação do MDB como partido de oposição ao regime atenderia a uma estratégia dos militares em relação ao contexto internacional, ou seja, o argumento utilizado pelo governo para proclamar o golpe era a ameaça ao regime democrático (comunismo e corrupção), daí porque não repercutiria bem junto à opinião pública internacional a extinção por completo dos opositores. Outro ponto destacado por essa autora seria a necessidade de abrigar civis, que também participaram do golpe, tanto no campo da situação como no da oposição.

O bipartidarismo, entretanto, começou a perder força no final da década de 1970. Schmitt (2000) revela que, a partir de 1979, dois novos elementos políticos somar-se-iam aos motivos de ordem eleitoral para justificar a reforma do quadro partidário: o primeiro foi a decretação da anistia, com o consequente retorno ao país dos exilados políticos; e a Emenda Constitucional nº 11, por outro lado, revogara os atos institucionais e complementares decretados desde 1964 (até mesmo o AI-5). Foram restituídos, assim, os direitos políticos do regime autoritário, inclusive dos políticos e parlamentares cassados. A conjunção desses fatores tornava impraticável a permanência de apenas duas legendas no cenário político. Nesse contexto, em 1980, com a abertura política, o MDB foi rebatizado de PMDB, com o número 15.

No entanto, Mucinhato (2014) relata que a criação do PMDB não ocorreu de forma linear, dado que a abertura política promoveu a origem de diversos outros partidos, até

PSDB, do período da Constituinte ao seu apogeu político, nas eleições para o governo do Estado em São Paulo e Ceará, a partir dos anos de 1990.

mesmo formados por membros do MDB. Todas as forças políticas foram obrigadas a se realinhar em uma nova conjuntura liberalizante, incorporando nas novas organizações aqueles políticos anistiados poucos meses antes, muitos dos quais eram figuras de expressão no palco nacional pré-64.

O autor retrocitado aduz que os parlamentares integrantes do antigo MDB são os mesmos que formaram todos os outros partidos, não apenas o PMDB. Surgiram, nesse momento, outras cinco agremiações: o Partido Popular (PP), os dois Partidos Trabalhistas Brasileiros (os PTB brizolista e o varguista, que disputaram a legenda em um primeiro momento), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Social (PDS), que contou principalmente com parlamentares da extinta ARENA, e que até princípios de 1980, ainda era chamado apenas de *Partido Democrático*.

Nesse panorama, Schmitt (2000) ressalta que a característica dos primeiros partidos surgidos após o estabelecimento do sistema multipartidário no Brasil era bastante diferenciado. Do ponto de vista quantitativo, o bipartidarismo foi claramente rompido. O novo quadro partidário era composto por um grande partido hegemônico (o PDS), dois de magnitude intermediária (PMDB e PP), e três pequenos partidos residuais (PDT, PTB e PT), que sequer obtiveram representação no Senado Federal.

Quanto à perspectiva qualitativa, havia duas legendas compostas de forma preponderante por ex-arenistas (PDS e PTB), um partido (o PP) composto por parlamentares egressos quase que paritariamente das duas siglas do período do bipartidarismo e, finalmente, três partidos (PMDB, PDT e PT) integrados majoritariamente ou exclusivamente por ex-emedebistas.

Nesse novo quadro, o PMDB, assim como todos os outros partidos que buscavam se organizar, passou por um processo longo e difícil de regularização perante a Justiça Eleitoral. O quadro 3, a seguir, apresenta o esquema de criação do PMDB a partir do MDB.

QUADRO 3 – DO MDB AO PMDB

ANO	MEDIDA
1966	Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político brasileiro que abrigou os opositores do regime militar de 1964, ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte, o partido caracterizou-se por sua multiplicidade ideológica, sobretudo, aos embates entre os "autênticos" e "moderados" ¹¹ quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar. Inicialmente inexpressivo em seu desempenho eleitoral, experimentou grande crescimento no governo de Ernesto Geisel, contribuindo para que os militares extinguissem o bipartidarismo, e assim, surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em 1980.
1980	A abertura política findando o bipartidarismo provocou o surgimento de inúmeros partidos, inclusive o PMDB, que tem seus membros formados por políticos do MDB. O PMDB surgiu em 15 de janeiro de 1980, após a nova Lei dos Partidos Políticos ter resgatado o pluripartidarismo.
1980	Nesse mesmo ano, surgiram outros cinco partidos políticos: o Partido Popular (PP), os dois Partidos Trabalhistas Brasileiros (os PTB brizolista e o varguista, que disputaram a legenda em um primeiro momento), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Social (PDS).
1982	Em 15 de novembro de 1982, o partido elegeu nove governadores: Franco Montoro, em São Paulo, e Tancredo Neves, em Minas Gerais, e triunfou nos três Estados do Norte, onde houve eleições (Gilberto Mestrinho, no Amazonas, Jader Barbalho, no Pará, e Nabor Júnior, no Acre), além de vencer com Gérson Camata, no Espírito Santo, José Richa, no Paraná, Iris Rezende, em Goiás, e Wilson Martins, em Mato Grosso do Sul. Apurados os votos, ficou estabelecida a polarização entre o PDS e o PMDB, embora o PDT tenha conquistado o governo do Rio de Janeiro, com Leonel Brizola.
1985	Tancredo Neves, por meio de indicação do senador José Sarney, como vice-presidente, na chapa que venceu Maluf por 480 votos a 180, no colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, havendo 26 abstenções.
1985	15 de março de 1985, quando Sarney foi investido no cargo de Presidente da República, após a morte de Tancredo Neves.
1990	15 de março de 1990, fim da era Sarney.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir da obra *História dos Partidos Políticos do Brasil*, de Marcos Faber. Disponível em: < http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

O quadro 3 expressa que a origem do MDB possibilitou a vigência de um reduto para a esquerda, apesar de reprimida e vigiada, sendo que mais tarde, com o fim do bipartidarismo, esses componentes formaram outros partidos, e nessa transição nasceu o PMDB, que futuramente promoveu o nascimento de outra sigla: o PSDB.

2.2 A Gênese do PSDB e suas Bases Organizacionais

A redemocratização da política brasileira, iniciada com a anistia, no fim dos anos de 1970, e consolidada pela Carta Magna de 1988, trouxe consigo mudanças importantes referentes ao contexto dos partidos políticos. Gradativamente, verificou-se uma transformação estrutural caracterizada pela criação de inúmeras agremiações políticas, conduzidas pelo princípio da liberdade emanado da Constituição Federal de 1988.

¹¹ Na década de 1970, os membros do MDB dividiam-se entre os *moderados* e *autênticos* - os primeiros defendendo negociações pontuais com o governo militar, e os demais pregando a derrubada do regime, mesmo à força. Nas eleições municipais de 1972, o MDB sofreu mais uma grande derrota.

Essa conjuntura política apresentou o debate e a discussão como elementos da nova política brasileira, anunciando as divergências ideológicas e filosóficas, as quais provocavam dissidências, culminando na perspectiva de surgimento de novos partidos políticos.

Nesse espaço, o PMDB, sofreu com a repercussão sobre a aproximação entre seus membros e os do Partido da Frente Liberal (PFL). Quanto a esse aspecto, Roma (2002) sugere, inicialmente, que a criação do PSDB ocorreu por motivos ideológicos, devido às divergências de alguns parlamentares em relação à aliança que o PMDB cultivava com a direita - o Partido da Frente Liberal (PFL) -, e em relação ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, cujo beneficiário imediato seria o então presidente, José Sarney. Segundo o autor retrocitado, outro motivo seria o consenso de que a aliança que o PSDB selou com o PFL, a partir da eleição de 1994, foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado a sua orientação ideológica.

A contradição entre o pragmatismo e a ideologia levanta uma questão importante sobre a origem do PSDB: ele apresenta inclinação ideológica ou pragmática em sua constituição genuína? Para Roma (2002), o surgimento dessa agremiação política foi resultado de uma cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda dessa estrutura. Mas apesar da essência socialdemocrata do PSDB, sua constituição difere dos partidos europeus dessa natureza, levando-se em conta que nesse continente, essas organizações surgem pela aproximação entre as massas trabalhadoras e os sindicatos, como apresentados pelos autores da literatura clássica, a exemplo de Duverger (partido de massa), diferenciando-se, por exemplo, do PSDB, que se originou exclusivamente pela dissidência coletiva de parlamentares do PMDB, sendo esses políticos notoriamente influentes no cenário político nacional, caracterizando-se como um partido de quadro (DUVERGER, 1970).

Para responder a essa questão de o PSDB ser ou não um partido ideológico ou, ainda, pragmático, é necessário compreender a trajetória e a natureza da social democracia. A partir dessas observações, é necessário explicitar as características de um partido socialdemocrata, e perceber a constituição de suas propostas e sua filosofia. Ademais, é pertinente advertir que assim como o tecido social, os partidos políticos também se transmutam, inclusive para se adaptarem às mudanças no bojo da sociedade. Sobre esse argumento Reis (2012, p. 324-325), comenta:

A forma como um partido se denomina não o define: há partidos que se chamam de social-democratas que dificilmente poderiam ser assim classificados, enquanto outros que adotam outros nomes ou mesmo rejeitam o termo parecem se adequar mais a essa denominação. Além disso, partidos podem sofrer mudanças ideológicas ao longo do tempo: um partido pode, por exemplo, ser originalmente marxista-leninista, depois se converter em social-democrata e, posteriormente, tornar-se liberal.

Sobre a configuração dos partidos social-democratas, no início do século XX, Charles Anthony Raven Crosland (1977), do Partido Trabalhista Britânico, defendeu que cinco elementos compõem o paradigma daquelas agremiações:

- 1 - o liberalismo político: a aceitação das instituições liberais democráticas;
- 2 - a economia mista: a coexistência da propriedade privada dos meios de produção e de um controle público da atividade econômica por meio da planificação;
- 3 - o estado de bem-estar: a execução de políticas sociais tendentes a distribuir a riqueza de uma forma mais equitativa, atenuando os efeitos do mercado, e a promover a justiça social, corrigindo os desequilíbrios econômicos;
- 4 - o keynesianismo: a execução de políticas econômicas capazes de alcançar o pleno emprego, salários elevados, a estabilidade de preços e o aumento do gasto público;
- 5 - o compromisso com a igualdade social.

No contexto contemporâneo, conforme Vieira (2012), analisando estudos de Kitschelt (1994) e Merkel (1994), vê-se que a social-democracia, em tempos de globalização e de economia de mercado, apresenta vertentes teóricas que buscam analisar a intitulada crise da social-democracia, a fim de justificar sua causa. (Neo) Liberais e (neo) conservadores, marxismo ortodoxo e pós-fordismo estão entre elas, segundo a autora retrocitada.

Os (neo) liberais e (neo) conservadores defendem a tese do comprometimento do Estado social-democrata. De acordo com essa linha, a crescente demanda por políticas de bem-estar e a dificuldade de resposta do Estado induziram a conjunturas de crise. Os estudiosos dessa tendência argumentam que nos anos 1980, houve um aumento na demanda por serviços estatais, por um lado, enquanto por outro, a capacidade de resposta não acompanhava essa busca, gerando um descompasso entre a procura e a oferta.

As teses dessa vertente divulgam que a contração e ampliação do Estado social da social-democracia havia completado sua tarefa histórica. Defendem, ainda, o argumento de que durante a sua vigência, os governos social-democratas teriam sobrecarregado a economia, destruído a autorregulação das forças do mercado e enfraquecido o estímulo à iniciativa empresarial.

Os marxistas ortodoxos, segunda corrente analisada por Vieira (2012), alegam que a social-democracia teria reforçado as ideias e estruturas que bloquearam a solução socialista na década de 1970. De certa maneira, acreditam que a crise da social-democracia não teria sido acidental, mas resultado de sua própria postura. De acordo com os teóricos dessa corrente, “o modo de regulação política das relações sociais e de classe fordista, do corporativismo burocrático centralista e do keynesianismo e a política social-democrata”, teriam se modificado em um impedimento para a “necessária adaptação das estruturas sociais e das condições de reprodução”.

Nesse contexto de crise, os partidos social-democratas estariam condenados a “uma política de austeridade cada vez mais aguda”, que restringiria a margem de manobras do Estado social e levaria à desestruturação das garantias de amparo e dos direitos democráticos.

Na observação dos processos analíticos acerca das correntes que expressam a social-democracia como uma conjuntura de crise, é possível notar a presença do determinismo sociológico¹². Cada um, a seu modo, argumenta que a social-democracia estava fadada ao fracasso, sem analisar as possibilidades de uma política social-democrata mesmo em um ambiente de crise econômica e mudança social, e a permanência de governos dessa vertente, mesmo frente ao horizonte conturbado dos anos 1980-1990. Entretanto, Merkel e Kitschelt acreditam na capacidade de a socialdemocracia se adaptar ao novo cenário. Contudo, os neoconservadores, marxistas e neofordistas subestimam a capacidade dos partidos redefinirem seus valores, objetivos e estratégias políticas.

Esses autores, conforme Vieira (2012), subestimam a capacidade dos partidos (re)definirem seus valores, objetivos, estratégias e políticas. Nesse sentido, a autora em tela refere-se à Kitschelt (1994) e Merkel (1994).

Ao corroborar com Vieira (2012), de acordo com os estudos de Garret (1998), os governos social-democratas ainda são economicamente viáveis, mesmo diante das transformações ocorridas nas últimas décadas. Mas para que isso se concretize, é necessário que as políticas de bem-estar social sejam alavancadas por sólidas bases sociais, especialmente as de cunho sindical.

¹²Segundo o qual a sociedade é considerada como uma consciência coletiva que cada indivíduo interioriza de um modo particular, pelo que as regras de conduta social exercem uma pressão irresistível sobre os indivíduos. Em outras palavras, o ambiente social que nos rodeia nos força a fazer de determinada forma. Esta tese esteve representada especialmente pela "Escola Sociológica Francesa", dos filósofos positivistas E. Durkheim e Levy-Bruhl. Desta forma de determinismo, muitos de seus representantes encontram sérias dificuldades ao tratar de explicar as novidades e o progresso histórico, isto é, a criatividade inovadora (CUVILLIER, 1939, p. 1).

Isto posto, entende-se que ter a maioria parlamentar não é o suficiente para que se execute um programa social-democrata. É inescusável que ocorra, também, uma negociação da política econômica com os sindicatos, os quais devem ser capazes de superar os problemas de ação coletiva dos trabalhadores em escala nacional e olhar mais para o desempenho total da economia do que para a satisfação imediata das demandas de suas clientelas.

Essas ideias aproximam-se das consolidações elaboradas por Kirchheimer (2012), que relatou a ocorrência de mudanças sociais e políticas na Europa dos anos de 1960, as quais provocaram transformações importantes nos modelos de partidos até então propostos por Michels (1982), Duverger (1970) e Panebianco (2005), culminando em características partidárias caracterizadas pela a) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de interesse variados.

Nas análises que questionam a social-democracia e a projetam como um modelo político retrógrado ou inviável para o momento econômico recessivo, bem como as exposições que a apresentam como um modelo flexível, adaptável às conjunturas sociais e econômicas, é interessante conhecer o Estatuto dessa agremiação em âmbito nacional, pois esse instrumento balizador interferirá na ação do partido quando chegar ao poder. Esse documento apresenta a base ideológica e filosófica do PSDB, além de sua estrutura formal de processo decisório, dentre outros conteúdos.

O Estatuto do PSDB (2015) institui, em seu capítulo II, artigo 2º, que dispõe sobre os objetivos e princípios programáticos do partido, o seguinte:

Art. 2º O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

Por esse regimento, verifica-se um alinhamento do campo teórico com os princípios que emanam dos partidos essencialmente social-democratas, contemplando a justiça social, a igualdade, o desenvolvimento, a distribuição da renda, dentre outros, certificando, inclusive, a filosofia da social democracia descrita por Crosland (1977) sobre a composição do paradigma social-democrata, ainda no início do século XX.

O partido também apresenta, em seu estatuto, artigos que contemplam a democracia interna e disciplina, a articulação com os movimentos sociais, dentre outras características que induzem a um processo analítico de natureza ideológica, e aplicam-se ao contexto descrito por Garret (1998), que sublinha a necessidade de os movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos dos trabalhadores, alinharem-se aos interesses sociais e econômicos considerados mais relevantes, tendo como mediador o partido político.

Entretanto, do período de gênese do PSDB ao seu apogeu, nos governos federal e de inúmeros Estados brasileiros - a exemplo de São Paulo e Ceará (nas décadas de 1990 e 2000), nota-se uma diferenciação entre o compromisso social-democrata e seus postulados, e as ações orquestradas pelo partido (alinhadas sob uma perspectiva mais pragmática que ideológica).

No que se refere à dissidência de parlamentares na formação de partidos políticos, no Brasil, Vieira (2012) realça a sua constituição, afirmando ocorrer de forma bem diferente da apresentada por Duverger (1980), especificamente quando se refere aos partidos de massa, caracterizados pela democracia interna, pelo rígido comprometimento ideológico, o que produz uma socialização política e a identificação do partido com as massas. No Brasil, é mais fácil verificar a organização de partidos formados a partir de base parlamentar, com pouco ou nenhum vínculo social e com a estrutura interna pouco ideológica, os intitulados partidos de quadro.

As nuances que formam as origens do PSDB, com o viés ideológico, repousam na concepção de três fatores, conforme Roma (2002): as distensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, destacando os quesitos sobre sistema de governo – presidencialismo *versus* parlamentarismo – e a duração do mandato do presidente José Sarney; o predomínio do grupo quercista, em São Paulo, que disputava posições de poder no interior do PMDB; e a apresentação da candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo, articulada no interior do PMDB paulista a partir de uma aliança entre políticos conservadores do PFL e o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros - a composição dessa candidatura, aliás, foi manifestada como o motivo final que impulsionou a ruptura dos fundadores peessedebistas com o PMDB.

Entretanto, Roma (2002), sustenta outra tese sobre as nuances que originariam o PSDB: primeiramente, observa o reduzido espaço político que o governo Sarney concedeu aos políticos fundadores desse partido; depois, atina para a exclusão desses políticos do processo sucessório à presidência da República; que por fim, articulam-se, de forma

estratégica, com os anteriores, objetivando a abertura de um mercado de eleitores de centro descontentes com o governo federal.

Sobre a tese de formação do mercado de eleitores de centro insatisfeitos com o governo federal, ela é validada por Vieira (2012), que considera a existência de um elemento externo, qual seja a percepção da existência de um nicho eleitoral que não estava sendo ocupado pelos partidos existentes. Para a autora, esse fator está relacionado a outro elemento contextual: a queda da popularidade do PMDB, devido ao insucesso econômico do governo Sarney e ao “estelionato eleitoral”¹³ que garantiu o sucesso do PMDB em 1986, quando inúmeros eleitores do partido decidiram não mais apoiá-lo e ficaram sem uma alternativa de centro. Portanto, o êxito do PSDB deu-se muito mais por fatores contextuais que por uma questão ideológica: lideranças políticas, aliadas do poder, unem-se e, ao diagnosticarem a existência de um nicho eleitoral, formam um novo produto.

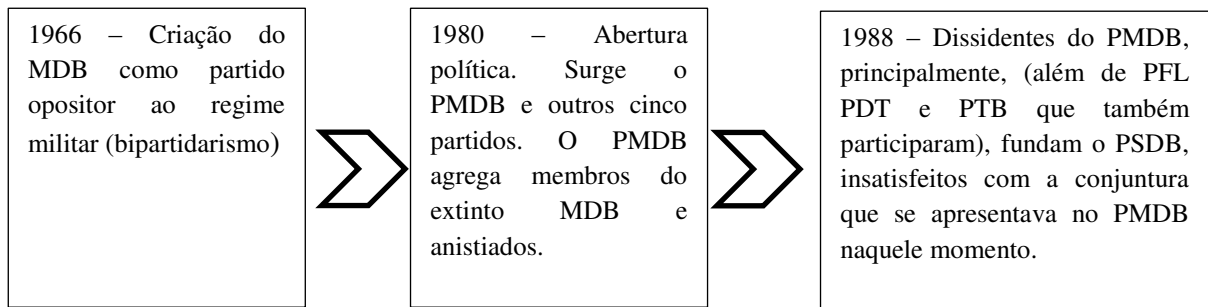
Para Guiot (2000), o PSDB equivale a um partido que contava apenas com a denominação “social-democrata”, mas cujo conteúdo programático incorporava os principais temas econômicos neoliberais. Em outras palavras, além de não ser social-democrata pelo seu conteúdo programático, não o era também porque, de fato, faltava a ele a base de classe social-democrata, que é a camada trabalhadora. Ora, o partido não constituiu qualquer vínculo com a classe trabalhadora, e até mesmo sua denominação *social-democrata* ficou comprometida, fato evidenciado também por Roma (2002), citado anteriormente.

O referido autor observa que, em 1988, o PSDB publicou um manifesto no qual anunciaria os princípios ideológicos de sua organização partidária. Embora, por este manifesto, o partido tenha demonstrado uma posição de centro-esquerda (justiça social, distribuição de renda, soberania nacional, emprego e reforma agrária), que o aproximava dos partidos situados à esquerda de seu programa, apresentava outras características. Ademais, para ele, o PSDB orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais.

Roma (2002) considera que a origem do PSDB está ligada a um caráter pragmático, com os fundadores da legenda possuindo grande capital político, acumulado ao longo de sua história, o que os credenciava à disputa por cargos majoritários. Porém, com o espaço reduzido dentro da legenda, a fundação de um novo partido tornou-se uma opção para esse grupo. A figura 3 aponta a origem do PSDB desde a sua gênese, ainda no MDB.

¹³A população brasileira viu-se frustrada frente ao fracasso da política econômica desse governo, sentindo-se enganada pelo seu discurso.

FIGURA 3 – SURGIMENTO DO PSDB



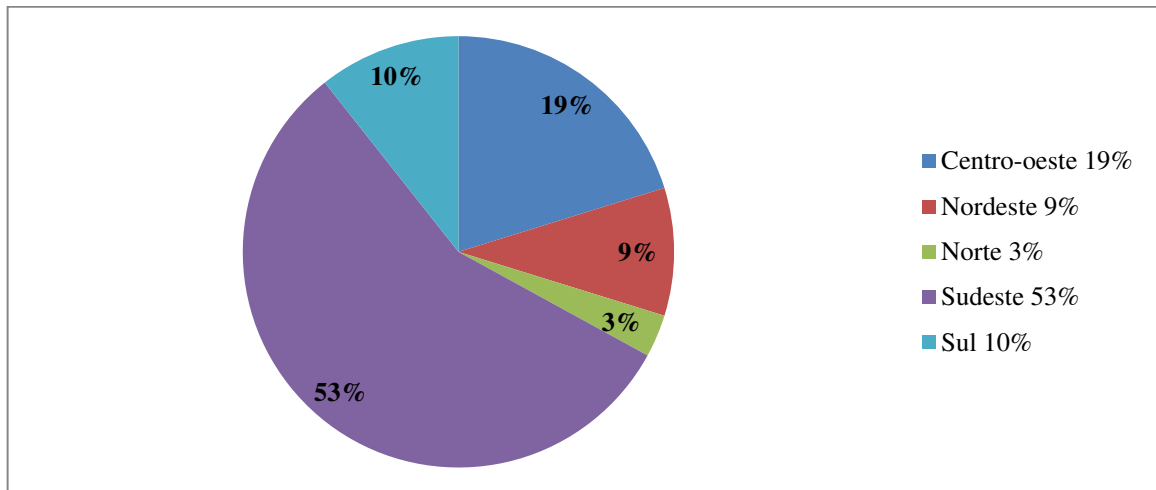
Fonte: Elaborada pelo autor.

Diante desse panorama, um encontro realizado em maio de 1988 reuniu, em Brasília, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa e André Franco Montoro. Essa congregação tinha como objetivo agendar a criação do novo partido para depois da promulgação da Constituição. No momento de formação dessa organização partidária, contava-se com um grupo de 40 parlamentares, aproximadamente. Vieira (2012) aponta que o PSDB surgiu como um partido de quadros e apresenta uma estratégia eleitoral *catch-all*¹⁴, com o intuito de conquistar o eleitorado do centro do espectro ideológico, o qual estava descontente com o governo Sarney e não se identificava com outro partido.

Destarte, Vieira (2012) considera que apesar de o PSDB ser formado por representantes de 17 Estados da federação, sua principal força viria da região Sudeste, onde 24 dos 88 fundadores eram oriundos de São Paulo; 16, do Distrito Federal; 10, de Minas Gerais; e 9, do Rio de Janeiro. Dentre os criadores do partido, 44 eram parlamentares; 7, senadores; e 37, deputados federais. Quanto à distribuição dos mesmos por região, o Gráfico 1, abaixo, revela esse cenário.

¹⁴ Os partidos *catch-all* tiveram a sua origem no pós II Grande Guerra Mundial, mais propriamente, na década de 50, existindo até os nossos dias. É uma época que se caracteriza por uma desideologização e despolitização da sociedade. É também demarcada por uma situação social e econômica bastante frágil, e a necessitar de uma transformação, que dificilmente poderia ser efetuada pelos modelos de partidos existentes até essa altura. Temos como grande teórico dos partidos *catch-all party* Otto Kirchheimer, um acadêmico alemão radicado nos Estados Unidos da América. As características fundamentais deste modelo são: a) a redução acentuada da ideologia no partido; b) o reforço da liderança de topo; c) a diminuição do papel do militante individual no partido; d) a redução da importância concedida a uma classe social de referência ou a uma clientela religiosa específica; e) a abertura a diversos grupos de interesses, de modo a mobilizar o apoio eleitoral de seus membros a um determinado partido ou a fornecer recursos humanos e financeiros. Outra característica a ter em consideração é a renúncia a uma ideologia, ao criar programas mais flexíveis, moderados e abrangentes, de modo a poder integrar o maior número de pessoas, não se limitando a um grupo. Tal leva a uma heterogeneidade da base de apoio e que representa um espectro da sociedade (MAGALHÃES; NUNES; ALVES, 2015).

GRÁFICO 1 – FUNDADORES DO PSDB POR REGIÃO BRASILEIRA.



N = 117 (Lista de fundadores do partido político PSDB, conforme ata da reunião realizada em 24 e 25 de junho de 1988, em anexo 1).

Fonte: PSDB, 2015.

Mayer (2011) anuncia que devido à sua origem interna, o parlamento do PSDB contou com membros de diversos Estados em sua fundação, o que facilitou seu processo de nacionalização, pois ajudaram na estruturação do partido em suas localidades de origem e na mobilização de membros para o cumprimento da legislação eleitoral e para a construção dos diretórios estaduais e municipais.

Entre os parlamentares que fundaram o partido, sobrepõem-se os da região sudeste brasileira, com metade do número de senadores (quatro de oito) e mais da metade da porção de parlamentares (vinte e três, de quarenta). Isso pode ser explicado pelas lideranças de expressão que os Estados dessa região possuíam (como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, e do parlamentar Pimenta da Veiga, de Minas Gerais) e também pelo fato de as disputas entre os moderados e os históricos terem grande impacto nos Estados dessa região, com destaque para a disputa em São Paulo.

Assim, a origem do PSDB pode ser explicada a partir de duas visões: 1) uma ideológica, onde há um conflito de posições entre o grupo fundador do partido e a direção do PMDB; e 2) uma pragmática, com a percepção de um espaço político localizado no centro do espectro ideológico, por políticos influentes, possuidores de grande capital político e que se encontravam sem espaço no PMDB.

Na avaliação desse enfoque, é possível formular algumas hipóteses, distintas das elaboradas por Mayer (2011), que observa a ocorrência de uma facilidade no processo de nacionalização do PSDB. Seria plausível admitir que a pulverização do partido, no Brasil, o

comprometeria, e nesse caso, enfraqueceria suas bases em âmbito nacional, dada a concentração das lideranças políticas dessa agremiação na região Sudeste.

Outro pressuposto a ser delineado seria a repercussão do partido nos pleitos estaduais, em regiões onde o PSDB apresentou poucos representantes em seu processo de criação, a exemplo da região Nordeste, que de acordo com o gráfico 1, indicou um percentual de 9% de fundadores do partido, apresentando, provavelmente, pouco poder de mobilização e articulação, nessa área. A partir dessas suposições, investigar-se-á o desempenho do PSDB paulista e cearense, os quais demonstraram forte mobilização política nos anos de 1990 e 2000. Os dois estados forneceram importantes lideranças políticas nacionais para o PSDB. Além disso, o PSDB teve significativos desempenhos eleitorais nos estados de São Paulo e do Ceará. No Ceará, a ascensão do PSDB veio com o declínio das oligarquias ligadas ao PDS, que era hegemônico no Nordeste no início dos anos 1980. Já o PSDB de São Paulo foi o motor do PSDB nacional, sendo fundamental para o direcionamento da sigla ao longo das décadas de 1990 e de 2000.

Por se tratar de um estudo descritivo, o desempenho forte do PSDB nesses pleitos e as costuras políticas desenhadas para esse sucesso têm a finalidade de estruturar inferências em relação ao desempenho do PSDB no Estado do Piauí, onde o partido não obteve o mesmo comportamento, assunto a ser debatido no terceiro capítulo.

2.3 O PSDB Paulista

Sandes-Freitas (2015, p. 229-230) revela que o PSDB paulista surgiu com a decadência do PMDB. Entretanto, este partido, nos anos 1980, assim se configurava:

[...] assim como ocorreu nos demais Estados brasileiros, a polarização reinante na política brasileira, no início dos anos 1980, era entre PDS e PMDB. O PDS paulista tinha como maior liderança política do Estado Paulo Maluf, também importante liderança política no cenário nacional, tendo disputado e sido derrotado na eleição indireta para presidente do país contra Tancredo Neves. O partido foi perdendo espaço político no Estado de São Paulo, com o crescimento do PMDB, principalmente a partir de 1986, mantendo-se às custas do malufismo, que teve a capital paulista como base de sustentação eleitoral. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o eleitorado paulistano malufista (ou pedessista) passou a ser concentrado nas regiões mais pobres para se difundir entre as classes sociais e regiões da capital paulista (PIERUCCI; LIMA, 1991; 1993), culminando no longo domínio do PDS (PPR e PPB) à frente da prefeitura, a partir da vitória nas eleições de 1992.

Em consonância com Sandes-Freitas (2015), depreende-se que foi a partir de 1986 que o PMDB paulista iniciou um processo de crescimento, fundando suas bases no

interior do Estado, apresentando como consequência principal a desestruturação do Partido Democrático Social (PDS), que tinha como representante Paulo Maluf. A partir de 1994, o PMDB vai perdendo força no Estado paulista, e nesse intervalo, o PSDB vai ocupando os principais postos de poder. Assim, nota-se que a hegemonia do PSDB em São Paulo é resultado do fraco desempenho de partidos tradicionais, como Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e do próprio PMDB.

Segundo o autor retrocitado, essas agremiações comporiam a conjuntura dos partidos com poder de influência no Estado nos anos iniciais de 1980, devido ao redesenho do quadro político paulista nesse período. Apesar de ter elegido Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, o PTB, por exemplo, não teria grande projeção naquele Estado. No período de 1986 a 2010, o PFL (e o Democratas - DEM) e o PTB também não conseguiram ampliar suficientemente suas bases locais, de forma a sustentar candidaturas, passando a compor partidos coadjuvantes no subsistema partidário paulista.

Nessa ótica, torna-se interessante enumerar as razões que levaram ao triunfo do PSDB paulista nas últimas eleições, ainda nos anos de 1990, e à respectiva polarização nos derradeiros pleitos, com o Partido dos Trabalhadores (PT). Para Sandes-Freitas (2015), alguns acontecimentos nos processos eleitorais paulistas, ainda nos anos de 1980, anunciariam, posteriormente, o surgimento e o respectivo crescimento do PSDB.

Os seguintes fatos foram arrolados até a expansão do PSDB como partido hegemônico no contexto paulista, a começar pela derrota de Paulo Maluf para Tancredo Neves nas eleições indiretas para presidente, o que inicialmente provocou óbice ao desempenho e prestígio daquele no cenário político nacional.

Em seguida, nas eleições para o governo do Estado de São Paulo, houve uma divisão da direita, representada por Paulo Maluf, que apesar de debilitada nacionalmente, ainda apresentaria pujante poder de articulação naquele Estado. Ao atacar Antônio Ermírio de Moraes nas eleições estaduais, o candidato Maluf garantiu seu fortalecimento, representando o controle da direita.

Apesar disso, verifica-se um enfraquecimento da direita devido ao racha provocado por Maluf, cuja principal consequência dessa fragmentação, nesse período, foi a eleição de Quéricia no pleito seguinte, em meados de 1980 (ver Tabela 1).

TABELA 1 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Orestes Quércia	PMDB	Sem coligação	5.578.795	40,72
Antônio Ermírio de Moraes	PTB	PTB – PL –PSC	3.675.176	26,82
Paulo Maluf	PDS	PDS – PPB ¹ – PFL – PDC	2.688.425	19,62
Eduardo Suplicy	PT	Sem coligação	1.508.589	11,01
Francisco Teotônio Simões Neto	PH	Sem coligação	250.657	1,83
TOTAL	-	-	13.701.642	100,00

Fonte: Base de dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptado por Sandes-Freitas (2015, p. 232).

O panorama de abrandamento da direita favoreceu Orestes Quércia, do PMDB, no governo de São Paulo, elegendo senadores e deputados, evidenciando o domínio peemedebista. A hegemonia do PMDB paulista foi provocada, a princípio, pelo euforismo com o governo de José Sarney. Todavia, as insatisfações geradas no interior do partido, como também os desgostos do eleitor com a política econômica, já no final de seu governo (1988 e 1999), influenciaram a institucionalização do PSDB, encabeçada principalmente pelos políticos paulistas. Nesse contexto de criação do PSDB, ele projetar-se-ia como oposição ao PMDB que, gradativamente, perderia espaço como protagonista da cena política nesse Estado.

As divergências na Assembleia Constituinte fizeram despontar o PSDB, em 1988. Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas participaram do processo de criação da agremiação. Tendo de competir com Quércia pelo controle do PMDB no Estado, a saída para o PSDB representou a oportunidade de livrar-se do controle quercista. Com isso, este partido passou a ser um dos grandes rivais de Quércia. O candidato ao governo do Estado, pelo PSDB, foi Mário Covas, sem ter tido o apoio formal de outras agremiações (SANDES-FREITAS, 2015).

Nesse período de indefinição, o PT apresentava base apenas na capital (eleição de Luiza Erundina à prefeitura), o que ainda não o constituía como um partido forte de oposição ao PMDB, pelo menos no que se refere a um contexto polarizado em nível estadual. Sobre esse cenário, Sandes-Freitas (2015) relata que nem o recém-criado PSDB e nem o PT eram, ainda, organizações partidárias estruturadas a ponto de fazerem frente às duas principais forças predominantes no Estado, dinamizadas pelo quercismo e pelo malufismo. Por conseguinte, a eleição foi polarizada entre PMDB e PDS, e decidida no segundo turno, com a vitória do peemedebista Luiz Antônio Fleury Filho, com 51,77% dos votos válidos. O pouco

crescimento do PDS no segundo turno, em comparação com o crescimento dos votos do PMDB, evidenciou a dificuldade da direita e do malufismo de serem protagonistas no Estado.

Em 1994, duas forças projetar-se-iam como primordiais na política brasileira, estruturando um fluxo de polarização das disputas presidenciais: PT e PSDB. Sobre esse prisma, Sandes-Freitas (2015, p. 239-240) expõe que:

[...] em 1994, duas forças se colocaram como centrais na política brasileira, delineando uma trajetória de polarização das disputas presidenciais: PT e PSDB. O primeiro, partido com importância no cenário político estadual paulista e nacional, havia participado da primeira eleição direta para a presidência em 1989, com chances de obter a vitória, apesar de ter sido derrotado no segundo turno. Apesar da derrota, o partido saiu fortalecido das eleições, pois além de ter concentrado significativa porcentagem de votos, foi o partido de esquerda mais competitivo nas eleições. Já o PSDB foi se consolidando no cenário político nacional, tendo grande projeção a partir do momento em que compôs ministérios importantes do governo Itamar Franco, ganhando capital político no Estado de São Paulo, alinhando-se, posteriormente, a partidos que eram aliados dos governos peemedebistas paulistas: o PFL e o PTB.

O aludido autor descreve que o crescimento do PSDB consolidou-se, sobretudo, pelo destaque de seus integrantes no campo político nacional, os quais eram investidos pelo governo central em ministérios estratégicos, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco. Essa estratégia, forjada no ambiente do Poder Executivo, trouxe prestígio ao partido e a simpatia do eleitorado brasileiro nos pleitos seguintes, disseminando a cultura peessedebista em diversos Estados do Brasil e a consequente expansão do partido nacionalmente.

Nessa perspectiva, Roma (2002, p. 7) comenta que:

[...] em 1994, depois de participar ativamente do governo Itamar Franco, foi lançada a candidatura de Fernando Henrique, por uma coligação com partidos localizados mais à direita no espectro político, a saber: o PFL e o PTB. A coligação do PSDB com o PFL e o PTB fez com que o pré-candidato do PPR, Paulo Maluf, retirasse a sua candidatura, apresentando um candidato mais fraco, Esperidião Amin. A eleição foi polarizada por Lula (PT), candidatura apoiada pelo PSB, PC do B, PPS, PV e PSTU, e por Fernando Henrique, com uma coligação de centro-direita. Fernando Henrique é eleito presidente. A porcentagem de votos alcançados por Fernando Henrique foi expressiva: 54.3% dos votos válidos. As candidaturas de partidos à esquerda somaram 30.2% dos votos.

Em relação ao PT, vê-se um fortalecimento dessa oposição no panorama nacional devido à sua projeção ao segundo turno das eleições presidenciais. Mesmo derrotado, o PT ganhou expressão e seduziu uma parte significativa do eleitorado brasileiro. Nesse ínterim, é relevante frisar que o PSDB saiu de um contexto de oposição ao PMDB e

ocupou lugar de situação, inclusive apoiado, posteriormente, pelo próprio PMDB. A partir desse movimento, o PT ocuparia o curso de opositor aos dois partidos, imprimindo a polarização no cenário paulista e nacional. A Tabela 2, em seguida, comprova os resultados das eleições paulistas, em 1994.

TABELA 2 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Mário Covas	PSDB	PSDB – PFL	6.574.517	46,84	8.661.960	56,12
Francisco Rossi	PDT	PDT – PV – PRP	3.119.592	22,23	6.771.454	43,88
José Dirceu	PT	PT – PSTU – PPS – PMN – PSB e PC do B	2.085.193	14,86	-	-
Barros Munhoz	PMDB	PMDB – PL – PSD	1.584.397	11,29	-	-
Luiz Antônio de Medeiros	PP	PP – PPR	317.593	2,26	-	-
Álvaro Brandão Soares Dutra	PRONA	Sem coligação	144.196	1,03	-	-
Eduardo Antônio Resstom	PSC	Sem coligação	134.064	0,96	-	-
Ciro Tiziani Moura	PRN	Sem coligação	75.727	0,54	-	-
TOTAL	-	-	14.035.279	100	15.433.414	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptado por Sandes-Freitas (2015, p. 242).

Para Sandes-Freitas (2015), o sucesso do PSDB, em nível federal e estadual, foi um marco na política paulista, porque representou a derrota do grupo quercista (já que Quércia também foi derrotado nas eleições presidenciais pelo mesmo partido). O PSDB, então, passou a ser força hegemônica no Estado de São Paulo, e o grupo quercista tornou-se oposição ao governo de Covas.

Apesar de o PMDB ter conseguido eleger 23 deputados estaduais, o PSDB ampliou substancialmente sua participação na Assembleia Legislativa, com 17 parlamentares, oito a mais do que a bancada eleita em 1990. A partir dessas eleições, o PSDB iniciou um processo de crescimento que se projetou também para outros Estados, consolidando uma base de referência nacional.

As eleições de 1994 representaram um marco para a hegemonia do PSDB. Nos pleitos seguintes, ficou evidenciada a polarização entre o citado partido e o PT, apresentando,

inclusive, alinhamentos desenhados nacionalmente devido à ocorrência de eleições simultâneas para a presidência da República e para o governo dos Estados.

A consolidação do PSDB no governo de São Paulo, com a eleição de Mário Covas, concretizou a ocupação política do PSDB no lugar do PMDB. Sandes-Freitas (2015) mostra que essa ocupação ficou explícita nas eleições seguintes, com o inexpressivo desempenho do PMDB lançando candidato ao governo do Estado, tendo como concorrente Orestes Quércia. Os apoios obtidos pela candidatura peemedebista foram feitos com partidos sem projeção política no Estado, quais sejam: Partido Geral dos Trabalhadores (PGT), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista do Brasil (PT do B).

A candidatura quercista obteve apenas 4,3% dos votos válidos, sublinhando que o PSDB tinha conseguido ocupar o espaço do PMDB ao centro e, por consequência, demonstrou a fraqueza eleitoral de Quércia no Estado. O PMDB conseguiu eleger apenas oito deputados estaduais em 1998, 15 a menos do que em 1994 (ver Tabela 3).

TABELA 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Paulo Maluf	PPB	PPB – PST – PL – PFL – PRN – PSL	5.351.026	32,21	7.900.598	44,63
Mario Covas	PSDB	PSDB – PTB – PSD	3.813.186	22,95	9.800.253	55,37
Marta Suplicy	PT	PT – PCB – PPS – PMN – PC do B	3.738.750	22,51	-	-
Francisco Rossi	PDT	PDT – PTN – PAN – PSN – PSB	2.843.515	17,12	-	-
Orestes Quércia	PMDB	MDB – PGT – PRP – PT do B	714.097	4,30	-	-
Outros candidatos	-	-	151.427	0,91	-	-
TOTAL	-	-	16.612.001	100	17.700.851	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).
Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 246).

Até esse momento do prisma político de São Paulo, o PT ainda não se constituía como opositor do PSDB no segundo turno dessas eleições, e até direcionou apoio indireto à candidatura de Covas, mas se recusou a participar do governo após sua nomeação ao governo paulista. Essa postura informal consolidar-se-ia devido às disputas no âmbito presidencial,

isto é, à polarização entre os partidos nessa esfera. É importante ressaltar, entretanto, que até esse momento, os dois grandes grupos políticos no Estado em tela ainda eram constituídos pelo malufismo e pelo PSDB.

Nas eleições seguintes, porém, observou-se um viés, pois houve uma mudança de cenário na atração das forças políticas constituídas em São Paulo, como explanado por Sandes-Freitas (2015, p. 248 - 249):

[...] as eleições de 2002 foram um marco na política nacional, pois levaram o PT à vitória, após oito anos de governo peessedebista na Presidência da República. Juntamente a isso, São Paulo passava também por uma transformação política: 1) o PMDB tinha deixado de ser um ator político relevante nas disputas eleitorais; 2) o PSDB disputou e ocupou o lugar do centro na política estadual, controlando o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa; 3) na capital paulista, Maluf e seu grupo pepebista tinham deixado de ser força política predominante, após ser derrotado pelo PT, evidenciando o enfraquecimento da direita na capital.

Em 2002, ainda que a disputa no primeiro turno tenha sido acirrada, o PSDB conseguiu vencer o pleito, tendo como opositores, Genoíno, do PT, e Paulo Maluf, do PPB. A vitória no segundo turno indicou que o eleitorado malufista migrou, em maior parte, para a candidatura peessedebista. O PSDB, dessa forma, manteve o controle do Governo do Estado de São Paulo, reforçando sua supremacia no estado (ver Tabela 4).

TABELA 4 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Geraldo Alckmin	PSDB	PSDB – PFL – PSD	7.505.486	38,28	12.008.819	58,64
José Genoíno	PT	PT – PCB – PCdoB	6.361.747	32,45	8.470.863	41,36
Paulo Maluf	PPB	PPB – PL – PSDC – PTN – PGT – PHS – PST	4.190.706	21,37	-	-
Carlos Apolinário	PGT	Sem coligação	703.858	3,59	-	-
Lamartine Posella	PMDB	Sem coligação	259.317	1,32	-	-
Carlos Alberto Pittoli	PSB	PTB – PDT – PPS	216.369	1,10	-	-
Antônio Cabrera Mano Filho	PTB	-	200.839	1,02	-	-
Outros Candidatos	-	-	200.839	0,36	-	-
TOTAL	-	-	19.606.699	100	20.479.682	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 250).

Sandes-Freitas (2015) comenta que em meio à consolidação da polarização PT-PSDB no Estado, as eleições de 2006 tiveram como candidaturas mais competitivas a do peessedebista José Serra e a do petista Aloízio Mercadante. O PSDB obteve o apoio do PFL, do PTB e do PPS. A última agremiação havia participado da coalizão do governo Lula no início do mandato, mas rompeu e passou a fazer oposição à gestão petista, em nível federal. Logo, o PPS aproximou-se do PSDB nacional, replicando a aliança em São Paulo. Já o PT lançou Aloízio Mercadante, apoiado pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Liberal (PL) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). O PRB e o PC do B também participaram da coligação da candidatura petista para a Presidência da República.

Assim, houve um forte grau de alinhamento entre as candidaturas estaduais, mantendo o índice de presidencialização em seu patamar nas eleições de 2002. Com candidaturas fortemente niveladas nacionalmente e com a fraqueza dos demais partidos e de lideranças tradicionais no Estado, PT e PSDB polarizaram a eleição, cuja disputa eleitoral foi decidida no primeiro turno, garantido a continuidade do grupo peessedebista, com 57,93% dos votos válidos contra 31,68% do candidato petista (ver Tabela 5).

TABELA 5 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
José Serra	PSDB	PSDB – PFL – PTB – PPS	12.381.038	57,93
Aloízio Mercadante Oliva	PT	PT – PRB – PL – PC do B	6.771.582	31,68
Orestes Quércia	PMDB	PMDB – PP	977.695	4,57
Plínio Soares de Arruda Sampaio	PSOL	PSOL – PCB – PSTU	532.470	2,49
Carlos Alberto Eugênio Apolinário	PDT	Sem coligação	430.847	2,02
Cláudio Antônio de Mauro	PV	Sem coligação	186.097	0,87
Outros candidatos	-	-	93.411	0,44
TOTAL	-	-	21.373.140	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 254).

De acordo com Limongi e Mesquita (2008), na disputa entre PSDB e PT, o primeiro tem levado vantagem sobre o segundo, tendo sido derrotado em uma disputa direta apenas na eleição presidencial de 2002, quando José Serra foi derrotado por Lula nos dois turnos, naquela cidade. Nos demais embates, o PSDB derrotou o PT no Estado paulista.

O rol de vitórias inclui a de Alckmin sobre José Genoíno (nos dois turnos), em 2002, a de Serra sobre Mercadante, na eleição para o governo do Estado, em 2006, e nos dois turnos da eleição presidencial do mesmo ano. No entanto, a maioria dessas disputas tem mostrado um equilíbrio de forças, apesar de se verificar, ainda no contexto paulista, a hegemonia do PSDB (ver Tabela 6).

TABELA 6 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2010)

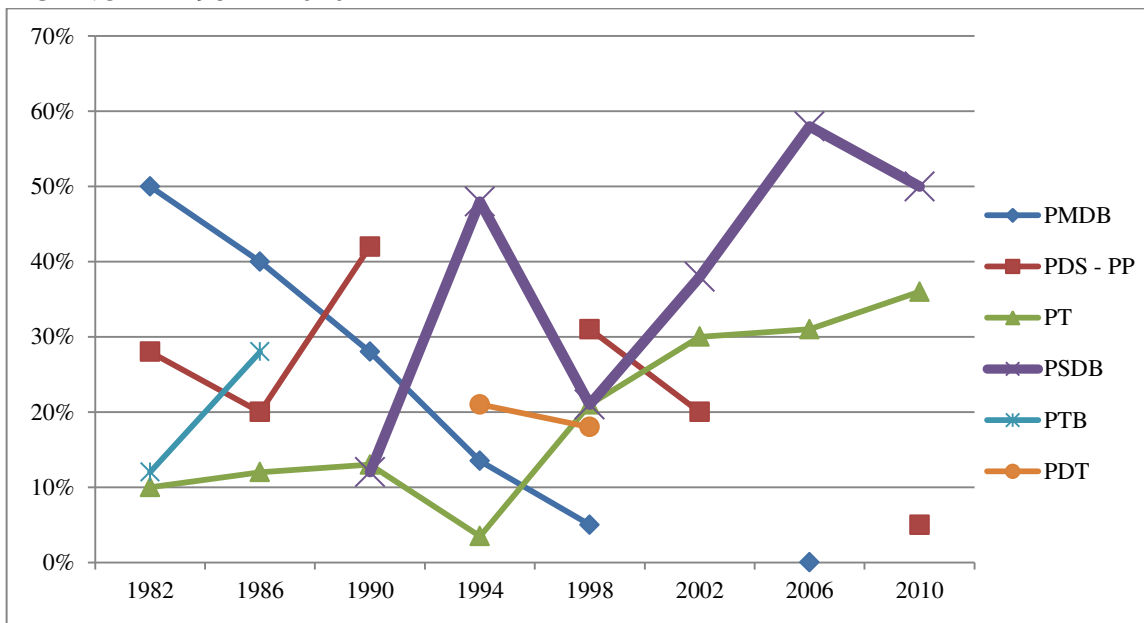
CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Geraldo Alckmin	PSDB	PSDB – PMDB – PSC – PPS – DEM – PHS– PMN	11.519.314	50,59
Aloízio Mercadante Oliva	PT	PT - PRB – PDT – PTN - PR – PSDC – PRTB – PRP – PCdoB – PT do B	8.016.866	35,21
Celso Russomanno	PP	PP – PTC	1.233.897	5,42
Paulo Antônio Skaf	PSB	PSB – PSL	1.038.43	4,56
Fábio José Feldmann	PV	Sem coligação	940.379	4,14
Outros candidatos	OUTROS	-	-	0,09
TOTAL	-	-	22.769.983	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 254).

Para Fiori (2014), desde 1994, ininterruptamente, o PSDB elegeu seus candidatos ao governo do Estado de São Paulo, denotando uma hegemonia político-partidária de notável duração, com vitória em cinco eleições consecutivas, o que não foi alcançado por nenhum outro partido em pleitos estaduais na história democrática brasileira recente. Em um colégio eleitoral historicamente associado a quadros partidários e resultados das urnas “surpreendentes”, esse período considerável levanta questões sobre a possível estabilização de bases sociais dos partidos competidores.

O gráfico 2 traz uma abordagem acerca o desempenho dos partidos nas eleições de 1982 a 2010 para o governo de São Paulo.

GRÁFICO 2 – DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (% DOS VOTOS VÁLIDOS) – 1º TURNO DE 1982 A 2010



Fonte: Fiori (2014, p. 13).

Fiori (2014) aduz que é digna de nota a decadência dos dois principais partidos oriundos do sistema bipartidário, PMDB (ex-MDB) e PDS/PP (ex-Arena), agremiações de força considerável nos anos 1980 e 1990, respectivamente, que se tornaram, paulatinamente, coadjuvantes na corrida pelo Palácio dos Bandeirantes. Desde 2002, a eleição foi concentrada pelas duas forças que, desde 1994, polarizaram também os pleitos em nível nacional: PT e PSDB.

2.4 O PSDB no Ceará

O PSDB, no Estado do Ceará, também apresentou dinâmica hegemônica nos períodos entre 1990 e 2000, assim como em outros Estados brasileiros, como já mencionado. As eleições de 1982, ao despeito da abertura política, não trouxeram inversões políticas consideráveis para o Estado em tela. Na realidade, esse período caracterizou-se pelo continuísmo representado pela política dos coronéis.

Concernente ao Estado cearense, Leal (1975) ressalta que a era do coronelismo moderno foi demarcada pelas trajetórias políticas de Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals¹⁵, exemplificando a transição de um Nordeste eminentemente agrário para uma região

¹⁵ Governadores do Estado do Ceará no período do regime militar.

com população cada vez mais urbana e economia voltada, essencialmente, para a indústria e o serviço.

Mas, conforme Barbalho (2007), o período correspondente às eleições de 1982 não trouxe consigo uma mudança de prisma quanto ao quadro político predominante, já que os resultados das eleições foram favoráveis a Gonzaga Mota, economista do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que havia sido Secretário de Planejamento do governo Virgílio Távora (1979-1982) e, naquelas eleições, foi apoiado pelos chamados *três coronéis da política cearense*¹⁶ (GONDIM, 1995, p. 4). Sua candidatura foi uma alternativa para manter a supremacia do ex-grupo arenista e agora pedeevista no poder, tendo intervenção direta da cúpula do PDS nacional. Essas eleições deixaram explícita a fragilidade da oposição, com o candidato situacionista sendo eleito com mais de 70% dos votos, contra cerca de 29% do candidato peemedebista, Mauro Benevides, e menos de 1% do candidato petista, Américo Barreira, conforme Tabela 7, abaixo.

TABELA 7 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1982)

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS 1º T	%
Luiz de Gonzaga Mota	PDS	1.149.468	70,16
Mauro Benevides	PMDB	478.853	29,23
Américo Barreira	PT	9.961	0,61
TOTAL	-	1.638.282	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 101).

Entretanto, nas eleições de 1986, ocorreu uma polarização de discurso entre empresários *versus* coronéis / modernidade *versus* tradição. Sobre esse fato, Barbalho (2007) menciona que a própria campanha política, responsável pela fixação do pólo opositivo empresários/modernidade¹⁷ *versus* coronéis/tradição, apresentou nuances importantes.

Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e às práticas de clientelismo e mandonismo, organizou-se a campanha do candidato Tasso Jereissati [Movimento Pró-Mudanças – PMDB, PC do B,

¹⁶ Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals.

¹⁷ A questão é que a palavra “moderno” não possui sentido próprio, o que possibilita ser entendida de diferentes formas. Michael Löwy (1992) aponta a natureza equívoca, ambígua e polissêmica do conceito de modernidade. Ao recorrer ao dicionário e observar que a sua base etimológica vem do latim modo, cujo significado é “recentemente”, ainda assim tem-se um vazio conceitual, carecendo de conteúdo e precisão, afinal todo período histórico foi recente em sua época. No entanto, o mesmo verbete fornece um significado mais substancial ao termo. Moderno seria o que “se beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência” e, portanto, o conceito de modernidade estaria “estritamente ligado ao de progresso, isto é, à valorização positiva da novidade” (LÖWY, 1992, p.119, grifo do autor).

Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)] ao governo do Estado. Sua candidatura, contrária ao pólo representado por Adauto Bezerra (Coligação Democrática – PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica. O slogan *O Brasil mudou. Mude o Ceará* apoiava-se nas mudanças em curso, nacionalmente, para reforçar a luta local contra as “forças retrógradas do coronelismo”. Tasso era o “candidato da mudança”, que sinalizava com a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada.

Seu nome virou uma marca construída a partir da figura do jovem e bem-sucedido empresário decidido a entrar na política por amor à causa pública, o que se mostrou uma tática vitoriosa, inaugurando o cenário que mais tarde inspiraria a hegemonia do PSDB nesse Estado. A Tabela 8, a seguir, mostra o resultado dessa eleição.

TABELA 8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	PMDB – PDC – PCB – PC do B	1.407.693	61,46
José Adauto Bezerra	PFL	PFL – PDS – PTB	807.315	35,25
José Haroldo Bezerra Coelho	PT	PT – PSB	68.044	2,97
Francisco Aires Quintela	PCS	PSC – PL	7.304	0,32
TOTAL	-	-	2.290.356	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 101).

A partir de 1986, iniciou-se uma mudança de panorama na política cearense, a qual, por sua vez, apresentou as primeiras nuances que projetariam o PSDB anos mais tarde. A vitória do candidato Tasso Jereissati nas eleições de 1982, explica Mota (1992), colocou no contexto político da época duas palavras contundentes: miséria e participação. Acabar com uma e promover a outra seriam as metas de seu mandato. Naquele momento de campanha, Tasso declarou que ocorria no Ceará “toda uma estrutura viciada a manter a população aprisionada à política do clientelismo, que se baseia em dois pilares: poder e miséria”, e que só era possível mudar essa situação “a partir da mudança das estruturas administrativas e políticas.”

Com a eleição de Tasso ao governo do Ceará (1986), surgiram divergências no período da campanha presidencial (1989), onde, conforme Nobre (2008), a inclinação para apoio de Tasso à candidatura de Collor teve como consequência a saída dos secretários que não o apoiavam nessa decisão, especificamente, de Eudoro Santana (Agricultura), Nildes

Alencar (Educação) e Ariosto Holanda (Indústria e Comércio), sendo os dois primeiros filiados ao PMDB. A despeito disso, a aliança de Collor no Estado foi efetivamente constituída com Aduino Bezerra e seu partido, o PFL. A aliança do grupo de Tasso à candidatura de Collor, portanto, foi inviabilizada, devido à rixa entre o “grupo tassista” e as “velhas oligarquias”. Então, o governador cearense e seu grupo apoiaram a candidatura de Mário Covas (PSDB), o que levou, meses depois, à migração de Tasso e Ciro Gomes para o PSDB.

Nessas eleições, para Sandes-Freitas (2015), o resultado demonstrou a força do grupo tassista, nas eleições estaduais, frente à candidatura que uniu PDS, PMDB e PFL. Ciro Gomes (PSDB) foi eleito com 54,32% contra 36,98% do candidato pedessista. O candidato do PT obteve apenas 7,87% dos votos, explicitando que, naquele momento, a estratégia de lançamento de candidaturas de esquerda “puro-sangue” não garantia grande votação (ver Tabela 9).

TABELA 9 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1990)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Ciro Ferreira Gomes	PSDB	PSDB – PDT – PDC	1.279.492	54,32
Paulo de Tarso Lustosa da Costa	PDS	PDS – PMDB – PFL – PTR – PSD – PT do B	871.047	36,98
João Alfredo Telles Melo	PT	PT – PCB – PSB – PC do B	185.482	7,87
José Ribamar Aguiar Junior	PRN	Sem coligação	19.508	0,83
TOTAL	-	-	2.355.529	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 114).

Sandes-Freitas (2015, p. 114) afirma que o PSDB consagra seu crescimento e sua evolução no Estado do Ceará com representação, inclusive, no Senado e Câmara Federal, assim assinalando:

[...] a disputa eleitoral multipartidária para a presidência afetou o arranjo de forças no Estado do Ceará em 1990, colocando, novamente, o grupo tassista, de um lado, e o grupo ligado aos coronéis, de outro, com o PMDB mudando, novamente, seu apoio formal. Esse movimento fez com que o grupo de Tasso Jereissati saísse do PMDB e fosse para o recém-fundado PSDB, emponderando-o no Estado. O PSDB saiu extremamente fortalecido das eleições de 1990, pois além do governo do Estado, elegeu para o Senado Benedito Clayton Veras Alcântara, o Beni Veras, e foi o partido com maior número de deputados federais do Estado, com sete, de um total de 22, e também com mais deputados estaduais, 18, de um total de 46. As conquistas do PSDB cearense, em 1990, possibilitaram que a elite política estadual do partido se tornasse importante também para suas estratégias nacionais. Isso se tornou

evidente quando, em setembro de 1991, Tasso Jereissati foi eleito presidente nacional do PSDB, ficando no cargo até 1994. Essa seria a primeira das duas passagens de Tasso à frente da presidência nacional da sigla.

O crescimento do PSDB no Ceará projeta-se para a cena nacional, resultando na nomeação de Ciro Gomes para o Ministério da Fazenda, em 1994. Para Sandes-Freitas (2015), Ciro Gomes assumiu um dos ministérios mais importantes do governo federal, logo após a implementação do Plano Real, além de já ter garantido a vitória de Tasso Jereissati (PSDB) para o governo estadual nas eleições de 1994. Isso constituiria a projeção nacional desse político, mesmo ocupando o cargo apenas por alguns meses.

Após o rompimento do grupo tassista com o PMDB, de acordo com Sandes-Freitas (2015), este passou a polarizar as disputas com o PSDB no Estado do Ceará. Aliado à candidatura peemedebista, o grupo ligado aos coronéis enfraquecia-se diante do florescimento de outros atores políticos com força eleitoral no Estado. O PPR (ex-PDS) e o PFL foram meros coadjuvantes na coligação peemedebista para o Estado em questão. O resultado das eleições de 1994 está demonstrado na Tabela 10, a seguir.

TABELA 10 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1994)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	PSDB – PDT – PTB	1.368.757	55,32
Juraci Vieira de Magalhães	PMDB	PMDB – PPR – PFL – PP – PSD	930.407	37,61
Joaquim Cartaxo Filho	PT	PT – PPS – PSB – PC do B	75.753	3,06
Rosa Maria Ferreira da Fonseca	PSTU	PSTU – PCB	72.395	2,93
José Evaldo Costa Lins	PRONA	Sem coligação	26.819	1,08
TOTAL	-	-	2.474.131	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 119).

Pelo exame da Tabela 10, nota-se que o PSDB conseguiu a maioria dos votos, inclusive decidindo as eleições já no primeiro turno, com 55,32% dos votos, apesar da votação expressiva da segunda força política do Estado do Ceará, representada pelo PMDB e aliado, não constituir êxito frente à força política encabeçada pelo PSDB, apoiados pelo PDT e PTB.

Então, o governo de Tasso Jereissati foi caracterizado pela ocupação das principais pastas (secretarias de Estado) por seus agremiados, fortalecendo a sua estrutura no Ceará. É relevante salientar, também, que o PSDB apresentou desempenho excelente nas vagas do Legislativo estadual e nacional, culminando na vitória das eleições seguintes. O resultado da presença do partido em ambos os poderes está disposto na tabela 11.

TABELA 11 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	PSDB – PPB – PPS – PTB – PSD	1.569.110	62,72
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	PMDB	PMDB – PST – PSL – PSC – PAN – PRN – PSDC – PFL	548.509	21,92
José Airton Félix Cirilo da Silva	PT	PT – PDT – PSB – PC do B – PV – PCB	347.671	13,90
Antônio Reginaldo Costa Moreira	PMN	Sem coligação	18.304	0,73
Valdir Alves Pereira	PSTU	Sem coligação	18.239	0,73
TOTAL	-	-	2.501.833	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 125).

Analisando a Tabela 11, verifica-se um desempenho extraordinário do PSDB nas eleições de 1998, consolidando sua hegemonia, inclusive ampliando o percentual de votos válidos nas eleições, em comparação com pleitos anteriores. O candidato Tasso Jereissati ficou com 62,72% dos votos, e a segunda força política, encabeçada pelo PMDB, principal adversário do PSDB, obteve 21,92% dos votos válidos. A eleição de 1998, entretanto, apresentou uma nuance diferenciada da ocorrida em 1994, pois consolidou, também, a reeleição do PSDB nacionalmente, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, demonstrando a pujança da agremiação.

Outra questão importante que deve ser salientada diz respeito ao declínio das forças políticas ditas tradicionais e conservadoras (PMDB e aliados), que a cada pleito apresentavam desempenho menos expressivo. Por outro lado, os partidos consagrados como de esquerda, liderados pelo PT, paulatinamente vão constituindo maior visibilidade política frente ao eleitorado cearense, ampliando substancialmente os votos válidos a cada eleição realizada. Essa expressão das forças de esquerda, no Estado do Ceará, apontaram para uma maior visibilidade nas eleições de 1998, igualmente, pela atuação do PT na disputa presidencialista, que se sofisticou gradativamente.

As eleições seguintes anunciariam uma mudança de dinâmica na hegemonia do PSDB, com uma alteração de perspectiva a partir de divergências entre Tasso Jereissati e seus próprios aliados. Esse conflito de interesses surgiu em virtude da ida de Tasso para concorrer a uma vaga ao Senado, e às dificuldades de consenso do PSDB sobre que candidato competiria à vaga de governador do Ceará no pleito de 2002. Ademais, houve um desalinhamento entre o PSDB cearense e os interesses do PSDB nacional.

Para Sandes-Freitas (2015), se a campanha presidencial de José Serra (PSDB) não estava bem articulada à de Lúcio Alcântara (PSDB) para o governo do Estado, e de Tasso Jereissati (PSDB) para o Senado, a campanha estadual de José Airton (PT) estava bem amarrada à campanha presidencial de Lula (PT).

Apesar das disputas internas do PSDB nacional, que repercutiram na coordenação da candidatura serrista no Estado, o pleito cearense replicou a mesma disputa configurada em nível presidencial. Nesse panorama, o PSDB apresentou maior dificuldade para obter o sucesso na campanha de 2002, inclusive ocorrendo o segundo turno (ver Tabela 12).

TABELA 12 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Lúcio Gonçalo de Alcântara	PSDB	PSDB – PPB – PSD – PV	1.625.202	49,79	1.765.726	50,04
José Airton Felix Cirilo da Silva	PT	PT – PC do B – PL – PMN – PCB	924.690	28,33	1.762.679	49,96
José Sérgio de Oliveira Machado	PMDB	PMDB – PFL	395.699	12,12	-	-
José Wellington Landim	PSB	PSB – PSDC – PSC – PSL – PT do B – PHS – PAN – PGT – PRTB	240.189	7,36	-	-
Cláudia Maria Meneses Brilhante	PTB	Sem Coligação	37.658	1,15	-	-
Pedro de Albuquerque Neto	PDT	Sem Coligação	31.102	0,95	-	-
Raimundo Pereira de Castro	PSTU	Sem Coligação	9.707	0,30	-	-
TOTAL	-	-	3.264.247	100,0	3.528.405	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 132).

De acordo com a Tabela 12, verifica-se que no pleito de 2002 ocorreu uma polarização entre o PSDB e o PT. A concentração das eleições no âmbito presidencial, que inaugurou o candidato do PT como vitorioso (Luís Inácio Lula da Silva), acabou alinhando-se ao tecido político das eleições para o governo do Estado no Ceará.

O pleito de 1998 já sinalizava para o crescimento dos partidos de esquerda no Ceará e enfraquecimento das forças conservadoras (PMDB e aliados), que amarguravam derrotas sucessivas desde 1986. A partir dessas eleições, houve uma atração entre PSDB e PT, sendo que a primeira legenda paulatinamente foi perdendo sua hegemonia no contexto das disputas eleitorais no Ceará.

Com a popularização do governo Lula e a falta de uma representação nacional, como se sucederam em dois pleitos presidenciais seguidos, o PSDB cearense foi perdendo fôlego no que tange à sua força política no Estado do Ceará. O resultado do segundo turno expressou a sua divisão política em duas forças. A diferença entre o candidato eleito pelo PSDB, Lúcio Gonçalo de Alcântara, foi pouco representativa, com percentual de 50,04% do total de votos válidos, e o candidato do PT ficou com 49,96% desses votos. Essa divisão no panorama político do Ceará culminou no fortalecimento da esquerda. Entretanto, nas eleições de 2006, o PT não lançou candidato, aliando-se ao PSB e a outros partidos (ver tabela 13).

TABELA 13 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Cid Ferreira Gomes	PSB	PSB – PT– PC do B – PMDB – PRB – PP – PHS – PMN – PV	2.411.457	62,38
Lúcio Gonçalo de Alcântara	PSDB	PSDB – PTB – PTN – PSC – PPS – PFL – PAN – PTC	1.309.277	33,87
Renato Roseno de Oliveira	PSOL	PSOL – PSTU – PCB	106.184	2,75
Francisco Horácio Marques Gondim	PSDC	Sem coligação	19.491	0,50
José Maria de Melo	PL	PL – PDT – PRTB – PT do B	15.274	0,40
Salete Maria da Silva	PCO	Sem coligação	4.165	0,11
TOTAL	-	-	3.865.848	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 138).

A candidatura de Cid Gomes, do PSB (irmão de Ciro Gomes), ocorreu devido ao arranjo político do PT nacional, sendo que o vice da chapa era do PT, Francisco Pinheiro.

Essas eleições marcaram o declínio do PSDB no cenário político estadual, ocorrendo, portanto, um processo de inversão importante, ou seja, a esquerda decidiu as eleições no primeiro turno, de acordo com a Tabela 13, donde se nota que o candidato de esquerda contou com 62,38% dos votos válidos, contra 33,87% do candidato do PSDB.

Nesse contexto, é importante salientar que o antigo adversário político do PSDB no Ceará, o PMDB, coligou-se com as forças de esquerda, saindo, dessa maneira, vitorioso. A composição do primeiro escalão do governo de Cid Gomes foi caracterizada pela heterogeneidade na ocupação das pastas. Essa conjuntura de vitória estabeleceu-se na eleição seguinte, repetindo o mesmo resultado no pleito de 2010, repercutindo no declínio do PSDB no Estado (ver Tabela 14).

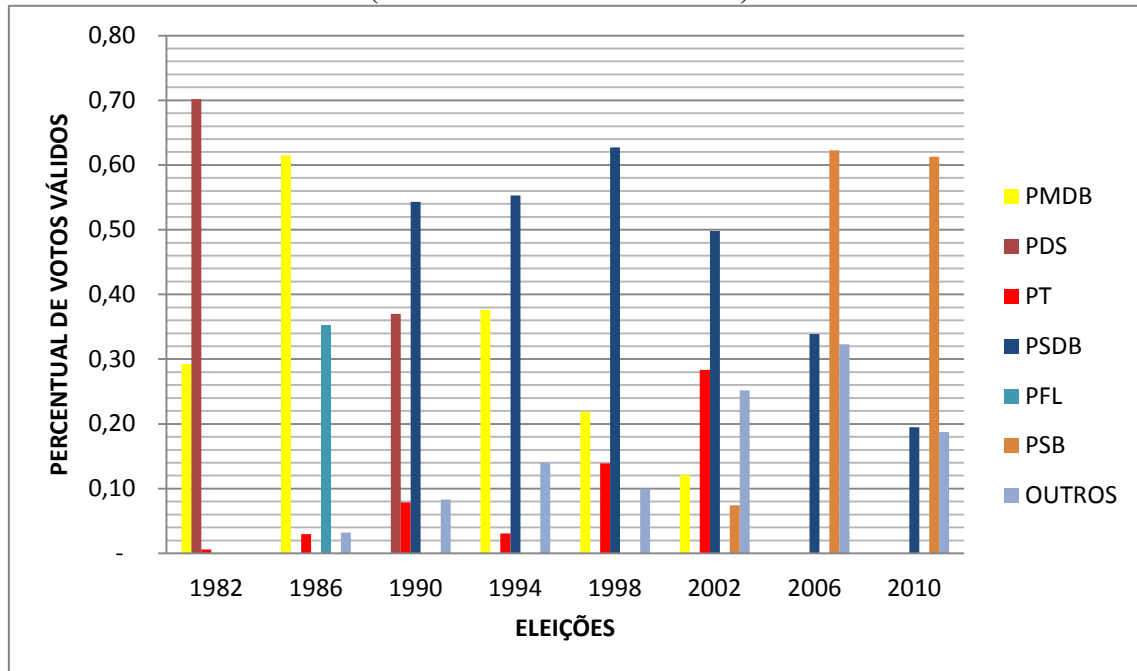
TABELA 14 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2010)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Cid Ferreira Gomes	PSB	PSB – PRB – PDT – PT – PMDB – PSC – PC do B	2.436.940	61,27
Marcos César Cals de Oliveira	PSDB	PSDB – DEM	775.852	19,51
Lúcio Gonçalo de Alcântara	PR	PR – PPS	654.035	16,44
Raimundo Marcelo Carvalho da Silva	PV	Sem coligação	66.271	1,67
Soraya Vanini Tupinambá	PSOL	Sem coligação	38.599	0,97
Francisco das Chagas Gonzaga	PSTU	Sem coligação	5.412	0,14
TOTAL	-	-	3.977.109	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE). Adaptada por Sandes-Freitas (2015, p. 142).

O pleito de 2010 demonstrou a hegemonia das forças intituladas de esquerda no Ceará, expressando, também, o declínio do PSDB, que apresentou desempenho menos expressivo que o da disputa de 2006. Sandes-Freitas (2015) ratifica que essas eleições sublinharam o rompimento de Tasso Jereissati com os Ferreira Gomes. Aquele foi candidato à reeleição para o Senado, pelo PSDB, mas foi derrotado pelos candidatos da coligação governista, ficando em terceiro lugar na disputa. O gráfico 3, a seguir, revela o desempenho dos partidos políticos que protagonizaram as eleições no período de 1982 a 2010 no Ceará.

GRÁFICO 3 – DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (% DOS VOTOS VÁLIDOS) – 1º TURNO DE 1982 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Avistando-se o gráfico 3, observa-se a existência de uma supremacia do PSDB nos pleitos de 1990 a 2002. Nesse mesmo período, notou-se o enfraquecimento do PMDB cearense, vindo esse partido a ganhar visibilidade somente após se coligar com o PSB em pleitos seguintes. A partir das eleições de 2002, verificou-se um acirramento nas disputas eleitorais, gerando uma polarização entre as forças de esquerda e o PSDB.

Ainda em consonância com o gráfico 3, infere-se que a partir desse período, o PSDB perdeu espaço gradativamente na preferência do eleitorado cearense, sob o júbilo das forças de esquerda representadas pelo PSB e PT, principalmente, este último com representação nacional a partir de 2002. Nesse contexto, importa destacar que os representantes das forças conservadoras (PMDB) constituíram apoio ao PSB para derrotar o PSDB (antigo antagonista do PSDB em eleições anteriores) nos pleitos de 2006 e 2010.

Esse apoio do PMDB aos partidos de esquerda constitui-se, provavelmente, em uma estratégia de sobrevivência da sigla, visto que de acordo com o gráfico em análise, a cada pleito, a expressão do partido na preferência do eleitorado cearense perdia fôlego. Nesse panorama, também é relevante destacar o desempenho do PSDB nos pleitos de 2006 e 2010, representado, ainda, por uma perda considerável na preferência do eleitorado cearense.

A história do PSDB paulista e cearense apresentaram pontos caracterizados pela hegemonia, ainda mais evidente quando na ocorrência de representação nacional (governo de

FHC), constituindo uma conjuntura de vitória dessa sigla nas eleições para o cargo de governador, como também em cadeiras do Legislativo estadual e federal, nesses estados, em muitos momentos somando maioria. Diferentemente do caso piauiense, em São Paulo e no Ceará, o desenvolvimento da agremiação se deu, em grande medida, pelo desempenho eleitoral exitoso nas disputas para o Governo do Estado. Isso possibilitou a ascensão de lideranças estaduais à condição de lideranças nacionais. Já referente à institucionalização do PSDB no Piauí, sugere-se a existência de uma constituição díspar, resultando no encapsulamento da sigla no município de Teresina. O PSDB piauiense não conseguiu projeção estadual, mas foi extremamente vitorioso na capital. Qual a razão dessa disparidade no desempenho eleitoral nos dois níveis de disputa?

O capítulo terceiro observará como ocorreu o processo de surgimento e desenvolvimento no PSDB do Piauí, além da relação com o desempenho eleitoral do partido para o cargo de governador, no período de 1988 a 2010, Deputado Federal e Deputado Estadual no estado do Piauí, além dos pleitos de 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008 no âmbito de Teresina, inclusive vereadores, além dos municípios piauienses, referente ao número de prefeituras conquistadas e com relação ao número de filiados dos partidos e outras siglas.

CAPÍTULO 3 - PSDB NO PIAUÍ: GÊNESE, ANÁLISE DE DESEMPENHO E DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZATIVO

A história de um partido político é resultado de uma mobilização e articulação de pessoas com algum interesse comungado. Essa ação ocorre por diversas razões, em extratos sociais variados, em conjunturas políticas múltiplas e enredos econômicos propícios ou não para o seu aparecimento, expressando, portanto, uma perspectiva multifacetada.

O processo de criação do PSDB não foi diferente. O partido emerge do descontentamento de membros do PMDB (principalmente parlamentares), que expressaram sua insatisfação através da dissidência e promulgando uma nova sigla que se desenvolve de maneira robusta no decorrer dos anos de 1990 e 2000, no panorama nacional e em estados como São Paulo, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Ceará. No Ceará, por exemplo, como já mencionado no capítulo dois dessa dissertação, a sigla foi exitosa nas eleições de 1990 – primeiro estado a eleger um governador do partido – tendo eleito governadores até as eleições de 2002. Em São Paulo, elegeram governadores a partir de 1994 até 2014. Outros estados que elegeram governadores do PSDB foram: Minas Gerais, Pará, Sergipe, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte, além de alianças exitosas como no estado do Espírito Santo, por exemplo.

Nas eleições de 1998, por exemplo, elegeram para o governo nos estados de Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Sergipe, por exemplo, além de compor coligações exitosas em diversas outras regiões, de acordo com dados do TSE (2015). Esse contexto favorável, entretanto, se manifestaria de modo particular no estado do Piauí. Nesse período de crescimento do PSDB no panorama nacional, e, em variados estados brasileiros, no âmbito das eleições para o cargo de governador, não é constituído com a mesma performance no Piauí.

A partir dessa reflexão se propõe expor as variáveis explicativas que desenhariam essa configuração no recorte de 1988 a 2010. Nesse sentido procura-se desenvolver nesse capítulo como o PSDB no estado do Piauí configurou sua gênese (política-programaticamente), e sua respectiva estruturação, analisando o seu desempenho eleitoral e a relação das bases organizacionais do partido e a ação de seus atores constituintes com o seu desempenho nos pleitos eleitorais sugeridos.

Entretanto, apesar do recorte analítico se configurar no período de 1988 a 2010 é pertinente frisar que outros contextos temporais serão utilizados para formar base

explicativa para o nascimento do partido no estado do Piauí. O PSDB é uma agremiação que nasce do PMDB, portanto, a mobilização e articulação de seus pares se processariam anterior a esse período, e por questões de plausibilidade teórica se estruturam menções a recortes anteriores, como também posteriores ao destaque temporal sugerido. A escolha do recorte temporal (1988 a 2010), no entanto, se fundamenta devido o partido ter sido criado em 1988, entretanto, à ocorrência áurea do partido, se manifesta, principalmente com advento à Presidência da República em 1994 e o sucesso eleitoral em pleitos estaduais terem se materializado majoritariamente após essa consolidação. A descrição do sucesso eleitoral para as eleições estaduais nos Estados de São Paulo e Ceará, por exemplo, constitui parâmetro de desempenho do PSDB em eleições exitosas, ou seja, a partir da análise dos desmembramentos ocorridos nesses cenários podem-se estabelecer critérios avaliativos do comportamento da agremiação no estado do Piauí, que foi caracterizada pelo o insucesso nos pleitos avaliados. É o objetivo desse capítulo descrever o desempenho eleitoral do PSDB no estado do Piauí, buscando possíveis explicações para a dificuldade do partido de ser um ator político central nas eleições estaduais piauienses.

3.1 O Desempenho Eleitoral do PSDB no Estado do Piauí

Conforme Sandes- Freitas (2015), anterior ao processo de criação do PSDB no estado do Piauí o partido que apresentou hegemonia nos anos anteriores a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o PMDB, assim como na maioria dos Estados brasileiros. No Piauí nas eleições para governador, no ano de 1986, a candidatura exitosa foi do engenheiro Alberto Tavares Silva, como demonstra a tabela 15 a seguir.

TABELA 15 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1986)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Alberto Silva	PMDB	PMDB – PDS – PCB – PCdoB	440.218	49,55
Freitas Neto	PFL	PFL – PDT	425.490	47,89
Nazareno Fonteles	PT	PT	22.791	2,57
TOTAL	-	-	888.499	100,00

Fonte: SANDES-FREITAS (2010), com base nos dados da base de Jairo Nicolau e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Conforme Sandes-Freitas (2015) as eleições de 1986 marcaram uma mudança na conjuntura política estadual. Contudo, apesar da vitória do PMDB sobre as forças ditas

conservadoras e de direita, representadas pelo PFL, o êxito do candidato do PMDB só foi possível graças ao apoio pedessista, que conforme o autor em tela ainda possuía capital político relevante no estado do Piauí.

Como mencionado anteriormente Raimundo Wall Ferraz, de acordo com José Reis, permaneceu no PSDB porque enxergava a possibilidade de sair candidato pelo PSDB ao governo do estado do Piauí nas eleições de 1990. Essa consolidação se confirmou, Wall Ferraz sai como concorrente nestas eleições e conta com a adesão PMDB de Alberto Silva a sua candidatura. Do outro lado encontrava-se o grupo do PFL apoiado principalmente pelo PDS e apresentava como candidato Freitas Neto. O resultado da eleição está disposto na tabela 16.

TABELA 16 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1990)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Freitas Neto	PFL	PFL – PDS – PTB – PSC	466.406	52,49	571.652	54,84
Wall Ferraz	PSDB	PSDB – PMDB – PDC – PL – PTR – PRN	408.800	46,01	470.660	45,16
Antônio Neto	PT	PT – PDT – PSB – PC do B	53.477	6,02		
Francisco Macêdo	PMN	PMN	4.934	0,56		
TOTAL	-	-	888.499	100	1.042.312	100,00

Fonte: SANDES-FREITAS (2010), com base nos dados da base de Jairo Nicolau e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Conforme a tabela 16 as eleições de 1990 se apresentariam acirradas, sendo provocado inclusive o segundo turno. O resultado favoreceu o candidato derrotado nas eleições de 1986 Freitas Neto. O percentual de votos atingido pelo candidato foi de 54,84%, enquanto o concorrente do PSDB Wall Ferraz com a coligação PMDB – PDC – PL – PTR – PRN ficou com 45,16% dos votos válidos. Segundo Sandes-Freitas (2015, p. 155) o PFL não somente levou a cadeira de governador, mas, fortaleceu sua base na Assembleia.

O PFL, além de ter sido vitorioso na disputa para o Governo do Estado, elegeu a maior bancada da Assembleia Legislativa, com doze cadeiras, perdendo quatro deputados em relação às eleições de 1986. O PDS também perdeu duas cadeiras, ficando com quatro deputados. Houve a ampliação da fragmentação partidária, com a inclusão de mais três siglas na Assembleia Legislativa: PDC, PL e o PT. Dos partidos que já tinham deputados estaduais, somente o PMDB ampliou sua bancada, de oito para nove parlamentares.

As tabelas 17, 18 e 19 mostram os resultados das eleições para o cargo de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual e os respectivos partidos.

TABELA 17 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE SENADOR – PIAUÍ (1990)

Candidatos a senador da República	Primeiro suplente de senador	Número	Coligação	Votação	Percentual
Lucídio Portela* PDS	Aquiles Nogueira PFL	111	PFL, PDS, PTB, PSC	373.913	49,14%
Paulo Freitas PRN	não disponível	361	(PSDB, PMDB, PRN, PL, PDC, PTR)	307.503	40,34%
Francisco Pedrosa PDT	não disponível	121	(PT, PC do B, PDT, PSB)	72.010	9,46%
Anselmo Oliveira de Moraes PMN	não disponível	331	PMN (sem coligação)	8.075	1,06%

* Senador Eleito

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 17 o PSDB apoia o candidato Paulo Freitas do PRN, entretanto, o candidato do PDS Lucídio Portela logrou êxito com 49,14% dos votos válidos. Com relação aos Deputados Federais o resultado foi o seguinte (ver tabela 18):

TABELA 18 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1990)¹⁸

Deputados Federais eleitos	Partido	Votação
Átila Lira	PFL	66.812
Benedito Sá	PDS	63.381
Paulo Silva	PSDB	55.402
Paes Landim	PFL	48.694
José Luís Maia	PDS	41.913
Murilo Rezende	PMDB	41.284
Jesus Tajra	PFL	39.677
Mussa Demes	PFL	37.810
João Henrique	PMDB	36.931
Ciro Nogueira	PFL	35.025

Fonte: TSE, 2016.

¹⁸ Dez vagas para Deputado Federal (TSE, 2015).

De acordo com a tabela 18 as eleições de 1990 marcam a eleição do primeiro Deputado Federal pelo PSDB no Piauí, Paulo Silva, sendo que a maioria dos Deputados Federais exitosos neste pleito foi do PFL (5 deputados).

A tabela 19 expõe os Deputados Estaduais eleitos no pleito de 1990.

TABELA 19 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL¹⁹ – PIAUÍ (1990)

Deputados estaduais eleitos	Partido	Votação
Marcelo Castro	PMDB	21.567
Moraes Souza	PFL	20.473
Luiz Menezes	PDS	17.533
Luciano Nunes	PDS	16.892
Ismar Marques	PFL	16.882
Tomaz Teixeira	PMDB	16.493
Jesualdo Cavalcanti	PFL	15.782
Kleber Eulálio	PMDB	15.410
Barros Araújo	PFL	14.906
Robert Freitas	PFL	14.574
Bona Medeiros	PFL	14.209
Themístocles Filho	PMDB	13.897
Paulo Henrique Paes Landim	PDC	13.811
Xavier Neto	PL	13.716
João Silva Neto	PMDB	13.675
José Isaías da Silva	PDC	13.562
Francílio Almeida	PMDB	13.528
Sabino Paulo	PFL	12.937
Batista Dias	PMDB	12.907
Sebastião Leal	PFL	12.744
Wilson Brandão	PFL	12.695
Warton Santos	PMDB	12.628
Adolfo Nunes	PL	12.532
César Sindô	PMDB	12.209
César Melo	PFL	12.148
Fernando Monteiro	PFL	12.061
Waldemar Macedo	PFL	11.945
Pedro Borges	PDS	11.514
Eurimar Nunes	PDS	11.501
Nazareno Fonteles	PT	9.170

Fonte: TSE, 2016.

¹⁹ 30 vagas (TSE, 2015).

De acordo com a tabela 19 o partido que apresentou melhor performance para o cargo de Deputado Estadual foi o PFL, elegendo 11 deputados, seguido do PMDB, com 7 deputados eleitos. Nesse pleito é importante registrar a eleição do primeiro Deputado Estadual petista, denotando um avanço para a agremiação, como também não se verifica nenhum Deputado Estadual eleito pela sigla do PSDB, pontuando apenas a vaga de Deputado Federal como já salientando.

Isso evidencia que o PSDB, em 1990, ainda era um partido com pouquíssima projeção no estado, frente a dois partidos hegemônicos no estado: PFL e PMDB, com o PDS, em declínio. Conforme Sandes-Freitas (2015), os cargos de primeiro escalão desse governo foram ocupados majoritariamente por membros do PDS e do PFL. Nesse momento, o PSDB não possuía vínculos com o PFL, algo que seria diferente a partir das eleições de 2002, como veremos mais a frente.

As eleições de 1994, entretanto, mudariam o cenário político no Piauí. A candidatura de Francisco Moraes Souza (Mão Santa) representaria uma ruptura com as forças políticas mais conservadoras e tradicionais do Estado. Nesse espaço o PSDB não apresentou candidatura própria, sendo o candidato “Mão Santa” do PMDB e a sigla social democrata coligada a esse partido, com o candidato ao cargo de vice-governador, Osmar Araújo. O resultado da eleição está disposto na tabela 20 a seguir

TABELA 20 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Átila Lira	PFL	PFL – PPR – PTB – PL – PP	378.947	44,86	487.635	44,19
Francisco Moraes Souza (Mão Santa)	PMDB	PMDB – PDT – PPS – PMN – PSDB – PC do B	316.200	37,43	615.945	55,81
Nazareno Fonteles	PT	PT – PSB	128.054	15,16		
Marciano Silveira Neto	PRN	PRN	21.590	2,56		
TOTAL	-	-	844.791	100	1.103.580	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A eleição de “Mão Santa” consolida uma nova perspectiva para o PSDB. Pela primeira vez no estado do Piauí, desde sua criação em 1988, o partido ingressa no governo estadual. Nesse período o PSDB ocupou importante secretaria na pessoa de Luiz Ubiraci de Carvalho na pasta da educação. Outro cargo de primeiro escalão preenchido pelo PSDB foi a Secretaria de Comunicação Social, essa de menor expressão.

As tabelas 21, 22 e 23 demonstram os resultados para as eleições de 1994 para os cargos de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, respectivamente.

TABELA 21 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (1994)

Candidatos a senador da República	Candidatos a suplente de senador	Número	Coligação	Votos	Percentual
Hugo Napoleão* PFL	Benício Sampaio	253	Vontade do Povo (PFL, PPR, PP, PL, PTB)	500.336	39,46%
Freitas Neto* PFL	Eloi Portela	252	Vontade do Povo (PFL, PPR, PP, PL, PTB)	435.655	34,36%
Chagas Rodrigues PSDB	não disponível	452	Resistência Popular (PMDB, PSDB, PC do B, PDT, PPS, PMN)	277.870	21,90%
Celso Barros PMDB	não disponível	152	Resistência Popular (PMDB, PSDB, PC do B, PDT, PPS, PMN)	203.132	16,02%
Antônio Pereira PT	não disponível	133	PT, PSB	96.390	7,60%
Gerardo Dantas PT	não disponível	132	PT, PSB	96.328	7,60%

* Eleitos.

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a tabela 21 na disputa pela vaga de Senador da República os dois candidatos do PFL, Hugo Napoleão e Freitas Neto saem vitoriosos. O candidato apoiado pelo PSDB Chagas Rodrigues não obteve êxito ficando com 21,90% dos votos válidos. A Tabela 22 mostra os Deputados Federais eleitos no pleito de 1994.

TABELA 22 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1994)

Deputados federais eleitos	Partido	Votação
Ari Magalhães	PPR	76.198
Benedito Sá	PP	74.983
Júlio César	PFL	68.426
Alberto Silva	PMDB	65.061
Heráclito Fortes	PFL	60.975
Mussa Demes	PFL	56.240
Felipe Mendes	PPR	54.260
Paes Landim	PFL	52.570
Ciro Nogueira	PFL	46.938
João Henrique	PMDB	34.469

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a tabela 22 o PSDB não conseguiu eleger nenhum Deputado Federal, sendo que o PFL conseguiu manter a hegemonia nesse período, ficando com 4 vagas, situação semelhante para o cargo de Deputado Estadual (ver Tabela 23)

TABELA 23 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (1994)

Deputados estaduais eleitos	Partido	Votação
Robert Freitas	PFL	27.566
José Néri	PPR	26.045
Matias Melo	PPR	24.673
Leal Júnior	PFL	23.669
Ismar Marques	PFL	23.276
Fernando Monteiro	PFL	23.242
Francisco Martins	PFL	22.503
Moraes Souza	PFL	22.413
Adolfo Nunes	PPR	21.216
Wilson Brandão	PFL	21.011
Pompílio Evaristo	PTB	20.452
Juraci Leite	PFL	19.946
Ferreira Neto	PFL	19.884
Luiz Menezes	PPR	18.782
César Melo	PFL	18.088
Eurimar Nunes	PPR	17.893
Xavier Neto	PL	17.498
Paulo Henrique Paes Landim	PFL	17.256
Kennedy Barros	PFL	16.936
Chico Filho	PMDB	16.575
Wilson Martins	PSDB	14.513
Tadeu Maia	PPR	14.429
Bona Medeiros	PFL	14.328
Humberto Silveira	PFL	13.973
Warton Santos	PMDB	13.868
Bona Carboreto	PMDB	13.751
Kleber Eulálio	PMDB	13.610
Manin Rego	PMDB	13.522
Wellington Dias	PT	13.140
Olavo Rebelo	PT	5.507

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 23 o PFL continua com a maioria na Assembleia Legislativa piauiense, contando com 13 Deputados Estaduais. Cabe salientar que o PT gradativamente avança com o número de cadeiras nessa casa, contado com dois Deputados Estaduais eleitos pela sigla. O PSDB mantém o seu quadro com um representante o Deputado Estadual Wilson Martins.

Entretanto, conforme Sandes-Freitas (2015), no ano eleitoral seguinte (1998), o PSDB decide lançar candidato próprio, saindo do governo. Essa decisão teve como mecanismo impulsionador a própria Prefeitura de Teresina que já era controlada pelo partido desde 1992, e, portanto, representava no período um relevante colégio eleitoral.

Ainda conforme o autor retrocitado o ano de 1998, um elemento distinto caracterizou a política nacional, impactando sobre os pleitos estaduais:

[...] os políticos do Executivo passaram a poder se candidatar à reeleição. Sendo assim, Mão Santa, governador do estado, foi candidato, tendo, em sua coligação, além do PMDB, PDT e PTB, que eram aliados do governo, além do PL, que havia composto o primeiro gabinete de Mão Santa, além de PPS, PSDC, PRONA e do PC do B, que teve o candidato a vice-governador, Osmar Júnior (SANDES-FREITAS, p. 160).²⁰

Nesse período, portanto, o então governador Mão Santa lança-se candidato a reeleição pelo PMDB, agora sem o apoio do PSDB. Conforme Sandes-Freitas (2015) o PSDB, nesse período estaria mais próximo às forças políticas de esquerda no estado, estando distante politicamente do grupo pefelista, ligado às forças políticas mais tradicionais. Nesse sentido o PSDB lançou candidato próprio, Francisco Gerardo, Prefeito de Teresina entre 1995 e 1996, após a morte da maior liderança peessedebista do estado, Wall Ferraz. Apoiando o candidato peessedebista, estavam dois partidos à esquerda do espectro ideológico, PT e Partido Socialista Brasileiro (PSB), além do PSC. O PT contou com a participação de Antônio José Medeiros como vice na chapa. Entretanto, a chapa montada pelo PSDB não apresentou êxito, seu candidato Francisco Gerardo se quer chegou ao segundo turno, como mostra a tabela 23 a seguir.

²⁰ A partir desta eleição, por meio da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, ficou estabelecido a reeleição para os cargos majoritários. A medida permitiu a presidentes da República, governadores de Estados e do Distrito Federal e prefeitos o direito de continuar suas administrações, caso eleitos, por mais quatro anos.

TABELA 24 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1998)

CANDIDADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Hugo Napoleão	PFL	PFL – PPB – PSL – PAN – PV – PRP – PT do B	444.043	43,74	613.331	49,04
Francisco Moraes Souza	PMDB	PMDB – PDT – PTB – PL – PPS – PSDC – PRONA PCdoB	411.984	40,58	637.232	50,96
Francisco Gerardo	PSDB	PSDB – PT – PSC – PSB	131.821	12,98		
Francisco Macedo	PMN	PMN	15.861	1,56		
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	11.529	1,14		
TOTAL	--	--	1.015.238	100	1.250.563	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Conforme a tabela 24 Mão Santa foi derrotado no primeiro turno das eleições pelo candidato do PFL Hugo Napoleão. Durante o período eleitoral, Mão Santa retomou o discurso com caráter populista, usando referências religiosas e enfatizando o combate às oligarquias. Sobre esse episódio Alves (2014, p. 83), descreve:

Apesar dessa estratégia, que teve resultados positivos anteriormente, Hugo Napoleão venceu no primeiro turno com 43,7% da apuração. Mesmo derrotada com 40,6% dos votos, a chapa liderada pelo PMDB conseguiu levar a disputa para segundo turno. Numa eleição acirrada, Mão Santa reverteu o resultado do primeiro turno e foi reeleito governador do Estado obtendo 51% dos votos válidos, contra 49% de Hugo Napoleão. O resultado das urnas marcou a história política do Piauí por dois motivos: 1) representou a primeira derrota eleitoral sofrida por Hugo Napoleão; 2) Mão Santa tornou-se pioneiro na reeleição para o Governo do Piauí.

De acordo ainda com a Tabela 24 Mão Santa derrotou o candidato do PFL no segundo turno, nesse momento com o apoio do PSDB. As razões que explicariam esse desempenho do PSDB nas eleições para o governo do estado, ainda no primeiro turno seriam, dentre outras, a baixa popularidade do candidato do PSDB no interior do estado, além de sua postura técnica e pouco articulada politicamente, além da pouca representatividade do partido no âmbito nacional e estadual (cargos do legislativo, como já demonstrado nas Tabelas anteriores). Outra particularidade é que o PSDB no primeiro turno das eleições, conforme a tabela 24, apresentou uma coligação com partidos ideologicamente de esquerda, principalmente, nesse momento da história, pouco expressivos junto ao eleitorado piauiense. Entretanto, com a vitória de Mão Santa no segundo turno, e com o devido apoio do PSDB nesse turno, a sigla social democrata ganha maior espaço no governo do PMDB ocupando três pastas de maior expressão, foram elas: a secretaria da educação, a secretaria de obras e

serviços públicos e a secretaria de planejamento, portanto, sendo a segunda vez que o PSDB participaria do governo do estado.

As Tabelas 25, 26 e 27 mostram os resultados das eleições para o cargo de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, no pleito de 1998.

TABELA 25 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (1998)

Candidatos a senador da República	Primeiro suplente de senador	Número	Coligação	Votação	Percentual
Alberto Silva * PMDB	Marcos Silva PMDB	151	O Piauí em boas mãos (PMDB, PCdoB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA)	311.217	33,26%
Júlio César PFL	Não disponível PFL	251	Avança Piauí (PFL, PPB, PV, PRP, PSL, PAN, PTdoB)	253.255	27,06%
Nazareno Fonteles PT	Não disponível PT	131	O futuro a gente faz (PSDB, PT, PSB, PSC)	162.147	17,33%
Ari Magalhães PPB	Não disponível PPB	111	Avança Piauí (PFL, PPB, PV, PRP, PSL, PAN, PTdoB)	132.513	14,16%
Acilino Ribeiro PPS	Não disponível PPS	231	O Piauí em boas mãos (PMDB, PCdoB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA)	22.213	2,37%
Sirley Ferreira PDT	Não disponível PDT	121	O Piauí em boas mãos (PMDB, PCdoB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA)	96.328	1,78%
Landim Neto PSTU	Não disponível PSTU	161	PSTU (Sem coligação)	14.657	1,57%
Rosane Oliveira PTB	Não disponível PTB	141	O Piauí em boas mãos (PMDB, PCdoB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA)	14.426	1,54%
Irisvaldo Vieira PMN	Não disponível PMN	331	PMN (Sem coligação)	8.717	0,93%

*Eleito

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 25 a coligação PMDB, PCdoB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA elege Alberto Silva para o cargo de Senador com 33,26% dos votos válidos. Nesse pleito o PSDB apoia Nazareno Fonteles do PT que obteve 17,33% dos votos válidos. A Tabela 26 a seguir mostra os Deputados Federais eleitos no pleito de 1998.

TABELA 26 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1998)

Deputados federais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Marcelo Castro	PMDB	116.262	12,41%
Heráclito Fortes	PFL	88.602	9,46%
Mussa Demes	PFL	77.341	8,25%
Wellington Dias	PT	77.067	8,22%
João Henrique	PMDB	64.904	6,93%
Paes Landim	PFL	61.999	6,62%
Átila Lira	PFL	61.397	6,55%
Themístocles Sampaio	PMDB	44.520	4,75%
Ciro Nogueira	PFL	44.407	4,74%
Benedito Sá	PSDB	42.547	4,54%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 26 o PFL ainda apresentaria a hegemonia na Câmara Federal, representando o Piauí, com 5 Deputados e no PMDB em segundo lugar. Cabe destacar nessa tabela a ascensão do candidato petista Wellington Dias e a volta do PSDB ao quadro dos Deputados Federais representado por Benedito Sá. O desempenho eleitoral do PSDB melhoraria também para o cargo de Deputado Estadual (ver tabela 27 a seguir).

TABELA 27 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (1998)

Deputados estaduais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Moraes Souza	PMDB	40.490	3,72%
Juraci Leite	PFL	32.466	2,98%
Silas Freire	PMDB	32.386	2,98%
Francisca Trindade	PT	26.088	2,40%
Wilson Brandão	PFL	24.997	2,30%
Wilson Martins	PSDB	24.096	2,22%
Kleber Eulálio	PMDB	23.841	2,19%
Themístocles Filho	PMDB	21.978	2,02%
Warton Santos	PMDB	20.913	1,92%
Paulo Henrique Paes Landim	PFL	20.700	1,90%
Fernando Monteiro	PFL	20.697	1,90%
Mauro Tapety	PMDB	20.557	1,89%
Leal Júnior	PFL	18.939	1,74%
Henrique Rebelo	PMDB	18.145	1,67%
Chico Filho	PMDB	17.874	1,64%
Roncalli Paulo	PSDB	16.806	1,55%

Marcelo Coelho	PPB	16.799	1,54%
Edson Ferreira	PFL	16.526	1,52%
José Ribamar Pereira	PMDB	16.326	1,50%
Homero Castelo Branco	PFL	16.226	1,49%
Gustavo Medeiros	PFL	16.119	1,48%
Tadeu Maia	PPB	15.968	1,47%
Robert Freitas	PFL	15.383	1,41%
Abel Barros	PFL	15.130	1,39%
Irmão Elias	PPB	14.793	1,36%
Flávio Nogueira	PSDB	14.603	1,34%
Elias Prado Júnior	PDT	12.831	1,18%
Margarida Bona	PDT	12.251	1,13%
Pompílio Evaristo	PSDB	10.672	0,98%
Olavo Rebelo	PSB	10.202	0,94%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 27 o PSDB eleva seu número de cadeiras na Assembleia Legislativa piauiense elegendo 4 Deputados Estaduais: Pompílio Evaristo, Flávio Nogueira, Roncalli Paulo e Wilson Martins. Entretanto, a maioria dos Deputados eleitos pertenciam a sigla do PMDB e PFL, com 9 parlamentares cada um.

Um episódio marcante na cultura política do estado, entretanto, ocorreu no segundo mandato do governo Mão Santa. O candidato derrotado no segundo turno Hugo Napoleão, que conforme Sandes-Freitas (2015, p. 164), impetra uma ação junto a Justiça Eleitoral para caçar o mandato do então Governador Mão Santa.

O governo de Mão Santa foi interrompido em 16 de novembro de 2001, quando seu mandato foi cassado por crime eleitoral nas eleições de 1998, após denúncia do segundo colocado das eleições, Hugo Napoleão (PFL). Tanto o governador quanto o vice tiveram seus mandatos cassados, após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com esse resultado, o pefelista assumiu o cargo de governador tendo como vice Felipe Mendes, do PPB.

Com o ex-governador Mão Santa, provavelmente enfraquecido politicamente devido a sua derrota na Justiça eleitoral, o PSDB nas eleições de 2002 decide adotar outra postura no período eleitoral. O PMDB no Piauí não apresenta uma articulação favorável, o PSDB decide se alinhar às forças mais conservadoras. Com esse desgaste o aliado histórico do PMDB, o partido social democrata, resolve aliar-se ao PFL, sendo essa coligação costurada no eixo central de ambos os partidos. Entretanto, o eleitorado piauiense rejeita essa aliança, dando poder para a oposição de esquerda se projetar. Como salienta Sandes-Freitas

(2015, p. 165) ocorre “A ruptura com o pefelismo e a ascensão do PT”. O resultado dessa eleição está disposto na tabela 28 a seguir.

TABELA 28 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2002)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Wellington Dias	PT	PT – PTN – PC do B – PL – PT do B – PAN – PCB – PMN	688.278	50,96
Hugo Napoleão	PFL	PFL – PSDB – PPB – PRTB – PSDC – PRP	595.200	44,06
Jonathas Nunes	PMDB	PMDB – PST	41.881	3,10
Acilino Ribeiro	PPS	PPS – PDT – PHS – PTB	11.900	0,88
Joaquim Saraiva	PSB	PSB	9.616	0,71
Judson Barros	PV	PV – PSD – PSC – PTC – PGT	1.836	0,14
José Avelá	PSL	PSL	1.038	0,08
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	986	0,07
TOTAL	--	--	1.350.735	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Como descrito na tabela 28 verifica-se que as eleições são decididas no primeiro turno com a vitória do candidato petista Wellington Dias. A estratégia do PSDB foi caracterizada pelo equívoco, não repercutindo positivamente no eleitorado. A sociedade piauiense rejeitou a candidatura de Hugo Napoleão com o apoio de seu concorrente histórico PSDB abrindo espaço para consolidar e imprimir êxito ao PT nessas eleições.

As Tabelas 29, 30 e 31 demonstram os resultados para as eleições ao cargo de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual no pleito de 2002, no estado do Piauí.

TABELA 29 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (2002)

Candidatos a senador da República	Candidatos a suplente de senador	Número	Coligação	Votação	Percentual
Heráclito Fortes * PFL	Jesus Tajra PFL	251	O Piauí Que o Povo Quer (PFL, PSDB, PPB, PRTB, PSDC, PRP)	671.076	27,03%
Mão Santa * PMDB	Adalgisa Moraes Souza PMDB	151	Vitória Popular (PMDB, PST)	664.600	26,77%
Freitas Neto PSDB	Benício Sampaio PPB	456	O Piauí Que o Povo Quer (PFL, PSDB, PPB, PRTB, PSDC, PRP)	559.786	22,55%

Roberto John PT	Oneide Rocha PT	131	A vitória que o povo quer (PT, PCdoB, PL, PMN, PCB, PAN, PTN, PTdoB)	433.517	17,46%
Francisco Macedo PMN	Francisco Miguel de Moura PAN	331	A vitória que o povo quer (PT, PCdoB, PL, PMN, PCB, PAN, PTN, PTdoB)	44.887	1,81%
Pedro Laurentino PDT	Antônio Rufino Júnior PDT	123	Frente Trabalhista (PPS, PDT, PTB, PHS)	44.463	1,79%
Carlos Lobo PMDB	Prof. Zé Nito PMDB	152	Vitória Popular (PMDB, PST)	42.792	1,73%
Robespierre Bastos PV	Pascoal Filho PV	431	Preserve o Piauí (PV, PSD, PSC, PTC, PGT)	6.784	0,27%
Luiz Carlos Oliveira PSB	Domingos dos Santos PSB	400	PSB (sem coligação)	6.465	0,26%
Gervásio Santos PSTU	Maria da Penha Rocha PSTU	166	PSTU (sem coligação)	4.488	0,18%
Jefferson Leite PGT	Erasmus Borges PGT	300	Preserve o Piauí (PV, PSD, PSC, PTC, PGT)	3.661	0,15%

* Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 29 o candidato apoiado pelo PSDB para o cargo de Senador da República consegue êxito, a coligação foi composta pelas agremiações PFL, PSDB, PPB, PRTB, PSDC e PRP, elegendo Heráclito Fortes, a segunda vaga ficou com Mão Santa eleito pela coligação PMDB e PST. Nas eleições para Deputado Federal a Tabela 30 mostra o resultado do pleito de 2002.

TABELA 30 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2002)

Deputados federais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Francisca Trindade	PT	165.190	11,22%
Júlio César	PFL	124.987	8,49%
Marcelo Castro	PMDB	93.614	6,35%
Ciro Nogueira	PFL	91.859	6,24%
Mussa Demes	PFL	86.370	5,86%
Moraes Souza	PMDB	81.143	5,51%
Paes Landim	PFL	78.487	5,33%
Átila Lira	PSDB	74.088	5,03%
Afonso Gil	PCdoB	73.883	5,01%
Benedito Sá	PSDB	73.257	4,97%

Fonte: TSE, 2016.

Como descrito na Tabela 30 o PSDB ampliou o número de cadeiras na Câmara Federal, representado pelo Deputado Benedito Sá e Átila Lira, entretanto o PFL ainda conquistou o maior número de cadeiras, fazendo 3 Deputados Federais. Na Assembleia Legislativa piauiense o resultado está disposto na Tabela 31 a seguir.

TABELA 31 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2002)

Deputados estaduais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Wilson Brandão	PFL	41.876	2,86%
Leal Júnior	PFL	36.826	2,52%
Wilson Martins	PSDB	36.525	2,50%
Kleber Eulálio	PMDB	34.199	2,34%
Juraci Leite	PFL	32.948	2,25%
Fernando Monteiro	PFL	32.913	2,25%
Paulo Henrique Paes Landim	PFL	31.202	2,13%
Moraes Souza Filho	PSDB	30.156	2,06%
Edson Ferreira	PFL	29.780	2,04%
Gustavo Medeiros	PFL	29.770	2,04%
Homero Castelo Branco	PFL	27.213	1,86%
Marcelo Coelho	PPB	24.415	1,67%
Nerinho	PPB	24.302	1,66%
Flora Izabel	PT	24.221	1,66%
Themístocles Filho	PMDB	23.075	1,58%
Tadeu Maia	PPB	23.025	1,58%
Maria José Leão	PFL	21.526	1,47%
Luciano Nunes	PSDB	21.414	1,47%
Irmão Elias	PPB	20.195	1,38%
Mauro Tapety	PMDB	20.099	1,38%
Xavier Neto	PL	19.999	1,37%
Roncalli Paulo	PSDB	19.802	1,35%
Chico Filho	PMDB	19.402	1,33%
Henrique Rebelo	PMDB	18.850	1,29%
Warton Santos	PMDB	18.627	1,27%
Antônio José Medeiros	PT	16.199	1,11%
João de Deus	PT	16.199	1,03%
Elias Ximenes do Prado	PDT	13.628	0,93%
Flávio Nogueira	PDT	13.387	0,92%
Hélio Isaías da Silva	PTB	12.076	0,83%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 31 o PSDB manteve o mesmo resultado do pleito passado elegendo 4 Deputados Estaduais. O PFL manteve sua hegemonia (9 Deputados eleitos) e em segundo lugar o PMDB (6 Deputados Eleitos). Um fato que deve ser destacado é ampliação do número de cadeiras ocupadas pelos candidatos petistas com 3 Deputados Estaduais eleitos.

Após o apoio do PSDB às forças mais conservadoras do estado, esse partido perdeu em popularidade, assim como maculou a imagem de seu principal líder no período Firmino Filho, como salienta Silva (2010) e Bonfim (2002), a ser citado posteriormente. Essa dificuldade construída pelo processo analítico equivocado, do partido social democrata, resultou nas eleições seguintes em derrota para o candidato a reeleição petista, ainda no primeiro turno, ficando o principal nome do PSDB em terceiro lugar, como demonstra a tabela 32 a seguir.

TABELA 32 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2006)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Wellington Dias	PT	PT – PSB – PTB – PC do B – PL	954.857	61,98
Mão Santa	PMDB	PMDB – PP – PSC – PCB – PAN – PTC	391.083	25,26
Firmino Filho	PMDB	PSDB – PPS – PV – PT do B	189.029	12,21
Edna Nascimento	PSOL	PSOL – PSTU	6.920	0,45
José Avelar	PSL	PSL – PHS	2.792	0,18
Francisco Macedo	PMN	PMN	1.985	0,13
José Jonas Moura	PSDC	PSDC	740	0,05
Maria de Lourdes Melo	PCO	PCO	715	0,05
TOTAL	--	--	1.548.121	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Conforme a tabela 32 o candidato petista logrou êxito, ainda no primeiro turno, caracterizando a decadência política das forças conservadoras, representadas principalmente pelo PFL, expressando, portanto, essa sigla a incapacidade de promover um processo de inversão nesse período. Essa eleição demonstrou o declínio do PSDB em suas investidas para os pleitos estaduais, perdendo espaço na estrutura eleitoral do Piauí, devido às sucessivas

derrotas do partido social democrata nos pleitos em tela culminando no seu afastamento, nesta última eleição, referente à participação no primeiro escalão do governo estadual.

As Tabelas 33, 34 e 35 mostram os resultados das eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, respectivamente, no pleito de 2006.

TABELA 33 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE SENADOR – PIAUÍ (2006)

Candidato a senador(a)	Suplentes de senador(a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
João Vicente Claudino * PTB	João Hilton Fernandes Lourdes Rufino	141	<i>A vitória da força do povo</i> PT, PSB, PTB. PCdoB, PL	926.631	65,44%
Hugo Napoleão PFL	José Leão Lourival Nery	258	<i>Por um Piauí melhor</i> PFL, PRONA	328.666	23,21%
Ari Magalhães PMDB	Francisco Juriti Sérgio Rego	151	PMDB (sem coligação)	71.293	5,04%
Freitas Neto PSDB	Deocleciano Guedes Alberto Nogueira	456	PSDB (sem coligação)	62.623	4,42%
Toim do Frango PSL	Domingas Margarida Idinha Araújo	177	PSL (sem coligação)	13.035	0,92%
Geraldo Carvalho PSTU	Geracina Melo Leninha Santos	161	PSTU (sem coligação)	6.460	0,46%
Marcus Vinícius PMN	José Felipe Floriano Gonçalves	333	PMN (sem coligação)	3.499	0,25%
Zilton Duarte PSOL	Romualdo Brasil Geni Silva	501	PSOL (sem coligação)	2.465	0,17%
Prof. Idelfran PSDC	Eva Gomes Aírton Show	270	PSDC (sem coligação)	1.294	0,09%

* Eleito (a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 33 o candidato da coligação PT, PSB, PTB. PCdoB, PL encabeçada pelo PTB João Vicente Claudino é eleito com 65,44%, o candidato a Senador pelo PSDB Freitas Neto ficou com 4,42% dos votos válidos. O resultado para Deputado Federal no mesmo pleito está disposto na Tabela 34.

TABELA 34 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2006)

Candidato eleito	Partido	Votação	Total
Marcelo Castro	PMDB	160.310	9,92%
Antônio José Medeiros	PT	132.359	8,19%
Ciro Nogueira	PP	107.563	6,66%
Átila Lira	PSDB	98.442	6,09%
Osmar Júnior	PCdoB	96.935	6,00%
Júlio César	PFL	84.812	5,25%
Paes Landim	PTB	79.803	4,94%
Mussa Demes	PFL	73.708	4,56%
Nazareno Fonteles	PT	64.212	3,97%
Alberto Silva	PMDB	42.151	2,61%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 34 o PSDB elegeu um Deputado Federal, Átila Lira. O PT elegeu 3 Deputados Federais e o PMDB com dois Deputados. O resultado para Deputado Estadual mostra uma diminuição do quadro do PSDB (ver Tabela 35)

TABELA 35 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2006)

Candidato eleito	Partido	Votação
Lilian Martins	PSB	55.795
Kléber Eulálio	PMDB	47.949
Robert Rios	PCdoB	46.522
Themístocles Filho	PMDB	40.010
Wilson Brandão	PFL	39.581
Assis Carvalho	PT	33.877
Moraes Souza Filho	PMDB	32.547
Edson Ferreira	PFL	29.962
Ana Paula	PMDB	29.922
Hélio Isaías da Silva	PTB	29.463
Warton Santos	PMDB	29.361
Luciano Nunes	PSDB	28.905
Marden Menezes	PSDB	28.648
Juraci Leite	PFL	27.370
Flora Izabel	PT	26.890
Fernando Monteiro	PFL	26.833
Olavo Rebelo	PT	26.328
Flávio Nogueira	PDT	25.924

Xavier Neto	PL	24.640
Mauro Tapety	PMDB	24.348
Roncalli Paulo	PSDB	23.252
Henrique Rebelo	PMDB	23.195
João Madison Nogueira	PMDB	23.164
Nerinho	PTB	22.032
Antônio Uchôa	PDT	21.938
João de Deus	PT	21.560
Ismar Marques	PSB	21.512
Cícero Magalhães	PT	18.744
Antônio Félix	PPS	17.096
Dr. Pinto	PDT	16.131

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 35 o PSDB diminui o número de Deputados Estaduais elegendo 3. O PMDB nesse pleito apresentaria hegemonia na Assembleia do estado do Piauí, como 9 parlamentares, entretanto, cabe destacar o desempenho da bancada petista que conquistaria 5 vagas.

O cenário político do PSDB no âmbito estadual não se modificaria. Nas eleições de 2010 o partido não conseguiria sucesso e foi constituído por mais uma empreitada sem êxito, dessa vez perdendo para o candidato do PSB, Wilson Nunes Martins, como se verifica na tabela 36 a seguir.

TABELA 36 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2010)

CANDITADOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Wilson Nunes Martins	PSB	PSB – PRB – PT – PMDB – PTN – PR – PRP – PCdoB	725.563	46,37	921.313	58,93
Silvio Mendes	PSDB	PSDB – PSC – PPS – DEM	470.660	30,08	642.165	41,07
João Vicente Claudino	PTB	PTB – PP – PDT – PRTB – PHS – PTC – PT do B	337.028	21,54		
Teresa Britto	PV	PV	24.820	1,59		
José Avelar	PSL	PSL	3.106	0,20		
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	2.037	0,13		
José Romualdo Lopes de Sousa	PSOL	PSOL	1.445	0,09		
TOTAL	--	--	1.564.659	100,00	1.563.478	

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

De acordo com a Tabela 36 o candidato do PSB forma uma coligação ampla com os seguintes partidos PRB – PT – PMDB – Partido Trabalhista Nacional (PTN) – partido Republicando (PR) – Partido Republicano Progressista (PRP) – PCdoB. O candidato do PSDB foi apoiado pelo PSC – Partido Popular Socialista (PPS) – DEM. Mesmo com uma aliança de montar menor o PSDB encabeçado na chapa por Silvio Mendes, consegue levar a eleição para o segundo turno, muito provavelmente por sua popularidade no município de Teresina²¹ (principal colégio eleitoral do estado), entretanto, é derrotado no segundo turno ficando com 41,7% dos votos válidos e o candidato vencedor Wilson Martins com 58,93% dos votos válidos.

No caso do Piauí, o PSDB tem mantido ao longo do tempo uma estrutura organizacional extremamente centralizada, o que impediu, em muitos casos, a articulação de alianças mais amplas. O PSDB estadual tem mantido dominância apenas na capital do Estado (Teresina)²², não possuindo desempenho eleitoral tão positivo nos demais municípios.

As tabelas 37, 38 e 39 mostram os resultados das eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual no mesmo pleito, respectivamente. A Tabela 37 demonstra o resultado das eleições para o Senado.

TABELA 37 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR – PIAUÍ (2010)

Candidatos a senador da República	Candidatos a suplente de senador	Número	Coligação	Votação	Percentual
Wellington Dias * PT	Regina Sousa PT	131	Para o Piauí Seguir Mudando (PSB, PMDB, PT, PRB, PTN, PR, PRP, PC do B)	997.513	32,52%
Ciro Nogueira * PP	João Claudino PRTB	111	Por um Piauí Novo (PTB, PDT, PP, PRTB, PHS, PTC, PTdoB)	695.875	22,69%
Mão Santa PSC	Cassandra Moraes Souza PSC	200	A Força do Povo (PSDB, DEM, PPS, PSC)	433.690	14,14%
Heráclito Fortes DEM	Valter Alencar Filho DEM	251	A Força do Povo (PSDB, DEM, PPS, PSC)	424.350	13,84%
Antônio José Medeiros PT	Anselmo Dias PCdoB	132	Para o Piauí Seguir Mudando (PSB, PMDB, PT, PRB, PTN, PR, PRP, PC do B)	412.185	13,44%
Sgt. R. Silva PP	Francisco Pereira PTB	112	Por um Piauí Novo PTB, PDT, PP, PRTB,	45.572	1,49%

²¹ Como será verificado no desempenho eleitoral do PSDB no município de Teresina.

²² Como será observado posteriormente.

			PHS, PTC, PTdoB		
Toim do Frango PSL	Gersilda Araújo PSL	177	PSL (sem coligação)	30.752	1,00%
Antônio Florentino PV	Jorge Leite PV	431	PV (sem coligação)	18.188	0,59%
Pastor Moisés PMN	Maria do Carmo Barbosa PMN	331	PMN (sem coligação)	9.017	0,29%

* Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 37 o candidato do PSDB ao Senado não logra êxito, Mão Santa teve 14,14% dos votos, pela coligação PSDB, DEM, PPS, PSC. Os candidatos vitoriosos foram Wellington Dias do PT e Ciro Nogueira do PP. Nas eleições para Deputado Federal a Tabela 38 apresenta o resultado.

TABELA 38 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL – PIAUÍ (2010)

Deputados federais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Marcelo Castro	PMDB	171.697	10,35%
Marllos Sampaio	PMDB	141.504	8,53%
Átila Lira	PSB	120.528	7,27%
Hugo Napoleão	DEM	112.731	6,80%
Júlio César	DEM	109.328	6,59%
Assis Carvalho	PT	99.332	5,99%
Osmar Júnior	PCdoB	95.985	5,79%
Iracema Portela	PP	91.352	5,51%
Paes Landim	PTB	90.261	5,44%
Jesus Rodrigues	PT	69.287	4,18%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 38 o PSDB não consegue fazer nenhum Deputado Federal, sendo que o PMDB, DEM e PT conquistaram 2 vagas cada. A Tabela 39 mostra o resultado do mesmo pleito para Deputado Estadual.

TABELA 39 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – PIAUÍ (2010)

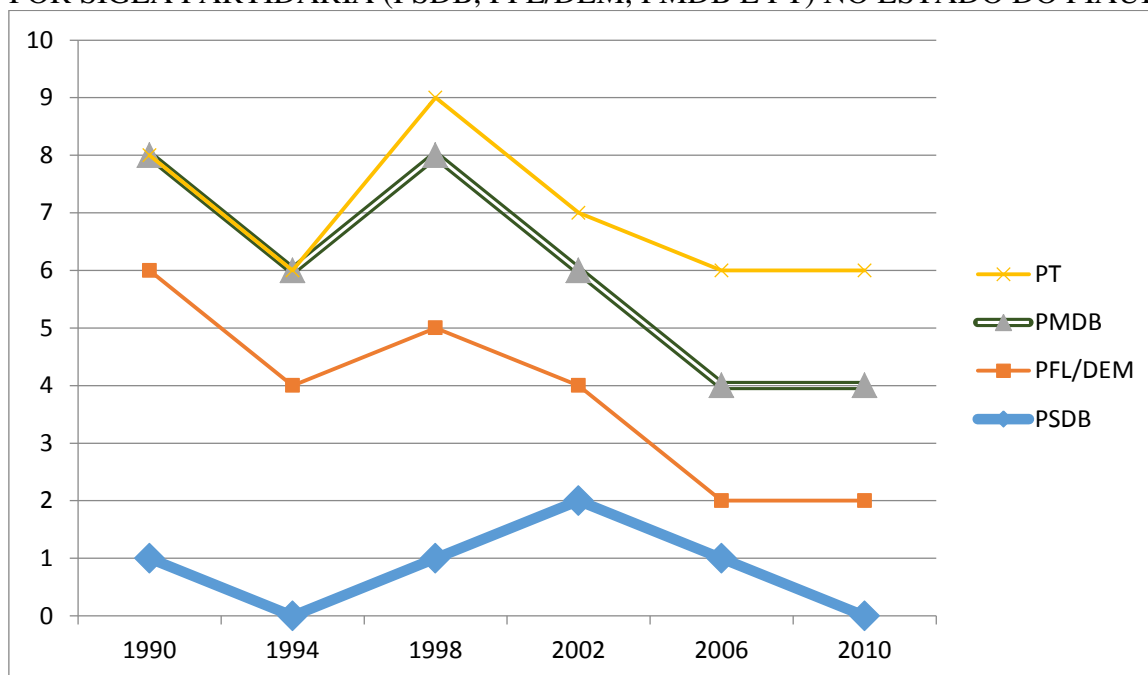
Deputados estaduais eleitos	Partido	Votação	Percentual
Lilian Martins	PSB	66.529	3,99%
Rejane Dias	PT	55.177	3,31%
Robert Rios	PCdoB	52.799	3,17%
Wilson Brandão	PSB	48.636	2,92%
Firmino Filho	PSDB	47.634	2,86%
Kleber Eulalio	PMDB	47.474	2,85%
Themistocles Filho	PMDB	46.320	2,78%
Hélio Isaías da Silva	PTB	42.231	2,53%
Fernando Monteiro	PTB	41.937	2,51%
Luciano Nunes	PSDB	37.860	2,27%
Marden Menezes	PSDB	35.644	2,14%
Gustavo Neiva	PSB	35.032	2,10%
Ana Paula Araújo	PMDB	34.385	2,06%
Flávio Nogueira Júnior	PDT	32.956	1,98%
Merlong Solano	PT	31.351	1,88%
Edson Ferreira	DEM	29.819	1,79%
Juraci Leite	DEM	28.877	1,73%
Juliana Melo Falcão	PMDB	28.634	1,72%
Lusieux Coelho	PTB	28.049	1,68%
Ismar Marques	PSB	26.665	1,60%
Belê Medeiros	PSB	24.736	1,48%
Warton Santos	PMDB	24.526	1,47%
Henrique Rebelo	PT	24.405	1,46%
Fabio Novo	PT	24.022	1,44%
Antônio Félix	PPS	23.750	1,42%
Paulo Martins	PT	23.112	1,39%
Margarete Coelho	PP	22.749	1,36%
Nerinho	PTB	22.491	1,35%
Ubiraci Carvalho	PDT	20.814	1,25%
Evaldo Gomes	PTC	10.900	0,65%

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 39 o PSDB diminui sua bancada na Assembleia do Estado, com 3 parlamentares eleitos. Cabe destacar, que de acordo com a Tabela 39 o PT consegue manter sua bancada no legislativo estadual, com 5 parlamentares. Os gráficos 4 e 5

mostram respectivamente o desempenho para Deputado Federal e Deputado Estadual em números absolutos nas eleições de 1990 a 2010, no estado do Piauí, dos principais partidos, incluindo o PSDB.

GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS DE 1990 A 2010 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PFL/DEM, PMDB E PT) NO ESTADO DO PIAUÍ

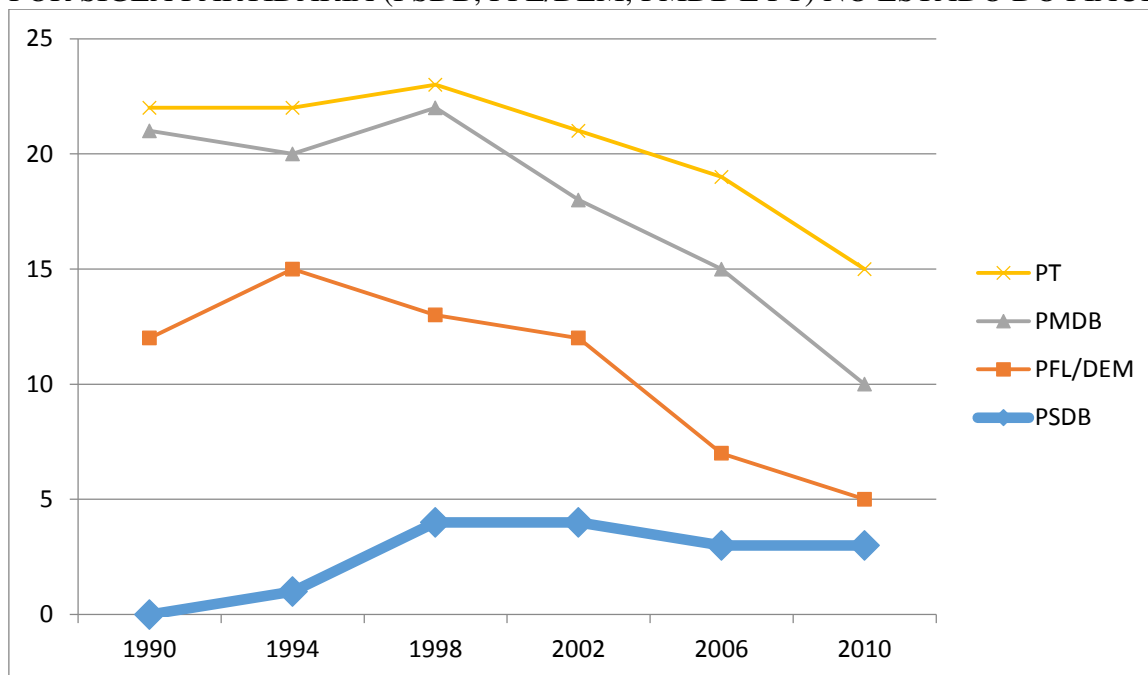


Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 4, o PSDB demonstra um desempenho pouco expressivo no período em análise. Entretanto, a partir de 1994 até o ano de 2002, o número de parlamentares ascende com os representantes piauienses na casa legislativa federal. Esse desempenho coincide com a permanência do PSDB na Presidência da República. No entanto, a sigla apresenta uma linha descendente, com relação ao número de Deputados Federais, principalmente depois do ano de 2002, marcado pelo término do governo de Fernando Henrique Cardoso. O gráfico 4 também demonstra que o PT exibiu um desempenho ascendente, iniciando o período com nenhum Deputado Federal eleito e terminando com 3 parlamentares. Dos partidos em tela o PMDB foi o que se manifestou mais estável, com relação ao número de parlamentares federais, como pode ser observado pela linha do gráfico 4 que representa a sigla, apresentando, contudo, uma discrepância em sua dinâmica no período de 1994 a 2002. O PFL/DEM, de acordo com o gráfico 4, entrou em declínio com relação ao número de parlamentares no legislativo federal, a curva se projeta de maneira ascendente, tendo uma leve recuperação no ano de 2006.

O Gráfico 5 verifica o desempenho em relação a quantidade de Deputados Estaduais eleitos nos pleitos compreendidos entre 1990 a 2010, no estado do Piauí.

GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS DE 1990 A 2010 POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PFL/DEM, PMDB E PT) NO ESTADO DO PIAUÍ



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 5 o PSDB apresentou um comportamento mais estável em relação ao número de cadeiras na Assembleia Legislativa do Piauí, entretanto, essa estabilidade mostra que não ocorreu um crescimento expressivo da sigla na casa legislativa. A linha do gráfico que representa o PSDB se posiciona inferior a todos os partidos avaliados, denotando o modesto desempenho do partido na casa legislativa estadual. Comparando com o PT, por exemplo, verifica-se que a agremiação ascendeu no parlamento estadual, conquistando gradativamente um número maior de vagas, como pode ser observado na linha que representa o partido no gráfico 5, se projetando de maneira ascendente. Dentre os partidos analisados o que demonstrou maior declínio foi o PFL/DEM, observa-se que a curva da agremiação no gráfico 5 é bastante acentuada (negativamente), no período em análise, denotando a perda de espaço no âmbito parlamentar estadual. O PMDB também diminuiu o número de Deputados Estaduais, entretanto, com uma descendência mais estável que as demais siglas.

Com relação ao cargo de Senador da República, de acordo com as Tabelas 17, 21, 25, 29, 33 e 37 o PSDB não logrou êxito, tanto com os candidatos apoiados pela sigla

(coligações), e tão pouco com as candidaturas próprias, a exceção foi às eleições de 2002 (ver Tabela 29), onde o candidato Heráclito Fortes foi eleito com o apoio dessa agremiação.

Considerando o período em análise observa-se que o desempenho do PSDB foi pouco expressivo, em relação à expansão de suas forças, representadas pela ampliação do número de cadeiras nas diversas casas legislativas, tanto no âmbito estadual, como federal. Numa avaliação específica o partido se manteve mais estável na bancada estadual, entretanto, não conseguiu ampliar significativamente o número de cadeiras na Assembleia Legislativa do estado do Piauí. Com relação aos cargos de Senador e Deputado Federal a situação do PSDB se apresenta pouco favorável, sendo caracterizada pela diminuição de sua participação nessa esfera de poder político. Entretanto, apesar dessa dificuldade de projeção no âmbito das vagas no parlamento estadual e federal, no contexto da capital piauiense o PSDB apresentaria desempenho diferenciado, conquistando sucessivamente a Prefeitura de Teresina, contexto objeto do próximo tópico desse presente estudo.

Sobre os autores que explicam esse desempenho do PSDB no cenário dos pleitos eleitorais do estado Silva (2010) afirma, que por quase duas décadas o PSDB foi capaz de manter uma hegemonia política nas eleições para prefeitura de Teresina. Em virtude disso, elegeu sucessivamente candidatos com um perfil descrito como “técnico”. O pleito de 2008 consolidou esse “modelo” de recrutar os candidatos tucanos para prefeitura teresinense como será verificado no próximo tópico. Contudo, outra questão relaciona-se a essa: porque o tucanato não ultrapassou os limites da capital nesses quase 20 anos? (SILVA, 2010). Isso provavelmente confirma os discursos apresentados pelos seus atores, ou seja, o PSDB tem melhor dinâmica nos centros urbanos e/ou regiões metropolitanas, como será observado posteriormente.

O autor retrocitado levanta uma relevante questão para a análise da estrutura organizacional do partido: porque o PSDB não ultrapassou os limites da capital, Teresina-PI, nesses quase 20 anos, desde a eleição de Wall Ferraz, em 1992? Ou seja, como o partido e suas lideranças partidárias foram capazes de organizar uma estratégia visando apenas o domínio na capital? Será que se pensava que apenas a hegemonia na capital levaria necessariamente ao poder político no nível estadual, ou seja, na conquista do Governo do Estado?

O PSDB elegeu em 1994, o vice-governador Osmar Araújo, na chapa cujo governador eleito foi Mão Santa, do PMDB. Ao longo desses quatro anos de governo, o partido ocupou pastas importantes no secretariado do Governo, dentre elas a Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento, como mencionado anteriormente. Em 1998, o partido

lançou candidatura própria, não obtendo a vitória, mas, mesmo assim, fez parte do Governo Mão Santa (reeleito), compondo novamente as Secretarias de Educação e Planejamento (SANDES-FREITAS, 2010, p. 148-149).

Em 2001, o governador Mão Santa, do PMDB, teve seu mandato cassado após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por abuso de poder econômico, durante a campanha eleitoral em 1998, quando se reelegeu. Com isso, Hugo Napoleão, do PFL, assumiu o cargo de governador do Estado (SANDES, 2010, p. 118).

Com a saída do PMDB, o PSDB perde espaço político no Governo estadual, por ter apoiado, inicialmente, Mão Santa. O PSDB volta a ficar restrito à capital do Estado, cujo prefeito era Firmino Filho, eleito em 1996 e reeleito em 2000. Em 2002, portanto, seria a oportunidade esperada pelo PSDB para a disputa ao Governo do Estado, como candidatura de oposição a Hugo Napoleão, do PFL. Porém, como afirma Bonfim (2002, p. 2):

A candidatura do prefeito se configurava como um jogo de tudo ou nada, o PSDB, partido cuja fortaleza no Estado resume-se à capital, arriscaria enfrentar uma jornada em que, tendo abdicado da Prefeitura, confrontar-se-ia com uma campanha de governo em circunstâncias altamente desfavoráveis (BONFIM, 2002, p. 2).

As estratégias traçadas dentro do PSDB estadual, portanto, levaram o partido a não lançar candidatura num momento extremamente favorável diante do quadro político do período, sendo que uma candidatura de oposição teria muito espaço político junto ao eleitorado. O PSDB estadual, dessa forma, declarou apoio a Hugo Napoleão, do PFL. Tal fato pode ser atribuído a uma vinculação aos ditames da cúpula nacional do partido. Com a derrota do PFL, o PSDB perdeu o espaço que vinha conquistando junto ao eleitorado e dentro da máquina administrativa estadual, com a ocupação de cargos político-administrativos.

Nos pleitos de 2006 e 2010, em que o PSDB lançou candidatura própria, a conjuntura política era desfavorável a candidaturas oposicionistas, tanto que nas duas o PSDB não conseguiu eleger seus candidatos, perdendo espaço para as chapas governistas formadas por uma articulação ampla de partidos, que contemplam e são diretamente ligadas às lideranças municipais. Dessa forma, sobre a possibilidade do PSDB conquistar o Governo do Estado nas eleições de 2010, Silva (2010), indaga como o tucanato deixaria de ser “municipalista” para se tornar num bloco político de “feição estadualista”? A hipótese aventada para se responder o problema acima é: a estrutura do processo decisório no PSDB é extremamente centralizada, como será verificado posteriormente. As lideranças políticas, excetuando-se os casos de sempre, monopolizam as decisões impossibilitando a entrada de novos atores políticos ao centro do núcleo partidário tucano.

Assim, a margem de manobra para se ampliar a articulação política seria extremamente limitada. A cartelização do processo decisório impediu o tucanato teresinense de ser uma força política de âmbito estadual. Ou seja, a organização partidária do PSDB utilizou como estratégia de projeção política no Estado a Prefeitura de Teresina, porém o centralismo da cúpula do partido impossibilitou a articulação com lideranças municipais em todo território piauiense, de forma a impossibilitar a obtenção de resultados eleitorais mais significativos em todo o Estado, contando principalmente com as disputas para o Governo do Estado, que é a mola propulsora para alavancar o desenvolvimento de um partidário, como observado por Katz e Mair (1997).

3.2 O Desempenho Eleitoral do PSDB no Município de Teresina

As eleições para a Prefeitura do município de Teresina no ano de 1992 inicia um ciclo de vitórias sucessivas do PSDB para a cadeira de Prefeito. A Tabela 40 apresenta o resultado desse primeiro pleito.

TABELA 40 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITURA DE TERESINA – PIAUÍ (1992)

Candidato a prefeito (a) de Teresina	Candidato a vice-prefeito (a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Wall Ferraz * PSDB	Francisco Gerardo PSDB	45	Acreditar de Novo (PSDB, PDC, PL, PCdoB)	130.829	63,61%
Alberto Silva PMDB	Wilton Santos PMDB	15	PMDB (sem coligação)	28.331	13,77%
Antônio José Medeiros PT	n/d PT	13	PT (sem coligação)	21.581	10,49%
Jesualdo Cavalcanti PFL	Alcenor Almeida PDT	25	Teresina com Amor (PFL, PDT, PDS)	21.134	10,28%
Acilino Ribeiro PPS	n/d PPS	23	PPS (sem coligação)	1.985	0,97%
Paulo Freitas PTB	n/d PTB	14	PTB (sem coligação)	1.807	0,88%

* Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a tabela 40 as eleições de 1992 projetariam Wall Ferraz à Prefeitura de Teresina, sua votação foi expressiva, ficando com 63,61% dos votos válidos, consolidando sua popularidade frente aos eleitores do município de Teresina, através da

coligação PSDB, PDC, PL, PCdoB. O PMDB inicia esse ciclo como adversário do PSDB na capital, lançando Alberto Silva como candidato, obtendo 13,77% dos votos válidos.

A tabela 41 trata dos vereadores eleitos no pleito das eleições municipais de 1992.

TABELA 41 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1992)

Candidato eleito	Partido	Votação
José Ferreira	PFL	3.413
Edson Melo	PSDB	3.296
Nilson Cavalcante	PFL	2.975
Renato Berger	PFL	2.714
Carlos Alberto Pulim	PDC	2.635
Djalma Filho	PSDB	2.578
Chico Wilson	PSDB	2.509
Olésio Coutinho	PSDB	2.441
Valdinar Pereira	PDT	2.367
Mardônio Sousa	PDS	2.350
Miranda Dantas	PDC	2.319
Assis Machado	PFL	2.295
Antônio José Cavalcante	PL	2.246
Antônio Mariano	PFL	2.236
Henrique Rebelo	PDS	2.209
Ursulino Neto	PDS	2.193
Reinaldo Koury	PDT	2.078
Marcos Vítor	PSDB	2.041
Wellington Dias	PT	1.520
Marcos Silva	PMDB	1.215
Deusdeth Nunes	PMDB	1.038

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a tabela 41 o PSDB conquista o maior número de cadeiras na Câmara Municipal elegendo 5 vereadores e consolidando sua hegemonia nesse âmbito, além de eleger três vereadores da coligação, dois do PDC e outro do PL.

A Tabela 42 e 43 mostra o resultado das eleições para a prefeitura de Teresina em 1996, que pela primeira vez ocorre em dois turnos, demarcando uma disputa acirrada para a cadeira de Prefeito desse município.

TABELA 42 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996) – PRIMEIRO TURNO

Candidato a prefeito (a)	Candidato a vice-prefeito (a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Firmino Filho PSDB	Miranda Dantas PSDB	45	PSDB (sem coligação)	94.207	39,79%
Alberto Silva PMDB	Henrique Rebelo PPB	15	PMDB, PPB	89.167	37,66%
Nazareno Fonteles PT	Wellington Dias PT	13	PT (sem coligação)	44.262	18,69%
Leal Júnior PFL	Moisés Reis PFL	25	PFL (sem coligação)	4.354	1,84%
Paulo Freitas PTB	Ruthneia Costa PRP	14	PTB, PRP	2.228	0,94%
Osmar Júnior PCdoB	Aluizio Leitão PMN	65	PCdoB, PMN, PDT, PPS, PSB	1.373	0,58%
Xavier Neto PL	Luís Alvino Pereira PL	22	PL, PSC	608	0,26%
Gervásio Santos PSTU	Célia Maria Oliveira PSTU	16	PSTU (sem coligação)	565	0,24%

□ Segundo Turno

Fonte: TSE, 2016.

TABELA 43 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996) – SEGUNDO TURNO

Candidato a prefeito (a)	Candidato a vice-prefeito (a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Firmino Filho PSDB	Miranda Dantas PSDB	45	PSDB (sem coligação)	127.686	53,30%
Alberto Silva PMDB	Henrique Rebelo PPB	15	PMDB, PPB	111.888	46,70%

□ Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

As eleições de 1996 apresentam um diferencial importante. O PSDB entra na disputa sem coligação, constituindo uma chapa pura, representadas por Firmino Filho candidato a prefeito e Miranda Dantas, candidato a vice-prefeito, já o PMDB coliga-se ao PPB lançando como candidato a prefeito Alberto Silva e o vice Henrique Rebelo. De acordo com a tabela 42 o lançamento da chapa “puro sangue” não ganhou as eleições no primeiro turno, indo para a disputa os candidato do PSDB e o candidato do PMDB. As eleições, portanto, se projetaram para o segundo turno, que de acordo com a Tabela 43 o PSDB ganha

às eleições com 53,30% dos votos válidos e o segundo colocado com 49,70% dos votos válidos. A Tabela 44 mostra o resultado do pleito em tela para o cargo de vereador.

TABELA 44 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (1996)

Candidato eleito	Partido	Votação
Rodrigo Ferraz	PSDB	7.393
Djalma Filho	PSDB	6.971
Valdinar Pereira	PPB	4.716
Fernando Said	PSDB	4.660
Francisca Trindade	PT	4.270
Carmem Lúcia	PSDB	3.662
Edson Melo	PSDB	3.588
Silas Freire	PMDB	3.543
Luiz Humberto Sebim	PMDB	3.477
Chico Wilson	PSDB	3.406
Vieira Toranga	PFL	3.392
Marcos Almeida	PMDB	3.277
José Ferreira	PFL	3.273
Renato Berger	PFL	3.180
Olésio Coutinho	PSDB	3.054
Flora Izabel	PT	2.941
Brito Boson	PMDB	2.883
Marcos Silva	PMDB	2.813
Anselmo Dias	PCdoB	2.813
Joaquim dos Velhos	PDT	2.458
Ursulino Neto	PPB	2.306

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 44 o número de vereadores do PSDB se amplia no legislativo municipal, elegendo 8 vereadores. A segunda bancada com maior expressão é formada pelo PMDB com 5 vereadores. As eleições de 2000 para a prefeitura de Teresina consolidam a força do PSDB na capital piauiense, sendo decidida com a maioria dos votos, ainda no primeiro turno das eleições, como pode ser observado na Tabela 45 a seguir:

TABELA 45 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2000)

Candidato a prefeito (a)	Candidato a vice-prefeito (a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Firmino Filho PSDB	Marcos Silva PMDB	45	PSDB, PMDB, PST, PDT, PSB, PCdoB, PHS, PMN, PV, PSC, PSL, PTdoB	187.500	60,89%
Wellington Dias PT	Francisca Trindade PT	13	PT, PSTU	99.874	32,43%
Ciro Nogueira PFL	Fernando Monteiro PFL	25	PFL, PL	11.933	3,87%
Tomaz Teixeira PPB	Adolfo Nunes PPB	11	PPB (sem coligação)	4.885	1,59%
Antônio Uchôa PTB	Danilo Guimarães PPS	14	PTB, PPS, PAN, PCB, PRP, PRTB, PSDC	3.748	1,22%

☐ Eleito (a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 45 o PSDB consegue decidir as eleições em primeiro turno através de uma ampla coligação com os partidos PMDB, PST, PDT, PSB, PCdoB, PHS, PMN, PV, PSC, PSL, PT do B. Alguns fatos chamam a atenção, de acordo com a Tabela 45, o apoio do PMDB ao pleito (nas eleições anteriores o principal adversário político) e o segundo fato refere-se à polarização das eleições com Wellington Dias do PT, que obteve uma votação de 32,43% dos votos válidos. A Tabela 46 apresenta o resultado do pleito em tela para o cargo de vereador.

TABELA 46 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2000)

Candidato eleito	Partido	Votação
Fernando Said	PSDB	5.415
Renato Berger	PSDB	5.295
Edson Melo	PSDB	5.212
Pedro Laurentino	PDT	4.995
Carmem Lúcia	PMDB	4.969
Marcos Almeida	PMDB	4.723
Luiz Humberto Sebim	PSDB	4.592
José Marreiro	PSDB	4.533
Urbano Eulálio	PST	4.421
Chico Wilson	PSDB	4.346
Olésio Coutinho	PSDB	4.306
José Ferreira	PFL	3.757

Flora Izabel	PT	3.676
João de Deus	PT	3.656
Anselmo Dias	PCdoB	3.565
Inácio Carvalho	PST	3.498
Prof. Zé Nito	PMDB	3.470
Dr. Pessoa	PPS	3.092
Odaly Medeiros	PT	2.770
Sgt. R. Silva	PPB	2.546
Robespierre Bastos	PV	2.105

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 46 o PSDB consegue preservar a maioria na Câmara, apesar de perder uma vaga, elegendo 7 vereadores da sigla. Além disso, a maioria no legislativo municipal estava garantida devido à coligação com o PMDB, PDT, PST que também elegeram representantes para a casa. As eleições de 2004 o PMDB volta para oposição ao PSDB, lançando candidatura própria representada por Adalgisa Moraes Sousa. Esse posicionamento do PMDB junto à prefeitura de Teresina ocorreu devido às divergências apresentadas entre os dois partidos para o pleito estadual, como já explicitado anteriormente. O resultado dessa disputa provocou o segundo turno como será demonstrado nas Tabelas 47 e 49 abaixo:

TABELA 47 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004) – PRIMEIRO TURNO

Candidato a prefeito(a)	Candidato a vice-prefeito(a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Sílvio Mendes PSDB	Elmano Férrer PTB	45	<i>Teresina no caminho certo</i> PSDB,PTB,PV,PL,PTC	177.687	48,89%
Adalgisa Moraes Souza PMDB	Marcos Silva PMDB	15	<i>Teresina com mais amor</i> PMDB, PP, PSDC	93.425	25,70%
Quem Quem PRONA	Daniele Oliveira PRONA	56	PRONA (sem coligação)	30.535	8,40%
Flora Izabel PT	Pastor Gessivaldo PSL	13	<i>Teresina é de todos</i> PT, PSL, PCB, PAN, PMN, PT do B	27.457	7,55%
Robert Rios PC do B	Messias Júnior PSB	65	PC do B,PSB,PRTB	16.066	4,42%
Lourival Nery PFL	Iracema Santos Rocha PFL	25	PFL (sem coligação)	7.942	2,19%
Pastor José Roberto PSC	Fábio Sales PTN	20	<i>Por uma Teresina diferente</i> PSC, PTN, PHS	4.457	1,23%
Luiz Augusto Prado PDT	Adão Wallace PPS	12	<i>Mudança pra valer</i> PDT ,PPS	4.394	1,21%
Geraldo Carvalho PSTU	Jociana Sousa PSTU	16	PSTU (sem coligação)	1.497	0,41%

□ Segundo Turno

Fonte: TSE, 2016.

TABELA 48 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004) – SEGUNDO TURNO

Candidato a prefeito(a)	Candidato a vice-prefeito(a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Sílvio Mendes PSDB	Elmano Férrer PTB	45	<i>Teresina no caminho certo</i> PSDB, PTB, PV, PL, PTC	204.662	58,48%
Adalgisa Moraes Souza PMDB	Marcos Silva PMDB	15	<i>Teresina com mais amor</i> PMDB, PP, PSDC	145.280	41,52%

□ Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 48 ocorreu uma disputa entre PSDB e PMDB que provocou o segundo turno. De acordo com a Tabela 49 o PSDB logrou êxito mais uma vez derrotando a chapa opositora constituída pelos partidos PMDB, PP e PSDC, com 58,48% dos votos válidos, sendo que a chapa oposicionista ficou com 41,52% dos votos válidos.

A tabela 49 demonstra os vereadores eleitos no pleito em análise.

TABELA 49 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2004)

Candidato eleito	Partido	Votação
José Ferreira	PSDB	7.723
Paulo Dantas	PSDB	6.535
Carmem Lúcia	PMDB	5.703
Fernando Said	PSDB	5.637
Luiz Humberto Sebim	PSDB	5.606
Elizeu Aguiar	PTB	5.541
Francisco Nogueira	PSDB	5.457
Ananias Carvalho	PV	5.256
Olésio Coutinho	PTB	5.218
Carlos Filho	PFL	5.199
Graça Amorim	PTB	5.187
João Cláudio Moreno	PCdoB	5.057
Sgt. R. Silva	PP	4.964
Dr. Pessoa	PDT	4.951
Teresa Brito	PV	4.842
Valdinar Pereira	PP	4.443
Inácio Carvalho	PMDB	4.140
Cícero Magalhães	PT	3.678
Urbano Eulálio	PSB	3.230

Joninha	PCB	3.113
Jacinto Teles	PT	2.485

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 49 observa-se que ocorre uma redução do número de vereadores eleitos pelo PSDB, ingressando para a Câmara Municipal 5 parlamentares. Entretanto, o PSDB através de sua coligação soma-se 5 vereadores, 3 do PTB e 2 do Partido Verde (PV). Contudo, nas eleições de 2008 o PSDB consegue ampliar a maioria na Câmara, além de vencer em primeiro turno as eleições para prefeito, após formar uma aliança constituída pelos partidos PTB, DEM, PP, PV, PPS, PR, PTC, Partido Trabalhista Nacional (PTN), PRP, Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) (ver Tabela 50 e 51)

TABELA 50 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2008)

Candidato a prefeito(a)	Candidato a vice-prefeito(a)	Número	Coligação	Votos	Percentual
Sílvio Mendes PSDB	Elmano Férrer PTB	45	<i>Teresina cada vez melhor</i> PSDB, PTB, DEM, PP, PV, PPS, PR, PTC, PTN, PRP, PHS, PSDC, PRTB	273.065	70,36%
Nazareno Fonteles PT	Marcos Silva PMDB	15	<i>Teresina quer muito mais</i> PT, PMDB, PCdoB, PDT, PSB, PRB, PMN	100.546	25,91%
Ismar Tavares PCB	Luciana Araújo PCB	21	PCB (sem coligação)	9.777	2,52%
Alexis Leite PSOL	Gervásio Santos PSTU	50	<i>Frente de esquerda socialista</i> PSOL, PSTU	2.075	0,52%
Avelar PSL	Francisco Vasconcelos PSC	17	<i>Força popular de Teresina - A verdadeira mudança</i> PSL, PSC, PT do B	1.658	0,43%
Lourdes Melo PCO	Jane Negreiros PCO	29	PCO (sem coligação)	996	0,26%

□ Eleito(a)

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 50 o PSDB apresenta sua votação mais expressiva no período analisado, sendo que o candidato a prefeito Silvo Mendes vence no primeiro turno com 70,36% dos votos válidos, e o segundo colocado Nazareno Fonteles do PT, coligados com os partidos PMDB, PCdoB, PDT, PSB, PRB, PMN fica em segundo lugar com 25,91%

dos votos válidos. Essa eleição marcar a ampliação do número de vereadores do PSDB em comparação com o pleito anterior, como será demonstrado na Tabela 51 a seguir.

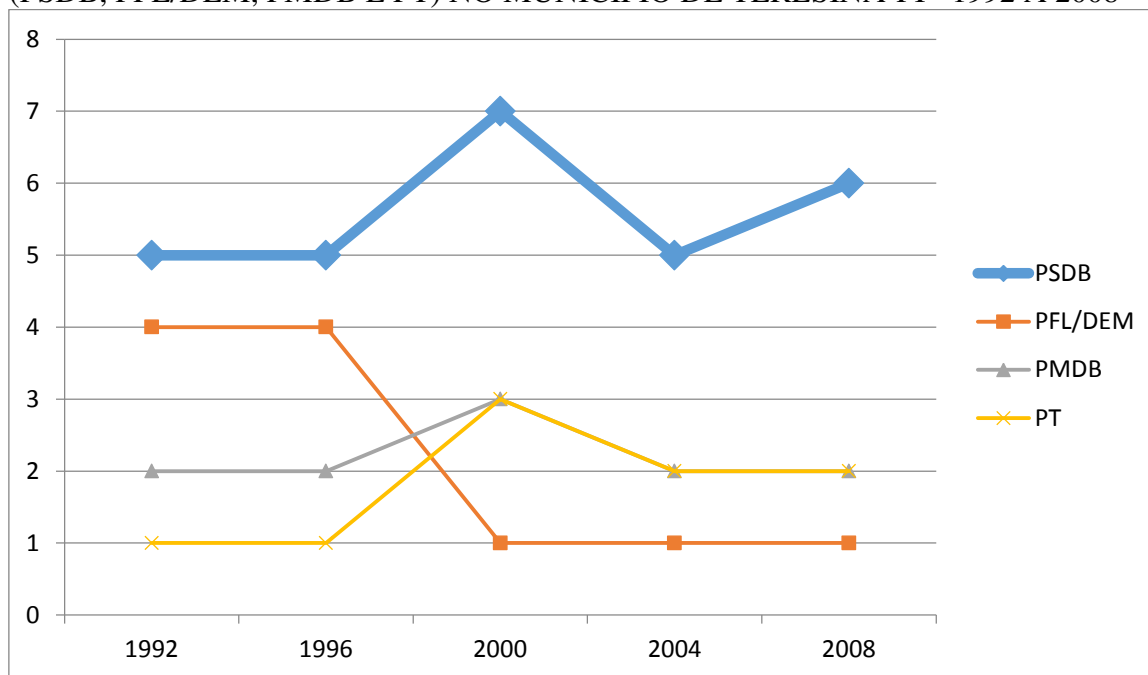
TABELA 51 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ (2008)

Candidato eleito	Partido	Votação
Firmino Filho	PSDB	19.451
Maj. Paulo Roberto	PRTB	7.478
Teresa Brito	PV	7.241
Renato Berger	PSDB	7.120
Dr. Pessoa	PDT	7.056
Joninha	PSDB	7.032
Luiz Lobão	PMDB	6.780
Elizeu Aguiar	PTB	6.487
Prof. Zé Nito	PMDB	5.729
Edson Melo	PSDB	5.457
Rodrigo Martins	PSB	5.636
Urbano Eulálio	PSDB	5.448
Rosário Bezerra	PT	5.366
José Ferreira	PSDB	5.245
Ronney Lustosa	DEM	5.637
Levino de Jesus	PRB	5.183
Sgt. R. Silva	PP	4.464
Décio Solano	PT	4.433
Ananias Carvalho	PV	3.964
Edvaldo Marques	PSB	3.827
Valdemir Virgino	PTC	2.060

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2015.

De acordo com a Tabela 51 o PSDB consegue ampliar seu espaço na Câmara Municipal elegendo 6 vereadores pela sigla, conseguindo maioria na casa legislativa e tornando-se a agremiação majoritária em todo o período analisado, com relação ao número de parlamentares. O gráfico 6 a seguir demonstra o desempenho do PSDB em comparação a outros partidos, na configuração da Câmara Municipal de Teresina.

GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DE VEREADORES ELEITOS POR SIGLA PARTIDÁRIA (PSDB, PFL/DEM, PMDB E PT) NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI - 1992 A 2008



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 6 o PSDB apresenta um desempenho diferenciado na capital do Piauí. A sigla ao longo do período avaliado apresenta a maioria no número de vereadores eleitos, como pode ser observado por sua linha disposta no gráfico em análise, acima de todos os outros partidos observados. O PFL/DEM apresentou curva descendente, diminuindo sua participação no legislativo municipal. O PMDB também demonstrou decréscimo no número de vereadores, apresentando comportamento ascendente, principalmente depois do ano 2000. O PT apresenta-se praticamente estável, entretanto, não ampliando significativamente o número de parlamentares da sigla ao longo do tempo em análise.

O comportamento do PSDB no âmbito da capital do Piauí é totalmente diferenciado do contexto apresentado nos gráficos 5 e 6, que observa o desempenho pouco expressivo da sigla no âmbito estadual e para as vagas ao congresso nacional. O próximo tópico trata do desempenho eleitoral da sigla em tela no contexto das eleições municipais, nos anos de 1992, 1996, 2000, 2004 e 2005 em todo o estado do Piauí.

3.3 O Desempenho Eleitoral do PSDB nos Municípios Piauienses: de 1992 a 2008

As eleições para os demais municípios do estado do Piauí no pleito de 1992 foi predominantemente caracterizada pela vitória do PFL na maioria dos municípios. Conforme dados do TSE (2016) o partido foi vitorioso em 74 municípios. O PDS foi o segundo partido a conquistar o maior número de prefeituras com 20 municípios. O PMDB logrou êxito em 18 municípios, o PTB com 16 prefeituras, o PDT com 7 municípios, e, percentualmente com 5% do total o PSDB com 6 municípios, incluindo o município de Teresina (Ver Tabela 52):

TABELA 52 – PREFEITOS ELEITOS EM 1992 NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES

Município	Prefeito eleito	Partido
Bonfim do Piauí	Lino Ribeiro dos Santos	PSDB
Corrente	Filemon José Francisco de Souza Nogueira Paranaguá	PSDB
Esperantina	José Ivaldo Franco	PSDB
Pedro II	João Eudes Martins	PSDB
Piracuruca	Gonçalo Rodrigues Magalhães	PSDB
Teresina	Raimundo Wall Ferraz	PSDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2015.

De acordo com a Tabela 52, o desempenho eleitoral do PSDB nesse período foi bastante inexpressivo, em se comparando com as outras siglas. Entretanto, o partido tinha apenas 4 anos de fundação e as forças de mobilização e articulação dessa agremiação estavam em gênese. O resultado para as eleições municipais do próximo pleito, no ano de 1996, não apresentariam um resultado mais satisfatório, referente ao número de prefeituras a ser ocupada pela sigla.

As eleições de 1996 ainda se caracterizariam pela hegemonia do PFL que amplia sua ocupação nesse cargo do executivo conquistando 77 prefeituras. O segundo partido a ocupar um maior número de prefeituras foi o PDS, com 20 prefeituras, PMDB e PTB foram eleitos em 17 municípios cada e o PSDB diminui sua participação referente a esse número elegendo 5 prefeitos, incluindo a capital do Estado (Ver Tabela 53).

TABELA 53 – PREFEITOS ELEITOS EM 1996 NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES

Município	Prefeito eleito	Partido
Esperantina	José Ivaldo Franco	PSDB
Bom Fim do Piauí	Lino Ribeiro dos Santos	PSDB
Corrente	Filemon José Francisco de Sousa N. Paranaguá	PSDB
Pedro II	João Eudes Martins	PSDB
Piracuruca	Gonçalo Rodrigues Magalhães	PSDB
Teresina	Raimundo Wall Ferraz	PSDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2015.

As eleições municipais de 2000 marcaram o crescimento da sigla do PSDB no âmbito piauiense elegendo um número expressivo de prefeitos, como pode ser verificado na Tabela 54 a seguir:

TABELA 54 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2000

Município	Partido	Cargo	Votos Nominais	(VT) Total de Votos	(VC) Votos Válidos	% (VT/VC)
BARRA D'ALCANTARA	PSDB	Prefeito	1.594	1.594	1.905	83,675
BARRO DURO	PSDB	Prefeito	1.447	1.447	3.933	36,791
BETANIA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.767	1.767	3.143	56,220
BONFIM DO PIAUI	PSDB	Prefeito	2.023	2.023	2.588	78,168
BOQUEIRAO DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.722	1.722	2.545	67,662
CAMPO GRANDE DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.814	1.814	2.616	69,343
CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	PSDB	Prefeito	1.522	1.522	2.403	63,337
CARAUBAS DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.902	1.902	2.607	72,957
COIVARAS	PSDB	Prefeito	1.534	1.534	2.754	55,701
COLONIA DO GURGUEIA	PSDB	Prefeito	1.859	1.859	2.795	66,512
PAULISTANA	PSDB	Prefeito	4.735	4.735	9.867	47,988
PIO IX	PSDB	Prefeito	4.144	4.144	8.332	49,736
PIRACURUCA	PSDB	Prefeito	7.059	7.059	12.506	56,445
REDENCAO DO GURGUEIA	PSDB	Prefeito	2.410	2.410	3.987	60,446
SANTA CRUZ DO PIAUI	PSDB	Prefeito	2.184	2.184	3.678	59,380
SANTA FILOMENA	PSDB	Prefeito	1.166	1.166	2.714	42,962
SANTA LUZ	PSDB	Prefeito	1.390	1.390	2.773	50,126
SANTO ANTONIO DE LISBOA	PSDB	Prefeito	1.679	1.679	3.353	50,075
SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	PSDB	Prefeito	772	772	1.216	63,487
SANTO INACIO DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.426	1.426	2.269	62,847
SAO JOAO DA FRONTEIRA	PSDB	Prefeito	1.465	1.465	2.500	58,600
SAO JOAO DA SERRA	PSDB	Prefeito	2.201	2.201	4.248	51,813
SAO JOAO DA VARJOTA	PSDB	Prefeito	2.101	2.101	2.234	94,047
SAO LOURENCO DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.554	1.554	2.964	52,429
TERESINA	PSDB	Prefeito	187.500	187.500	307.940	60,888
VILA NOVA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.251	1.251	1.727	72,438
WALL FERRAZ	PSDB	Prefeito	1.572	1.572	2.334	67,352
AGRICOLANDIA	PSDB	Prefeito	2.044	2.044	3.521	58,052
ALTOS	PSDB	Prefeito	8.038	8.038	15.985	50,285
AMARANTE	PSDB	Prefeito	3.127	3.127	8.427	37,107
ANISIO DE ABREU	PSDB	Prefeito	1.948	1.948	3.689	52,806
ANTONIO ALMEIDA	PSDB	Prefeito	1.246	1.246	2.252	55,329
CRISTALANDIA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	2.591	2.591	3.346	77,436
CURIMATA	PSDB	Prefeito	2.451	2.451	4.848	50,557
CURRAIS	PSDB	Prefeito	1.614	1.614	2.651	60,883
DEMerval LOBAO	PSDB	Prefeito	2.571	2.571	6.316	40,706
DOM INOCENCIO	PSDB	Prefeito	3.587	3.587	3.814	94,048
ESPERANTINA	PSDB	Prefeito	9.097	9.097	15.074	60,349

FARTURA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	1.380	1.380	2.543	54,267
FLORES DO PIAUI	PSDB	Prefeito	0	0	2.722	0,000
FLORESTA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	864	864	1.551	55,706
ILHA GRANDE	PSDB	Prefeito	1.770	1.770	4.216	41,983
JARDIM DO MULATO	PSDB	Prefeito	1.139	1.139	2.249	50,645
JATOBA DO PIAUI	PSDB	Prefeito	2.091	2.091	3.132	66,762
JOAO COSTA	PSDB	Prefeito	1.247	1.247	1.948	64,014
JUREMA	PSDB	Prefeito	1.650	1.650	2.275	72,527
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	PSDB	Prefeito	2.194	2.194	2.362	92,887
LANDRI SALES	PSDB	Prefeito	1.591	1.591	2.741	58,045
MORRO CABECA NO TEMPO	PSDB	Prefeito	1.419	1.419	2.398	59,174
PAES LANDIM	PSDB	Prefeito	1.187	1.187	2.094	56,686
PALMEIRAS	PSDB	Prefeito	4.113	4.113	6.765	60,798

Fonte: TSE, 2016.

De acordo com a Tabela 54 o número de prefeitos eleitos pelo PSDB foi de 51, denotando um avanço significativo da sigla no interior do estado em todas as regiões. O PFL que mantinha a hegemonia no número de prefeituras com sua legenda faz 32 prefeitos. O PMDB conquista 23 prefeituras, sendo esses três partidos os principais destaques nessas eleições. A Tabela 55 demonstra o performance do PSDB nas eleições de 2004, onde se verifica uma diminuição de prefeitos eleitos pela sigla.

TABELA 55 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2004

<u>Município</u>	<u>Partido</u>	<u>Candidato</u>	<u>%/Válidos</u>	<u>Coligação</u>
BREJO DO PIAUI	PSDB	EDSON RIBEIRO DA COSTA	100,000	PSDB / PMDB / PT
WALL FERRAZ	PSDB	RUBEM NUNES MARTINS	73,510	PSDB / PMDB
AGRICOLANDIA	PSDB	ANTONIO RIBEIRO BARRADAS	57,197	PSDB / PMDB / PP / PL
BRASILEIRA	PSDB	FRANCISCO DE ASSIS AMADO COSTA	50,507	PSDB / PP / PMN
BOQUEIRAO DO PIAUI	PSDB	GERVASIO BARBOSA	51,991	PSDB / PMDB
CURIMATA	PSDB	VALDECIR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE JÚNIOR	54,513	PSDB / PFL / PP / PPS
COIVARAS	PSDB	FRANCISCO FREIRE FURTADO	51,836	PSDB / PMDB / PCB
FARTURA DO PIAUI	PSDB	MIGUEL ANTONIO BRAGA NETO	52,043	PT / PL / PSDB
CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	PSDB	JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	43,703	PDT / PPS / PTC / PV / PSDB / PC do B
COLONIA DO GURGUEIA	PSDB	RAIMUNDO JOSÉ ALMEIDA DE ARAÚJO	57,071	PDT / PL / PPS / PFL / PSDB
CAXINGO	PSDB	RAIMUNDO NONATO SOBRINHO	51,612	PMDB / PL / PPS / PSDB
CURRAL NOVO DO PIAUI	PSDB	ERISVALDO GOMES DE OLIVEIRA	55,254	PSDB / PT / PP / PMDB
GEMINIANO	PSDB	ANTÔNIO BORGES NETO	52,342	PTB / PSL / PSDB
ISAIAS COELHO	PSDB	WALDEMAR MAURIZ FILHO	49,773	PSDB / PMDB / PDT
CARAUBAS DO PIAUI	PSDB	LICINDO RIBEIRO DE SOUSA	59,260	PSDB / PP / PDT
FLORESTA DO PIAUI	PSDB	FRANCISCO ATILA DE ARAUJO MOURA JESUINO	66,913	PMDB / PL / PSDB
JOAO COSTA	PSDB	VITORINO TAVARES DA SILVA NETO	66,185	PSDB / PMDB / PSB / PC do B
MONTE ALEGRE DO PIAUI	PSDB	CLEZIO GOMES DA SILVA	53,195	PSDB / PFL / PMDB / PP
JOSE DE FREITAS	PSDB	ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	30,051	PTB / PSDB
MORRO CABECA NO TEMPO	PSDB	JOSE GRANJA DE FARIAS	51,453	PSB / PSDB
PAES LANDIM	PSDB	JOSÉ CIPRIANO DE SOUSA LIRA	52,308	PP / PCB / PFL / PSDB
PALMEIRA DO PIAUI	PSDB	JOÃO DA CRUZ ROSAL DA LUZ	51,177	PT / PTB / PMDB / PSB / PSDB
JATOBA DO PIAUI	PSDB	DALBERTO ROCHA DE ANDRADE	53,073	PPS / PFL / PSDB
LANDRI SALES	PSDB	ALCINO PEREIRA DE SÁ	59,636	PSDB / PFL / PPS / PTB
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	PSDB	JEREMIAS RIBEIRO COELHO	64,777	PDT / PMDB / PSDB / PFL / PPS

SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	PSDB	OSMAR TEIXEIRA MOURA	57,217	PDT / PL / PSDB / PC do B
SANTO ANTONIO DE LISBOA	PSDB	PAULO JOSÉ DA LUZ	55,604	PT / PTB / PMDB / PPS / PSDB
SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	PSDB	ROSELY PEREIRA DE ARAÚJO	58,182	PSDB / PMDB / PPS / PC do B
SANTA FILOMENA	PSDB	ERNANI DE PAIVA MAIA	56,060	PDT / PT / PSDB / PC do B
PIO IX	PSDB	JOSE MESQUITA VIANA DE ANDRADE	57,331	PSDB / PFL / PT
PIRACURUCA	PSDB	ALCIDES CARDOSO DE ARAUJO	52,903	PSDB / PFL / PSB / PTB / PP / PMN
VILA NOVA DO PIAUI	PSDB	ARINALDO ANTONIO LEAL	100,000	PMDB / PTN / PPS / PFL / PSDB
ANTONIO ALMEIDA	PSDB	JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA	64,147	PT / PL / PSDB / PC do B

Fonte: TSE, 2015.

De acordo com a Tabela 55 o PSDB consegue êxito em 33 municípios. Entretanto, o PMDB conquistou um número maior de prefeituras 43 no total. Merece destaque nessa eleição o PT que leva 7 prefeituras no estado. Entretanto, ainda apresentando influencia no interior do estado do Piauí o PFL elege 58 prefeitos superando o PSDB e o PMDB.

As eleições de 2008 o PSDB declina ainda mais no número de prefeituras no estado do Piauí, resultado disposto na Tabela 56 a seguir:

TABELA 56 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PSDB NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES EM 2008

Município	Candidato	Partido	Qt VN	% VV
ANTÔNIO ALMEIDA	ALCEBÍADES BORGES DO RÊGO	PSDB	1.175	50,87
BENEDITINOS	AARÃO CRUZ MENDES	PSDB	2.292	36,65
BRASILEIRA	FRANCISCO DE ASSIS AMADO COSTA	PSDB	1.867	40,60
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	AGAPITO COELHO DA LUZ	PSDB	1.568	59,64
CARAÚBAS DO PIAUÍ	MANOEL PACHECO NETO	PSDB	2.027	52,46
COIVARAS	FRANCISCO FREIRE FURTADO	PSDB	1.908	56,40
ELISEU MARTINS	TERESINHA DE JESUS MIRANDA DANTAS ARAUJO	PSDB	1.626	51,50
GILBUÉS	FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA	PSDB	3.289	59,97
ILHA GRANDE	JOANA D'ARC RIBEIRO MACHADO	PSDB	1.522	26,81
JOSÉ DE FREITAS	ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	PSDB	10.451	48,33
MARCOS PARENTE	MANOEL EMIDIO DE OLIVEIRA	PSDB	1.318	43,70
NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	MARCOS VINICIUS CUNHA DIAS	PSDB	2.038	51,73
SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	AFONSO JOSÉ DAMÁSIO DA SILVA	PSDB	1.054	59,89
TERESINA	SILVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO	PSDB	273.065	70,36

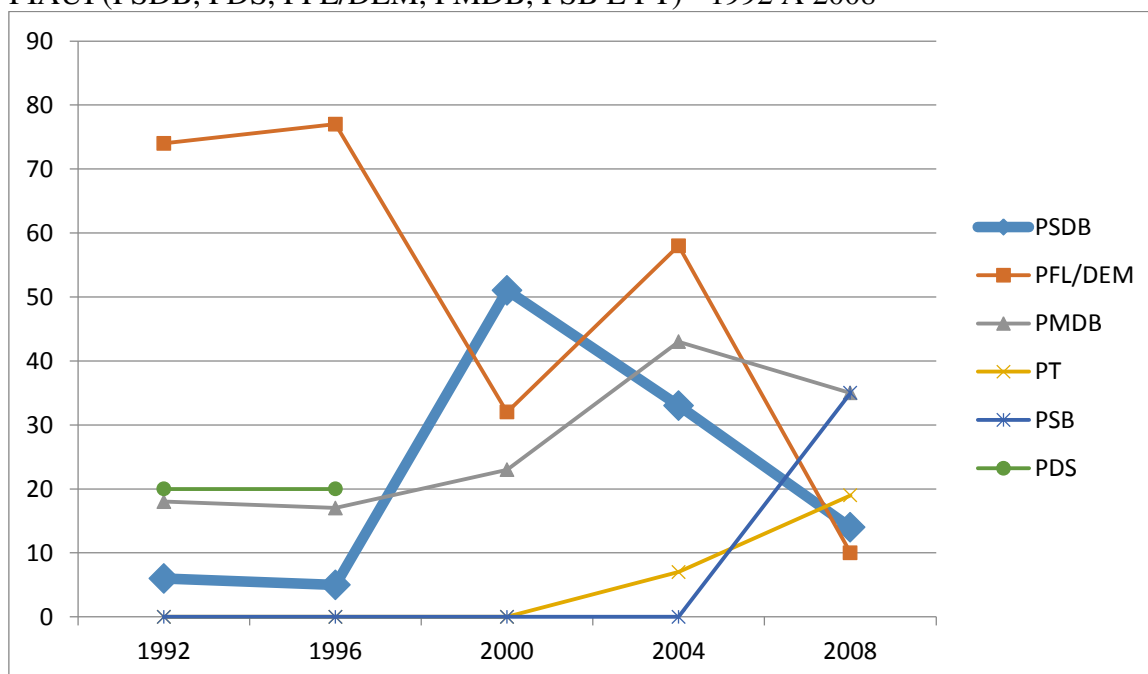
Fonte: TSE, 2015.

O PSDB sai de um cenário de mais de 50 prefeituras conquistadas nas eleições de 2004, e, de acordo com a Tabela 56, declina para 14, incluindo sua capital Teresina, no

pleito de 2008. Nessa eleição cabe destacar o partido dos trabalhadores que conquista 19 prefeituras. Entretanto, o partido com o maior número de cadeiras no executivo dos municípios piauienses, nesse pleito, foi o PSB que conquista 35 municípios, seguido do PMDB com 35 prefeitos eleitos e o PFL/DEM 10 prefeituras.

Numa análise de desempenho isolando a variável número de prefeituras ocupadas pelo PSDB, em comparação com partidos como PMDB, PDS, PFL/DEM, PT e PSB nos pleitos municipais de 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008, o resultado está disposto no gráfico 7 a seguir.

GRÁFICO 7 - QUANTIDADE DE PREFEITOS ELEITOS POR SIGLA PARTIDÁRIA NO PIAUÍ (PSDB, PDS, PFL/DEM, PMDB, PSB E PT) - 1992 A 2008



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 7, observa-se que ocorreu um crescimento do número de prefeitos do PSDB de modo bastante expressivo, com capilaridade em todo o estado do Piauí, a partir de 1996, apresentando um comportamento ascendente, até o ano 2000, aonde se verifica que gradativamente a curva se desenharia negativamente inclinada até o final do período em análise, indicando a queda no número desse representante do executivo nos municípios do interior do Piauí. O gráfico 7 demonstra também que o PFL sai de um contexto de hegemonia política, no que se refere a variável quantidade de prefeitos, para um declínio expressivo, que se manifestaria principalmente depois de 1994, onde sua curva se apresenta negativamente inclinada de forma bem íngreme.

O PMDB um dos principais adversários do PSDB, de acordo com o gráfico 7, já apresenta um comportamento mais estável, mantendo relativamente um número de representantes no interior do estado nas prefeituras. O PMDB apresenta uma curva ascendente até o ano de 2004, concorrendo para uma leve inclinação descendente após esse período, entretanto, mantendo-se num nível maior que o início do período analítico em tela. O PT que não obteve êxito para o cargo do executivo no início do período analisado no interior do Piauí, apresenta comportamento diferenciado a partir dos anos 2000, ampliando o número de representantes desse cargo. O PSB no ano de 2008, também se afirmaria como partido hegemônico, conquistando um número razoável de prefeituras, situação que pode ser verificada observando a curva ascendente desse partido no gráfico 7, a partir desse pleito.

3.4 Estrutura do PSDB no Estado do Piauí

O número de diretórios e comissões provisórias manifesta a capilaridade do partido em determinado espaço geográfico, demonstrando o seu nível de organização interna. Nesse contexto é possível verificar o grau de centralização ou dispersão do controle das unidades partidárias ao nível municipal. Em estudo sobre a organização partidária no Brasil Mauerberg Junior (2013, p. 1) afirma:

Tal medida é obtida quando se leva em consideração a proporção de comissões provisórias municipais em detrimento dos diretórios de mesmo nível, uma vez que as primeiras são compostas por indicados de lideranças de instâncias superiores e os últimos, eleitos pela militância.

Entretanto, tal análise só poderia ser efetuada, com maior eficiência, provavelmente, em partidos que apresentam uma organização no poder decisório mais inclusiva, como se verifica em partidos como o PT, já demonstrado anteriormente no primeiro capítulo desse estudo. No caso do PSDB tal processo analítico, provavelmente, ficaria comprometido, devido ao PSDB centralizar o poder decisório, tendo as comissões provisórias, por exemplo, frágil influência nas decisões do partido. O PSDB se caracteriza, como já demonstrado no capítulo primeiro desse estudo, como um partido que minimiza a inclusão no processo decisório e apresenta uma concentração e centralização nesse aspecto. Entretanto, Mauerberg Junior (2013, 138 e 139) afirma que o grau de centralização de um partido pode ser medido também pelo número de comissões provisórias, assim demonstrando:

A medida que utilizaremos para mensurar o grau de centralização no comando do partido é a proporção de comissões provisórias municipais que um partido possui em certo estado da Federação. Assim, um partido com uma alta relação de comissões provisórias sobre o total de municípios com presença do partido deve ser considerado como de controle centralizado em um pequeno número de líderes.

Sobre essa perspectiva é que se apresentam os dados de 2013 para verificar o grau de centralização do PSDB, já apontado pela literatura, agora sob a ótica das comissões provisórias. A hipótese levantada por Mauerberg Junior (2013) é que os partidos com bancadas grandes possuem altas ou baixas proporções de comissões provisórias em detrimento de diretórios municipais. Para o autor retrocitado uma forte bancada seja capaz de inibir a destituição de diretório e a consequente imposição de comissões pela liderança, assim, é possível verificar o grau de concentração de poder nos partidos.

No caso em tela, entretanto, ocorre uma dificuldade de obtenção de dados confiáveis para efetuar esse processo analítico. Os dados disponibilizados pelo PSDB do município de Teresina, por exemplo, sobre o número de diretórios e comissões provisórias são do ano 2013, portanto, constituído por um período posterior ao proposto nessa presente pesquisa. O partido não disponibilizou informações sobre o número de comissões e diretórios desde a sua fundação até o ano de 2010, dificultando a análise de desempenho por essa perspectiva. Entretanto, através dos dados de 2013 pode se verificar como o partido se estruturou no Estado.

Inúmeros estudos demonstram a relação da quantidade de comissões provisórias e o PSDB, assim como outros partidos tem na sua estrutura básica a constituição de três institutos, são eles as convenções, as comissões e os diretórios, assim como preconizado em seu estatuto aprovado pela X Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizados no dia 28 de maio de 2011, em Brasília-DF, situados no Título II das Disposições Gerais sobre Organização e Funcionamento do Partido no Capítulo I, assim dispondo:

Da Organização Partidária

Art. 16. A organização e o funcionamento do PSDB baseia-se na integração e adequada coordenação de duas linhas fundamentais de estrutura e ação, compreendendo:

I - a estrutura vertical dos órgãos integrantes da hierarquia partidária, nos três níveis da federação, especificados neste Estatuto, através dos quais se exercem o processo decisório e os atos da vida partidária;

II - a estrutura de articulação com a sociedade e seus movimentos sociais, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores e comunitárias e, no âmbito funcional, com os movimentos trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, de minorias étnicas, de profissionais liberais, de

artistas, rural e outros, exercendo esta atuação através de Núcleos de Base e Secretariados.

Art. 17. São órgãos do Partido, nos três níveis da Federação:

I - de deliberação: as Convenções Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional;

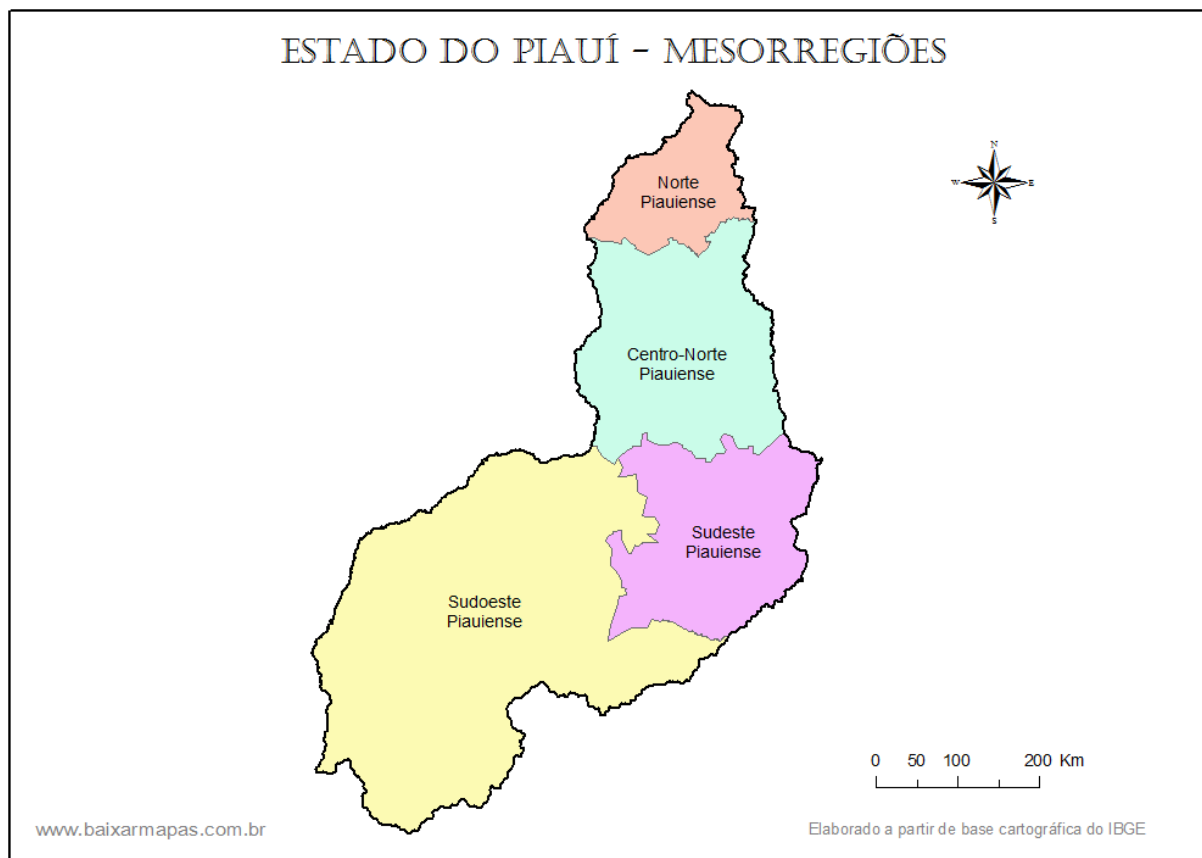
II - de direção e ação partidária: os Diretórios Zonais, Municipais, Estaduais, Nacional e suas respectivas Comissões Executivas, bem como o Conselho Político Nacional [...]

A função da comissão provisória é marcar a presença do partido no município ou região onde se localiza, e no caso fica responsável pelo cumprimento do estatuto na arregimentação de novos filiados. Sua constituição tem tempo limitado, demandando, portanto, renovação de sua atuação demandadas pela executiva do partido.

Já o diretório, conforme Silva (1994) é um órgão de administração de um partido político. É escolhido entre as pessoas filiadas ao respectivo partido para compor sua diretoria, comumente havendo representantes de todas as facções existentes naquele partido. O diretório pode ser nacional, estadual ou municipal, de acordo com a abrangência que foram definidas para seus integrantes. O diretório nacional corresponde à direção geral do partido. As convenções são reuniões dos membros do partido com pautas diversas para imprimir deliberações, dentre estas alterações no estatuto do partido, por exemplo. Os diretórios são eleitos em convenções com um prazo determinado de vigência. A comissão provisória é formada por um número bem menor de participantes, sendo nomeada pela executiva do órgão partidário, com um prazo de validade por ela determinado.

No estado do Piauí o PSDB encontra-se delimitado na seguinte estrutura disposta por mesorregião no Figura 1 e quadro 4, 5, 6 e 7 a seguir:

FIGURA 4 – ESTADO DO PIAUÍ POR MESORREGIÃO



Fonte: www.baixarmapas.com.br, ano: 2013.

QUADRO 4: MESORREGIÃO DO CENTRO-NORTE PIAUIENSE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO
1. ÁGUA BRANCA	16461	COMISSÃO PROVISÓRIA
2. ALTOS	38823	COMISSÃO PROVISÓRIA
3. ALTO LONGÁ	13654	DIRETÓRIO
4. AMARANTE	17141	COMISSÃO PROVISÓRIA
5. ANGICAL DO PIAUI	6670	COMISSÃO PROVISÓRIA
6. BARRO DURO	6609	COMISSÃO PROVISÓRIA
7. BENEDITINOS	9911	COMISSÃO PROVISÓRIA
8. BOQUEIRÃO DO PIAUI	6193	COMISSÃO PROVISÓRIA
9. CAMPO MAIOR	45180	COMISSÃO PROVISÓRIA
10. COCAL DE TELHA	4525	COMISSÃO PROVISÓRIA
11. CURRALINHOS	4182	COMISSÃO PROVISÓRIA
12. DEMERVAL LOBÃO	13274	DIRETÓRIO
13. DOMINGOS MOURÃO	4264	COMISSÃO PROVISÓRIA
14. FRANCISCO AYRES	4483	COMISSÃO PROVISÓRIA
15. JARDIM DO MULATO	4309	COMISSÃO PROVISÓRIA
16. JATOBÁ DO PIAUI	4637	COMISSÃO PROVISÓRIA
17. JOSÉ DE FREITAS	37095	COMISSÃO PROVISÓRIA
18. JUAZEIRO DO PIAUI	4757	COMISSÃO PROVISÓRIA
19. LAGOA ALEGRE	8008	DIRETÓRIO
20. LAGOA DO PIAUI	3863	COMISSÃO PROVISÓRIA
21. MONSENHOR GIL	10337	COMISSÃO PROVISÓRIA
22. NAZÁRIA	8039	COMISSÃO PROVISÓRIA
23. NOVO SANTO ANTONIO	3260	DIRETÓRIO
24. PASSAGEM FRANCA DO PI	4546	DIRETÓRIO
25. PALMEIRAIS	13745	COMISSÃO PROVISÓRIA
26. PAU D' ARCO	3771	COMISSÃO PROVISÓRIA
27. PEDRO II	37500	COMISSÃO PROVISÓRIA
28. REGENERAÇÃO	17576	COMISSÃO PROVISÓRIA
29. SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	2058	COMISSÃO PROVISÓRIA

30.	SÃO GONÇALO DO PIAUI	4754	COMISSÃO PROVISORIA
31.	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	5608	COMISSÃO PROVISORIA
32.	SÃO JOÃO DA SERRA	6157	DIRETORIO
33.	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	37765	COMISSÃO PROVISORIA
34.	SÃO PEDRO DO PIAUI	13645	COMISSÃO PROVISORIA
35.	SIGEFREDO PACHECO	9619	COMISSÃO PROVISORIA
36.	TERESINA	814439	DIRETORIO
37.	UNIÃO	42657	DIRETORIO
TOTAL		1289515	-

Fonte: PSDB, 2013.

O quadro 4 apresenta os municípios que compõe a mesorregião do Centro-norte piauiense, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2013) é formado por 67 (sessenta e sete) municípios, estando, portanto, o PSDB, de acordo com o quadro 4, presente em 57 deles, com 8 (oito) diretórios e 49 (quarenta e nove) comissões provisórias.

O quadro 5, a seguir, apresenta os municípios da mesorregião do Norte Piauiense.

QUADRO 5 – MESORREGIÃO DO NORTE PIAUIENSE

	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO
1.	BARRAS	44850	COMISSÃO PROVISÓRIA
2.	BATALHA	25786	DIRETÓRIO
3.	BOA HORA	6299	DIRETÓRIO
4.	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	5304	COMISSÃO PROVISORIA
5.	CABECEIRAS	9927	COMISSÃO PROVISORIA
6.	CAMPO LARGO D PIAUI	6803	COMISSÃO PORVISORIA
7.	CARAÚBAS DO PIAUI	5522	COMISSÃO PROVISORIA
8.	CAJUEIRO DA PRAIA	7163	DIRETÓRIO
9.	ESPERANTINA	18149	COMISSÃO PROVISORIA
10.	ILHA GRANDE	8914	COMISSÃO PROVISORIA
11.	JOAQUIM PIRES	13822	DIRETORIO
12.	LUIS CORREIA	28422	COMISSÃO PROVISORIA
13.	MADEIRO	7816	COMISSÃO PROVISORIA
14.	MATIAS OLIMPIO	10485	COMISSÃO PROVISORIA
15.	MIGUEL ALVES	32292	COMISSÃO PROVISORIA
16.	MORRO DO CHAPÉU	6499	COMISSÃO PROVISORIA
17.	PARNAIBA	145729	COMISSÃO PROVISORIA
18.	PIRIPIRI	61 840	COMISSÃO PROVISORIA
19.	PIRACURUCA	27 548	DIRETORIO
20.	PORTO	11897	COMISSÃO PROVISORIA
21.	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	7337	COMISSÃO PROVISORIA
TOTAL		403.016	--

Fonte: PSDB, 2013.

A mesorregião do Norte Piauiense é composta por 32 (trinta e dois) municípios (IBGE, 2013), sendo que o PSDB encontra-se presente em 21 (vinte e um) deles, contando com 5 (cinco) diretórios e 16 (dezesseis) comissões provisórias.

O quadro 6 apresenta os municípios da Mesorregião do Sudoeste Piauiense.

QUADRO 6 – MESORREGIÃO DO SUDOESTE PIAUIENSE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO
1. ANISIO DE ABREU	9094	COMISSÃO PROVISÓRIA
2. AVELINO LOPES	11067	COMISSÃO PROVISÓRIA
3. BARREIRAS DO PIAUI	3234	COMISSÃO PROVISÓRIA
4. BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	10516	COMISSÃO PROVISÓRIA
5. BERTOLINEA	5319	COMISSÃO PROVISÓRIA
6. BOM JESUS	22632	COMISSÃO PROVISÓRIA
7. BREJO DO PIAUI	3852	COMISSÃO PROVISÓRIA
8. CAPITÃO GERVÁSIO DE OLIVEIRA	3876	DIRETORIO
9. CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUI	5668	COMISSÃO PROVISÓRIA
10. CAMPINAS DO PIAUI	5406	COMISSÃO PROVISÓRIA
11. CAMPO ALEGRE DO PIAUI	0	COMISSÃO PROVISÓRIA
12. CANTO DO BURITI	20035	DIRETÓRIO
13. CARACOL	10212	COMISSÃO PROVISÓRIA
14. COLÔNIA DO GURGUÉIA	6035	COMISSÃO PROVISÓRIA
15. CORRENTE	25408	COMISSÃO PROVISÓRIA
16. CRISTINO CASTRO	9981	COMISSÃO PROVISÓRIA
17. CURIMATÁ	10765	COMISSÃO PROVISÓRIA
18. CURRAIS	4704	COMISSÃO PROVISÓRIA
19. DIRCEU ARCOVERDE	6677	COMISSÃO PROVISÓRIA
20. DOM EXPEDITO LOPES	6587	COMISSÃO PROVISÓRIA
21. DOM INOCÊNCIO	9246	DIRETORIO
22. FARTURA DO PIAUI	5076	COMISSÃO PROVISÓRIA
23. FLORES DO PIAUI	4368	COMISSÃO PROVISÓRIA
24. FLORIANO	57707	DIRETÓRIO
25. GILBUES	10393	COMISSÃO PROVISÓRIA
26. GUADALUPE	10268	COMISSÃO PROVISÓRIA
27. HUGO NAPOLEÃO	3771	COMISSÃO PROVISÓRIA
28. ITAUEIRA	10677	DIRETÓRIO
29. JERUMENHA	4383	COMISSÃO PROVISÓRIA
30. JÚLIO BORGES	5377	COMISSÃO PROVISÓRIA
31. LANDRE SALES	5281	COMISSÃO PROVISÓRIA
32. MARCOS PARENTE	4456	COMISSÃO PROVISÓRIA
33. MASSAPÉ DO PIAUI	6222	COMISSÃO PROVISÓRIA
34. MONTE ALEGRE DO PIAUI	10349	COMISSÃO PROVISÓRIA
35. NAZARÉ DO PIAUI	7327	DIRETORIO
36. PATOS DO PIAUI	4546	COMISSÃO PROVISÓRIA
37. PAVUSSU	3666	COMISSÃO PROVISÓRIA
38. PORTO ALEGRE DO PIAUI	2559	COMISSÃO PROVISÓRIA
39. REDENÇÃO DO GURGUEIA	8403	COMISSÃO PROVISÓRIA
40. RIBEIRO GONÇALVES	6841	DIRETORIO
41. RIO GRANDE DO PIAUI	6429	COMISSÃO PROVISÓRIA
42. SANTA FILOMENA	6096	COMISSÃO PROVISÓRIA
43. SANTA LUZ	5513	COMISSÃO PROVISÓRIA
44. SÃO FÉLIX DO PIAUI	3069	COMISSÃO PROVISÓRIA
45. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	5575	COMISSÃO PROVISÓRIA
46. SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	2825	COMISSÃO PROVISÓRIA
47. SÃO JOSÉ DO DIVINO	5141	COMISSÃO PROVISÓRIA
48. SÃO JOSÉ DO PEIXE	3700	COMISSÃO PROVISÓRIA
49. SÃO JOÃO DO PIAUI	19553	DIRETORIO
50. SÃO LOURENÇO DO PIAUI	4423	COMISSÃO PROVISÓRIA
51. SÃO MIGUEL DO FIDALGO	2976	COMISSÃO PROVISÓRIA
52. SUSSUAPARA	6235	COMISSÃO PROVISÓRIA
53. TAMBORIL DO PIAUI	2755	COMISSÃO PROVISÓRIA
TOTAL	436.274	--

Fonte: PSDB, 2013.

Conforme o IBGE (2013) a mesorregião do sudoeste piauiense é composta por 62 (sessenta e dois) municípios, sendo que o PSDB encontra-se presente em 53 municípios, com 7 (sete) diretórios e 46 (quarenta e seis) comissões provisórias.

O quadro 7 verifica os municípios do Sudeste Piauiense.

QUADRO 7 – MESORREGIÃO DO SUDESTE PIAUIENSE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO
1. AROEIRA DO ATAIM	2442	COMISSÃO PROVISÓRIA
2. BELÉM DO PIAUI	3284	DIRETORIO
3. BOCAINA	4368	COMISSÃO PROVISORIA
4. CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4696	COMISSÃO PROVISORIA
5. CAMPO GRANDE DO PIAUI	5592	COMISSÃO PROVISORIA
6. CARIDADE DO PIAUI	4825	COMISSÃO PROVISORIA
7. CONCEIÇÃO DO CANIDÉ	4484	COMISSÃO PROVISORIA
8. CURRAL NOVO DO PIAUI	4870	COMISSÃO PROVISÓRIA
9. FLORESTA DO PIAUI	2482	COMISSÃO PROVISORIA
10. FRANCISCO MACEDO	2879	COMISSÃO PROVISORIA
11. GEMINIANO	5475	COMISSÃO PROVISORIA
12. IPIRANGA DO PIAUI	9326	COMISSÃO PROVISORIA
13. ISAIAS COELHO	8218	COMISSÃO PROVISORIA
14. ITAINÓPOLIS	11099	COMISSÃO PROVISORIA
15. JACOBINA DO PIAUI	5719	COMISSÃO PROVISORIA
16. JAICÓS	18008	COMISSÃO PROVISORIA
17. JOÃO COSTA	2960	DIRETORIO
18. LAGOA DO BARRO DO PI	4523	DIRETORIO
19. MONSENHOR HIPOLITO	7391	DIRETÓRIO
20. OEIRAS	35646	COMISSÃO PROVISORIA
21. PADRE MARCOS	6651	COMISSÃO PROVISORIA
22. PAQUETÁ	4147	COMISSÃO PROVISORIA
23. PICÓS	73417	COMISSÃO PROVISORIA
24. PIO IX	17693	COMISSÃO PROVISORIA
25. SANTA ROSA DO PIAUI	5149	COMISSÃO PROVISORIA
26. SANTANA DO PIAUI	4920	COMISSÃO PROVISORIA
27. SANTO ANTONIO DE LISBOA	6008	COMISSÃO PROVISORIA
28. SANTO INACIO	3653	COMISSÃO PROVISORIA
29. SÃO JOÃO DA CANABRAVA	4445	COMISSÃO PROVISORIA
30. SÃO JOÃO DA VARJOTA	4648	COMISSÃO PROVISORIA
31. SÃO JOSÉ DO PIAUI	6608	COMISSÃO PROVISORIA
32. SÃO JULIÃO	5677	COMISSÃO PROVISORIA
33. SÃO LUIS DO PIAUI	2561	COMISSÃO PROVISORIA
34. SIMPLICIO MENDES	12078	DIRETORIO
35. SIMÕES	14185	COMISSÃO PROVISORIA
36. SOCORRO DO PIAUI	4528	COMISSÃO PROVISORIA
37. TANQUE DO PIAUI	2621	COMISSÃO PROVISORIA
38. VERA MENDES	2987	COMISSÃO PROVISORIA
39. VILA NOVA DO PIAUI	3076	DIRETORIO
TOTAL	333.339	--

Fonte: PSDB, 2013.

A mesorregião sudeste apresenta um total de 66 (sessenta e seis) municípios (IBGE, 2013), sendo que o PSDB está presente em 39 deles, com 6 (seis) diretórios e 33 (trinta e três) comissões permanentes. Em termos percentuais, no que se refere à presença do PSDB em relação à quantidade de municípios o quadro 8, assim descreve:

QUADRO 8 – PRESENÇA DO PSDB POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	DIRETÓRIOS OU COMISSÕES PROVISÓRIAS MUNICIPAIS	NÚMERO DE DIRETÓRIOS	% DE PRESENÇA (DIRETÓRIOS E COMISSÕES) DO PSDB POR MESORREGIÃO	% DE PRESENÇA (DIRETÓRIOS) DO PSDB POR MESORREGIÃO	TOTAL DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMISSÕES OU DIRETÓRIO DO PSDB
Mesorregião do Centro-Norte Piauiense	67	57	7	85,07	12,28	1.289.515
Mesorregião do Norte Piauiense	32	21	5	65,60	23,80	403.016

Mesorregião do Sudeste Piauiense	66	39	6	59,09	15,38	436.274
Mesorregião do Sudoeste Piauiense	53	46	8	86,70	17,39	333.339

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro 8 a mesorregião com menor expressão da presença do partido é a do Sudeste Piauiense com 59,09% dos municípios, seguida da mesorregião do Norte Piauiense, com 65,6% dos municípios, a mesorregião do Centro-Norte apresentando percentual de 85,07% e a mesorregião do Sudoeste Piauiense como 86,7%, esta com maior expressão no que tange a variável em verificação. Numa média aritmética o PSDB tem uma cobertura aproximadamente de 75% por mesorregião.

O estado do Piauí, segundo o ultimo Censo realizado pelo IBGE em 2011 possui 224 municípios. Isto significa que o PSDB tem presença em 164 deles, distribuídos em 28 diretórios e 136 comissões provisórias, de acordo com os quadros 4, 5, 6 e 7. É importante ressaltar que a presença de representantes partidários nos municípios é extremamente relevante para formar alianças, através de processos de mobilização política e articulação com os eleitores.

De acordo com os quadros 4, 5, 6 e 7 verifica-se ainda que o partido em termos de comissões provisórias imprime presença numa parcela significativa do estado do Piauí, entretanto, no que tange a constituição de diretórios observa-se uma necessidade de sofisticação neste quesito. Analisando os quadros 1, 2, 3 e 4 pauta-se a ausência de diretórios em municípios importantes do estado, como exemplo, Campo Maior, Parnaíba, Picos e Piripiri que apresentam uma população expressiva, e, atualmente só possuem comissões provisórias, denotando a característica de centralização de poder nas decisões. É relevante frisar que mesmo com o registro de 136 comissões provisórias, segundo o presidente do partido elas não representam a base do partido, pois se mostram vulneráveis pelos assédios dispostos por outras agremiações, em período eleitoral.

Partindo da hipótese deste presente estudo, que o PSDB concentra suas forças de articulação na capital do Estado, em detrimento de uma maior mobilização dos seus pares no interior do Piauí, verifica-se que de acordo com as consolidações de dados mostrados, observa-se que o PSDB tem presença numa parcela importante no estado do Piauí, constituindo-se na atualidade como um partido presente em mais de 75% dos municípios, demonstrando uma capilaridade de sigla no estado.

Entretanto, Guarnieri (2009 e 2011) estabelece um parâmetro para classificar o partido como monocrático, partidos de organização mista e partidos com caracterização poliárquica, levando em consideração a relação entre o número de comissões provisórias e diretórios. Um partido que apresenta um nível superior a 66% de comissões provisórias é considerado monocrático (centralizado no poder decisório). Um partido que apresenta um percentual entre 25% e 66% é considerado de organização mista e um partido com número inferior a 25% de comissões provisória em relação aos diretórios é caracterizado como poliárquico. O quadro 9 a seguir apresenta os percentuais da relação entre comissões provisórias e diretórios por mesorregião no Piauí.

QUADRO 9 – PERCENTUAL DA RELAÇÃO ENTRE COMISSÕES PROVISÓRIAS E DIRETÓRIAS

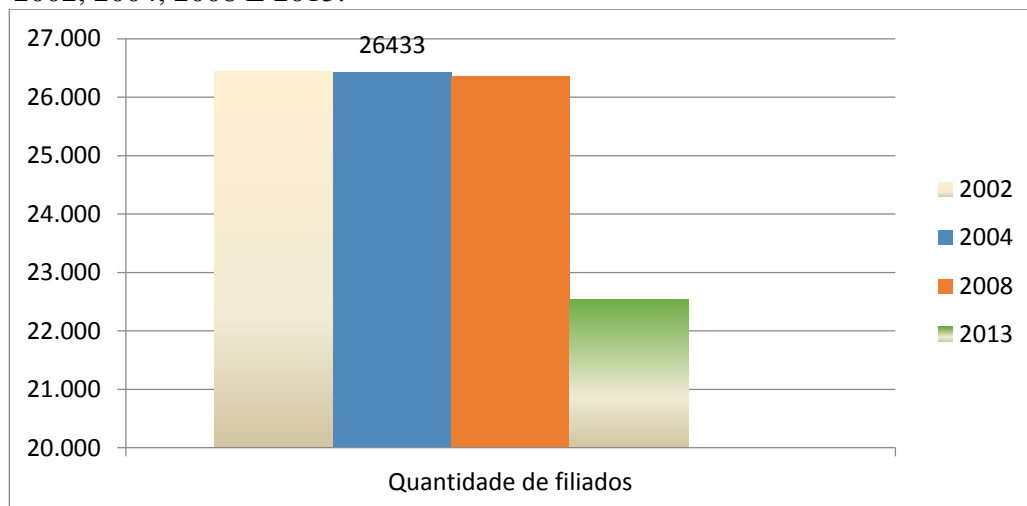
MESORREGIÃO	Percentual (%) do número de comissões provisórias em relação ao total de municípios com presença partidária do PSDB (diretórios + comissões)
Mesorregião do Centro-Norte Piauiense	77,77
Mesorregião do Norte Piauiense	76,19
Mesorregião do Sudeste Piauiense	84,90
Mesorregião do Sudoeste Piauiense	84,61
Média Aritmética no estado	80,86
Desvio-padrão	3,92
Coefficiente de variação	4,84

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro 9 verifica-se que em todas as mesorregiões do estado do Piauí o PSDB apresenta um elevado percentual na relação comissões provisórias e diretórios. Segundo a metodologia de Guarnieri (2009 e 2011) e os parâmetros utilizados em seus estudos o PSDB se classificaria como um partido monocrático em todas as mesorregiões, além disso, apresenta uma média aritmética estadual bastante expressiva em torno de 80,86%, portanto, sendo considerado um partido centralizado. A lógica da metodologia de Guarnieri (2009 e 2011) é que quanto menor o número de diretórios, maior é a centralização das decisões do partido. As comissões provisórias em proporção maior que os diretórios, representariam, portanto, tal situação. Seguindo a mesma perspectiva um partido que apresentar uma quantidade de diretórios proporcionalmente maior que as comissões provisórias seria menos centralizados, constituindo um grau maior de democratização no processo decisório.

No que se refere à quantidade de filiados o PSDB ao longo dos anos de 2002 a 2013, apresentou o seguinte comportamento, conforme o gráfico 8 a seguir:

GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PSDB NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.

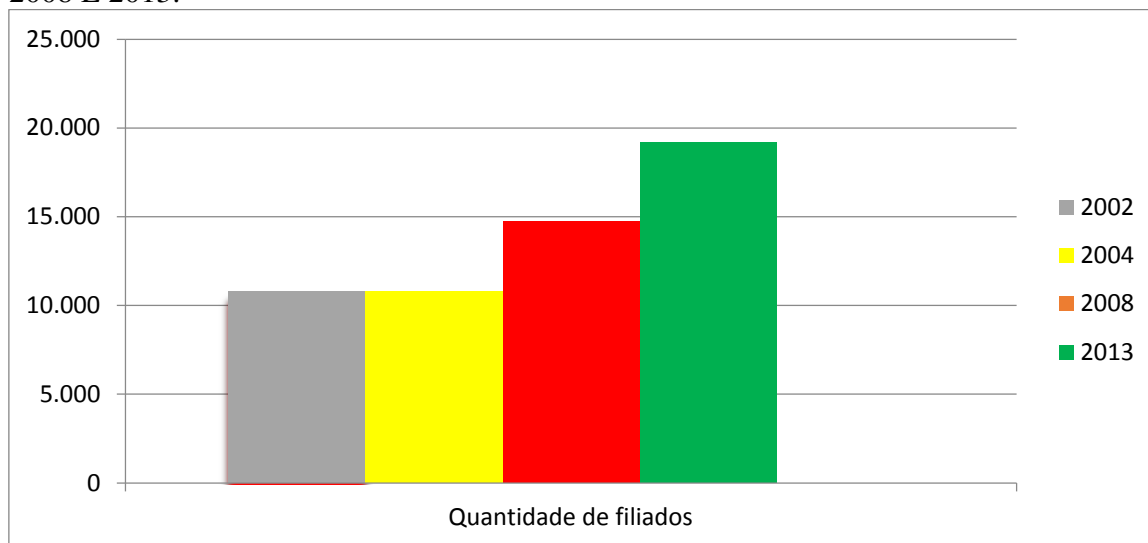


Fonte: TSE, 2013.

De acordo com o gráfico 8 a quantidade de filiados do PSDB foi diminuindo ao longo do período, passando, conforme dados do TSE (2013) de um total de 26.433 filiados em 2002, para um total de 22.539 filiados em todo o estado do Piauí. Esse comportamento decrescente do gráfico 8 é resultado provável da queda no número de prefeitos eleitos no interior do Estado, como também da pouca expressão na ocupação de cargos na assembleia estadual, como será verificado no capítulo três deste trabalho.

Estabelecendo parâmetros com o Partidos dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que atualmente encontram-se se alternando no poder executivo estadual, observa-se uma tendência distinta do PSDB, os gráficos 9 e 10 observam a sinalização:

GRÁFICO 9 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PT NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.

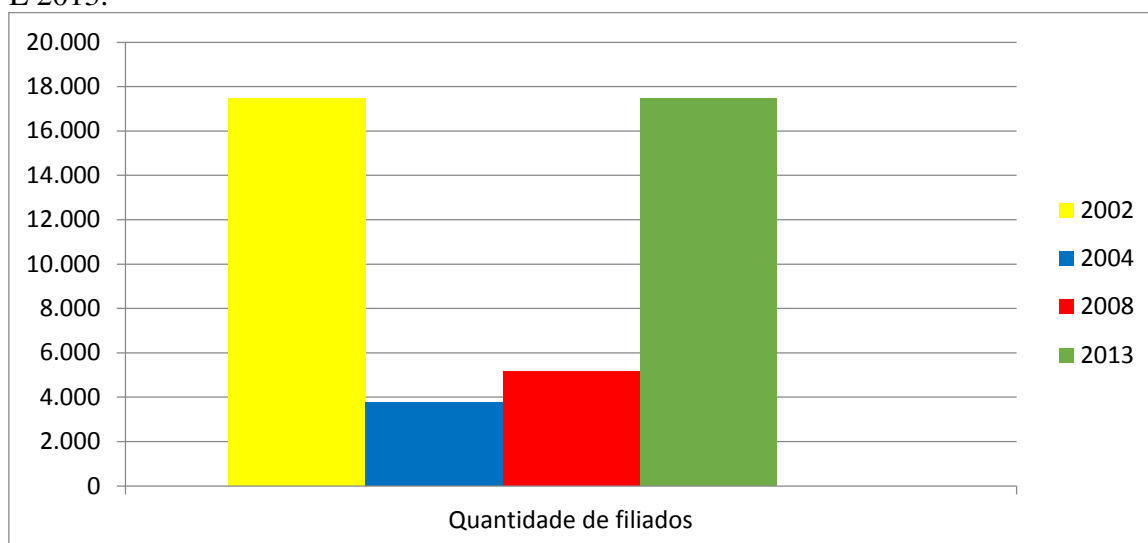


Fonte: TSE, 2013.

De acordo com o gráfico 9 verifica-se que há uma tendência de crescimento do número de filiados do PT. Os dados do TSE (2013) observam que o PT no ano de 2002 tinha um total de 10.800 filiados, sendo que nos anos seguinte incorporou em sua sigla mais filiados totalizando no ano de 2013 a quantidade de 19.176 filiados do PT em todo o estado do Piauí. Esse comportamento é explicado, provavelmente, pela ocupação do partido em cargos do executivo, inclusive o próprio governo estadual e central no período em análise.

No que se refere ao PSB o comportamento do número de filiados segue tendência distinta do PT e do PSDB (ver gráfico 10):

GRÁFICO 10 – QUANTIDADE DE FILIADOS DO PSB NOS ANOS DE 2002, 2004, 2008 E 2013.

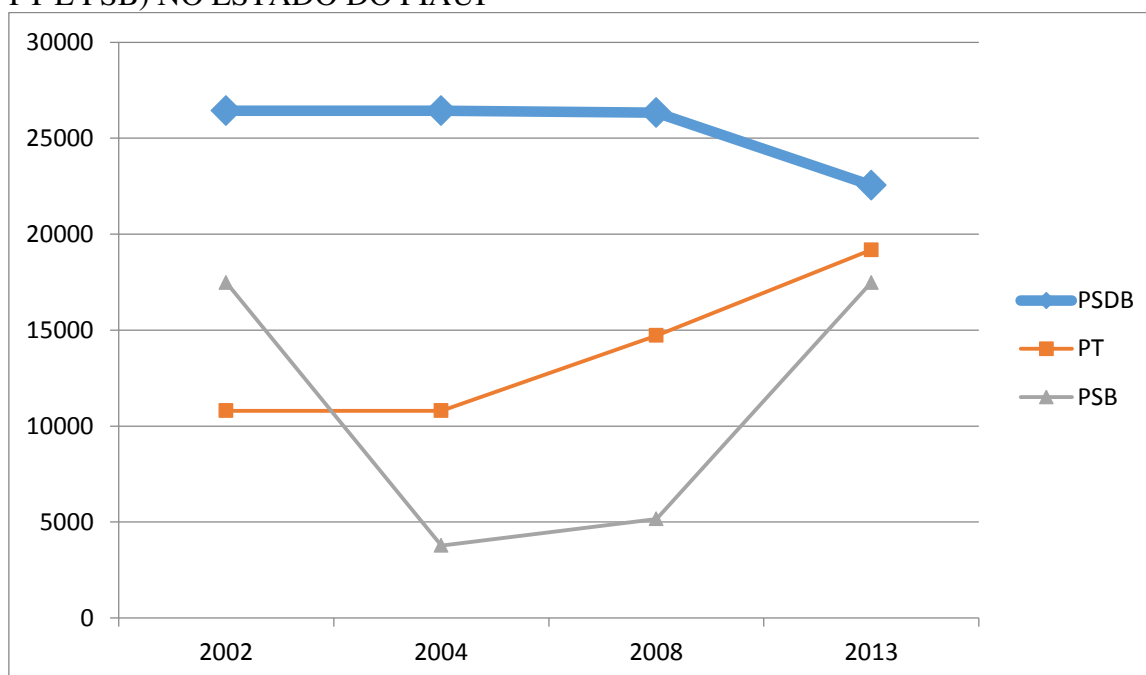


Fonte: TSE, 2013.

Observa-se que o comportamento da quantidade de filiados do PSB é distinta do PSDB e do PT. O PSB apresenta números mais instáveis, contando com um número expressivo de filiados em torno de 17.500 no ano de 2002, entretanto, sofre perdas importantes nos anos de 2004 e 2008, contando com cerca de 4.800 filiados e 5.500 filiados respectivamente, comportamento descrito no gráfico 10. Na avaliação do último ano do período em questão observa-se uma recuperação relevante no número de filiados do PSB, chegando ao patamar inicial de 17.500 filiados, conforme o TSE (2013). Este comportamento tem explicação provável pela subida ao poder no pleito das eleições para governo na ocupação do cargo máximo do executivo pertencendo à legenda, sendo um importante elemento de gravidade.

Numa perspectiva de análise de desempenho no contexto desse período analisado, o gráfico 11 demonstra a comparação, com relação ao número de filiados dos partidos PSDB, PT e PSB.

GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE FILIADOS POR PARTIDO DE 2002 A 2013 (PSDB, PT E PSB) NO ESTADO DO PIAUÍ



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 11 o PSDB em relação aos partidos PT e PSB é o que apresenta o maior número de filiados no período em tela, localizando-se na linha na parte superior do gráfico. O PSDB repercute um número relativamente estável na quantidade de filiados até o ano de 2008, que coincide com o processo de tempo em análise nesse estudo. O número não ascendeu, provavelmente, devido às sucessivas derrotas nos pleitos para o cargo de governador do estado do Piauí e o inexpressivo desempenho para o Senado, e as vagas para Deputado Federal e Deputado Estadual no Piauí, como já exposto, dificultando, portanto, a arregimentação de novos filiados. Esse comportamento tem na teoria da Ciência Política explicações plausíveis, como as recompensas financeiras, salientadas por Panebianco (2005), necessárias para o desenvolvimento do partido (benefícios seletivos materiais e seletivos de *status*) ou mesmo a necessidade para manutenção e crescimento do partido o acesso ao governo (Estado), como referido por Mair e Katz (1997), onde menciona o partido cartel favorecido pelos recursos ali disponíveis, principalmente relacionados aos cargos.

O PT já apresenta um comportamento distinto, sua curva, mostra-se no gráfico 11 de maneira ascendente, ou seja, o partido arregimentou filiados ao longo do período em análise, devido, provavelmente ao sucesso eleitoral do partido na esfera federal e governo do estado. O PSB, já apresenta um contexto mais complexo, iniciando o período em análise com um número considerável de filiados, entretanto, a partir de 2004 declina de modo bastante

expressivo, vindo a se recuperar a partir de 2008, com a ascensão de Wilson Martins ao governo desse estado.

A presente pesquisa até o momento demonstrou as tipologias dos partidos políticos, utilizando a literatura clássica da Ciência Política, além de destacar o desempenho exitoso do PSDB, no estado do Ceará e São Paulo, sublinhando as alianças e estratégias de sucesso adotadas pela sigla nos pleitos dos anos de 1990 a 2010. Foi compreendido também como o PSDB surgiu no âmbito nacional, sendo explicitado as razões que justificaram o surgimento do partido, consultando teóricos que descreveram sobre sua gênese, e manifestaram sua origem numa dissidência dos seus constituintes com o PMDB. Em última análise retrata-se o desempenho eleitoral do PSDB no estado do Piauí nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 para os cargos de Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, sendo, concluído, portanto, uma trajetória pouco exitosa nesses pleitos, por parte da agremiação. Referente ao desempenho do partido para a Prefeitura de Teresina, observou-se que o PSDB nesse município demonstrou ser uma sigla vitoriosa, tanto para o cargo maior do executivo, como na obtenção da maioria no legislativo municipal, foram avaliados os pleitos de 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008. Utilizando o mesmo período foi demonstrado o desempenho do partido no âmbito das eleições municipais nas demais cidades do estado do Piauí. O resultado foi uma história de ascensão nos três primeiros pleitos e posterior declínio nas eleições seguintes, referente à quantidade de prefeitos eleitos pelo PSDB. Em última análise procurou-se verificar a quantidade de filiados do partido, comparando com siglas vitoriosas como PT e PSB nos anos de 2002 a 2013, sendo que o PSDB nesse período também encolheu em relação ao número de filiados, apresentando desempenho diferente do PT e PSB que alavancaram nesse aspecto.

A partir desse retrospecto procurou-se demonstrar um painel histórico de desempenho da sigla em estudo, onde a conclusão direciona para um sucesso eleitoral na capital do estado do Piauí e um comprometido desempenho nas demais eleições. Essa conjuntura que predomina no PSDB até a atualidade é resultado, provável, de um partido que optou pela centralização de suas decisões nas esferas de poder e a dificuldade em estabelecer diálogos com outras forças políticas em momentos adequados e favoráveis à sigla. Nesse sentido, como já questionado anteriormente, procura-se conhecer as razões que justificariam esse desempenho pouco exitoso nas eleições majoritárias e o sucesso eleitoral apenas na capital piauiense. Desse modo procura-se ouvir os atores que compuseram essa sigla no estado, conhecendo seus discursos sobre o partido e os significados atribuídos referentes ao PSDB, desde a sua origem até a constituição de suas bases organizacionais internas.

3.5 Origem do PSDB no Estado do Piauí

3.5.1 Notas Metodológicas

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (DESLANDES, 2012, p. 21).

Tomando como parâmetro o conceito de pesquisa qualitativa, na perspectiva de Deslandes (2012), é que se fez a opção por ouvir as narrativas propostas dos atores integrantes do PSDB. A análise de conteúdo, de modo específico do discurso dos representantes desse partido, pode fornecer quais os pontos ou elementos que direcionam o partido no contexto geral das eleições.

Desse modo, através da análise de suas narrativas percebem-se os pontos de intercepto da massa crítica dos sujeitos do PSDB e suas respectivas contradições, dando subsídios para o autor da pesquisa fundamentar posicionamentos acerca da cultura do PSDB no estado do Piauí, em outras palavras, sua base organizacional ao desempenho eleitoral.

A título de esclarecimento, ainda é oportuno reforçar que essa abordagem de pesquisa narrativa, configura-se como investigação, posto que no entendimento de Souza (2006, p. 26):

[...] se vincula à produção de conhecimentos experienciais dos sujeitos adultos em formação. Por outro lado, à formação porque parte do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história.

Observando o contexto proposto por Souza (2006) é que se enveredou por ouvir as lideranças, representantes e jornalistas políticos, no sentido de pontuar as experiências desses sujeitos em relação às suas observações e histórias vivenciadas no âmbito do PSDB, de modo particular, no enredo das eleições em todos os seus momentos.

3.5.2 Instrumento de Coleta de dados e Sujeitos da Pesquisa

Como sujeitos da pesquisa procurou-se ouvir através de entrevistas (roteiro nos apêndices 1, 2 e 3) o atual presidente do partido, o ex-presidente do partido, representantes de diretórios estaduais situados no litoral e interior, membros do partido (norte e sul do estado do Piauí) e jornalista especialista em política, assim discriminados no quadro 10 a seguir:

QUADRO 10 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS²³ INTEGRANTES DO PSDB E JORNALISTA POLÍTICO

NOME	DESCRIÇÃO	FILIAÇÃO AO PARTIDO	MUNICÍPIO	PROFISSÃO
Marden Menezes	Atual Presidente do Diretório Estadual do PSDB	--	Teresina	Deputado estadual da região do município de Piriipiri.
Roberto Alves dos Reis Filho	Ex-presidente do Diretório Estadual do PSDB de 1989 a 1991	04/08/1990	Teresina	Engenheiro Agrônomo e servidor público estadual.
Glória Maria Veras de Sandes Freitas	Ex-secretária geral do Diretório Estadual do PSDB	23/02/1989	Teresina	Jornalista
Antônio Reis Pereira	Ex-segundo vice-presidente do Diretório Estadual do PSDB	--	Teresina	Servidor público
José Reis Pereira	Ex-deputado estadual pelo PSDB	04/08/1990	São João do Piauí	Professor e Político
Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê)	Ex-Deputado Estadual pelo PSDB	26/09/2005	Parnaíba	Ex-Deputado Estadual.
Henri Carlo Cezar Fonseca	Representante do Municipal do PSDB	19/09/2011	Picos	Empresário.
Pablo Henrique	Representante do diretório Municipal do PSDB	06/12/1993	Valença	Empresário.
Arimatéia Azevedo	Jornalista Político	Não é filiado ao partido	Teresina	Jornalista e sócio proprietário do Portal de Notícias <i>on line</i> "AZ"

Fonte: Elaborado pelo autor.

* As informações sobre seus filiados entrevistados foram obtidas a partir do Diretório do PSDB-PI.

O quadro 10 apresenta um grupo de sujeitos que ajudaram a constituir o PSDB no Piauí e participaram da formação de suas bases organizacionais, assim como vivenciaram o desenvolvimento da sigla ao longo do recorte sugerido. Através dos questionamentos sobre os motivos que levaram a gênese do partido no *locu* pesquisado, como também de indagações sobre o desempenho da agremiação no processo eleitoral, por exemplo, é que se forma massa crítica para o processo analítico, como será observado no tópico seguinte.

²³ Lista com a autorização dos entrevistados para a publicação encontra-se no apêndice.

3.5.3 Instrumental Analítico

Através da análise das narrativas ou discursos desses sujeitos chegou-se a tessitura de conclusões sobre as estratégias do partido e seu respectivo comportamento no processo eleitoral, avaliando as conjunturas anteriores e posteriores dos pleitos.

A análise do conteúdo é definida por Bardin (1977, p. 35) como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

É importante ressaltar que, no contexto das análises, procura-se investigar os conteúdos manifestados nas narrativas e discursos, buscando compreender os pensamentos e os sentimentos revelados pelos sujeitos sobre as mudanças ocorridas na estrutura do partido e sua respectiva dinâmica.

Seguindo as orientações da autora acerca da sequência metodológica para a organização da análise do conteúdo, elabora-se o plano da seguinte forma:

- 1) Pré-análise
- 2) Exploração do material e
- 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

QUADRO 11 - PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Pré-análise	Leitura exploratória dos dados - etapa em que realizamos uma leitura superficial dos discursos ou narrativas com dois objetivos: familiarizarmo-nos com a linguagem e conhecer o teor das narrativas registradas. Nesta etapa, organizamos os dados produzidos com a pesquisa.
Exploração do material	Leitura seletiva - etapa em que concentramos as leituras na seleção de informações fundamentais para a concretização de nossa investigação, ou seja, conhecer as experiências vivenciadas pelos sujeitos. Nesta etapa, codifica-se, classifica-se e categorizam-se os dados produzidos.
Tratamento dos Resultados Obtidos e interpretação	Leitura conclusiva - etapa decisiva para a investigação em que os dados foram sistematizados, organizados e interpretados de acordo com eixos de análise estabelecidos após a leitura seletiva das narrativas ou discursos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bardin (1977).

De acordo com o plano de análise dos dados, proposto por Bardin (1977), disposto no quadro 11 a exploração do material ocorrerá através da codificação dos dados produzidos e posterior interpretação dos discursos, assim como, determina a terceira fase do plano de análise de dados.

3.6 A Gênese, as bases organizacionais e o desempenho do PSDB na arena eleitoral do estado do Piauí: Perspectiva de seus atores

A história do PSDB piauiense configura-se com a origem do PSDB nacional, bem como agrega nuances semelhantes referentes ao processo de dissidência e as características dos atores que formulariam seu enquadramento. Assim, o marco de criação do PSDB no estado do Piauí foi o ano da constituinte de 1988, onde a conjuntura política do país estava marcada principalmente pela efervescência de debates e discussões neste cenário, culminando na criação de inúmeros partidos políticos. No âmbito do PSDB sua origem é estruturada a partir da insatisfação com os meandros da Assembleia Constituinte, como, por exemplo, a questão do sistema de governo e as complexidades trazidas com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Segundo o ex-presidente do partido no estado do Piauí, Roberto Reis Filho²⁴, o PSDB foi fundado, em nível nacional, no dia 25 de junho de 1988, formado, principalmente, por parlamentares dissidentes do PMDB.

Eles se diziam descontentes com os rumos políticos do partido, em especial, durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, com a formação do chamado Centrão, articulação de centro-direita contrária à aprovação de medidas progressistas na Carta Magna.

A referência dos parlamentares, que haviam defendido a implementação de medidas como o parlamentarismo na Constituição, por exemplo, era a social-democracia europeia. O PSDB estruturou-se em torno da candidatura do então senador Mário Covas à Presidência da República, na primeira eleição direta, após 20 anos de ditadura, em 1989. A consolidação, entretanto, veio com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, como destaca o entrevistado Reis Filho.

No estado do Piauí o partido foi criado também a partir de dissidências do PMDB, no dia 19 de agosto de 1988. Em pesquisa documental à sua ata de fundação (Ofício número 0062/88, TRE, PIAUÍ), encontram-se nomes como do seu primeiro presidente e outros membros disposto no quadro 12 abaixo.

²⁴ Entrevista realizada em 30 de outubro de 2013.

QUADRO 12 – NOMES DOS MEMBROS DO PSDB PIAUIENSE CONSTANTES NA SUA ATA DE FUNDAÇÃO

FUNDADOR	Cargo
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	Presidente
Antônio Reis Pereira	Segundo Vice-presidente
Glória Maria Veras de Sandes Freitas	Secretário Geral
Luiz Darci dos Santos Fontenelle de Araújo	Primeiro Secretário
Jonas Rocha	Vogal
Renato Barbosa da Paz	Vogal
Raimundo Martins de Sousa	Tesoureiro
Jose de Ribamar da Silva Seabra	Membro
Paulo de Tarso Tavares Silva	Membro

Fonte: PSDB, 2016²⁵.

Vogal – tem direito a voto no partido, em caso de assembleia, convenção.

Como salientado por seu ex-presidente, estes membros do então PMDB estavam insatisfeitos com o “centrão” montado na assembleia constituinte. Este “centrão” era formado, além da ala conservadora do PMDB, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS), em contraponto com partidos menores. Segundo o entrevistado retrocitado essa estrutura da Assembleia Constituinte gerou importantes insatisfações, culminando na formação do PSDB, aqui no estado do Piauí.

Do ponto de vista das origens, portanto, se olharmos pela perspectiva de Duverger (1970) o PSDB nasceu de dissidências de lideranças de outros partidos, e assim emergiriam a partir de dentro do sistema político. Porém, se avaliarmos pelo prisma de Panebianco (2005), vimos que o PSDB emergiu a partir de um centro que estimulou o seu desenvolvimento por penetração territorial, observados a arregimentação de lideranças, como salientado pelos discursos de seus atores, no interior do estado do Piauí.

Segundo o entrevistado, esse grupo dissidente era ligado ao Professor Raimundo Wall Ferraz²⁶ que nos bastidores atuou como um dos criadores do partido, já que na ata de

²⁵ Ofício número 001/88 do PSDB – Regional do Piauí.

²⁶ Membro da UDN viu sua carreira política deslanchar ao ser eleito vereador de Teresina nos anos de 1954 e 1958 e vice-prefeito do município em 1962 sendo o último político nessa condição a exercer a presidência da Câmara Municipal no quadriênio seguinte à sua posse. Durante o primeiro governo Alberto Silva (1971/1975) foi Secretário de Educação, acumulando por um breve período a Secretaria de Governo e com a ascensão de Dirceu Arcoverde ao governo do estado foi nomeado Prefeito de Teresina (1975/1979). Com a reforma partidária realizada pelo Governo Figueiredo ingressou sucessivamente no PP e PMDB sendo eleito deputado federal em 1982 com três quartos de sua votação oriundos da capital piauiense. Em 1985 foi eleito Prefeito de Teresina na primeira eleição direta para o cargo findo o Regime Militar de 1964 tendo como candidato a vice-prefeito o jornalista e deputado estadual Deoclécio Dantas e no ano seguinte colaborou para a vitória da oposição na disputa pelo governo do estado. Em sua nova gestão como alcaide rompeu sua aliança com o governador Alberto Silva e liderou uma dissidência partidária que fez de Heráclito Fortes seu sucessor em 1988. Encerrado o seu mandato coordenou a campanha de Ulysses Guimarães à presidência da República em 1989, porém suas divergências com o diretório regional do PMDB recrudesceram a ponto de fazê-lo ingressar no PSDB levando consigo todo o seu grupo político e na condição de *tucano* recompôs-se com Alberto Silva e foi candidato a

criação do partido não consta o nome deste político. Conforme o ex-presidente do PSDB a vinda do professor Wall Ferraz em 1990, depois de dois anos de criação do partido, trouxe um diferencial importante na constituição da agremiação, sendo um marco na expansão da sigla na capital, devido à sua vitória eleitoral como prefeito no município de Teresina em 1992.

Indagado sobre as dificuldades do PSDB expandir sua linha de poder para o interior, conforme seu ex-presidente essa ação nunca ocorreu, já que existe uma dificuldade do PSDB em alinhar o seu discurso com os interesses e realidades dos eleitores do interior do estado do Piauí. O ex-presidente atribui essa dificuldade a própria formação do partido constituída por uma elite econômica, financeira e escolarizada com base política principalmente no município de Teresina.

Em entrevista a outro membro fundador do PSDB no estado do Piauí, Glória Maria Veras de Sandes Freitas²⁷ (Secretária geral do partido a época de sua organização), a agremiação surgiu com o argumento de formar um partido de centro-esquerda que abrigaria os insatisfeitos com o PMDB. Conforme a entrevistada seu ingresso ao partido tinha conteúdo ideológico se posicionando, portanto, como na plataforma dos partidos da social democracia europeus, como já salientado por Vieira (2012), assim relatando.

Dessa forma, eu entendia que o partido, para ter perfil mais à esquerda, precisava posicionar-se a favor das estatais, do sindicalismo, não pagamento da dívida externa, investigar quem fez essa dívida, quem se beneficiou dela [...]

O discurso de Glória Maria Veras de Sandes Freitas demonstra que nos primeiros anseios para criação do PSDB suas visões sobre o que deveria ser a nova sigla apresentariam características dos partidos social democratas, principalmente referente à coligação com os sindicatos, portanto, se aproximando dos movimentos de massas. Além disso, contrário aos feitos do PSDB quando logrou de poder presidencial efetuando, por exemplo, o processo de privatização, oposto, portanto, ao posicionamento da entrevistada, que faz menção à valorização das empresas estatais, além de apresentar discursos de partidos de extrema esquerda como, por exemplo, mencionando o “não pagamento da dívida externa”. Os trechos destacados sinalizam para conflitos que iriam se apresentar no futuro do partido com seus próprios membros, pois o pragmatismo, comum às gestões do PSDB, na visão de muitos

governador em 1990 pela coligação Movimento de Integração do Piauí num pleito onde foi derrotado em segundo turno por Freitas Neto. Em 1992 conquistou o seu terceiro mandato de prefeito de Teresina falecendo na capital paulista em 22 de março de 1995 onde se encontrava para tratamento de saúde em face de um acidente vascular cerebral. Foi substituído pelo vice-prefeito Francisco Gerardo.

²⁷ Entrevistada em 04 de dezembro de 2015.

teóricos, possivelmente gerariam novas dissidências, além de contribuir para o distanciamento da sigla dos anseios da população, e, conseqüentemente do eleitorado.

Ainda conforme as narrativas de Glória Maria Veras de Sandes Freitas o partido apresentou dificuldades em construir uma ideologia uniforme, ocorria no período de sua institucionalização uma preocupação apenas em reconhecer as comissões em processo de constituição no interior do estado do Piauí.

Eu era secretária inicialmente, você vai ver nas atas. Ai passou a ser o Zé Reis²⁸. Passamos juntamente com o Chagas Rodrigues.²⁹ Nisso Zé Reis foi importante. Mas, não havia preocupação com a ideologia. O Chagas perguntava apenas se eram honestos. Só o Zé Reis conhecia as pessoas que queriam formar as comissões municipais. Não sei se ele conversava com o professor Wall antes [...]

O discurso de Glória Maria Veras de Sandes Freitas apresenta nuances que indicam que o PSDB no interior do Piauí foi constituído com frágil base filosófica e ideológica ao salientar que os recém-ingressos ao partido não apresentariam alicerce nessa perspectiva, como assinala em sua fala “não havia preocupação com a ideologia”. Conforme a entrevistada não ocorria um cuidado se as comissões municipais seriam estruturadas por pessoas que conheciam o contexto ideológico de um partido social democrata ou do próprio PSDB. É importante destacar também, que segundo Glória Maria Veras de Sandes Freitas os futuros membros das comissões provisórias não apresentavam alinhamento com os membros da direção do partido, sendo escolhidos por uma única pessoa, nesse caso Zé Reis (deputado estadual à época).

O processo de institucionalização do PSDB do Piauí levou o partido à busca de lideranças no interior do estado, conforme Glória Maria Veras de Sandes Freitas:

[...] Parece que eram novas lideranças ou gente que gostaria de ser alternativa na política local. Mas já ligados à política. Acredito que assim como a nível nacional houve a dissidência dentro do PMDB, esse racha deve ter acontecido nos municípios.

O PSDB piauiense, assim como o nacional apresentou o mesmo critério de filiação de novos membros. Segundo o discurso de Sandes ocorria insatisfações no âmbito municipal dos políticos do PMDB que acabariam migrando para o PSDB.

²⁸ José Reis Pereira foi Deputado estadual pelo PSDB na década de 1990.

²⁹ Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, primeiro Presidente do PSDB no estado do Piauí (Senador da República).

A principal liderança do PSDB piauiense no início da agremiação foi Wall Ferraz. O ingresso desse político, conforme Glória Maria Veras de Sandes Freitas possivelmente marca a consolidação de um processo mais pragmático e menos ideológico.

‘Lembro’ do dia em que Wall Ferraz reuniu-se com a direção do PSDB para anunciar que pretendia ingressar no partido. [...] Eu falei, professor, gostaríamos que qualquer acordo feito seja discutido com a direção estadual. E ele, gritando, já zangado: eu sabia que não me queriam neste partido. Gritava saltando da cadeira. O Manoel Emilio gritou calma, Wall, ela não está dizendo isso e sim que tudo deve ser discutido.

A partir desse episódio, assinalado pelo ingresso de Wall Ferraz, conforme Glória Maria Veras de Sandes Freitas, o partido já ocorria numa fragilidade ideológica, apresentou uma ampliação desse aspecto, culminando em sua saída da direção do partido e ingresso como figurante no PSDB teresinense, assim relatado por ela.

‘Me colocaram’ como local e depois ‘pluft’, me tiraram da direção, mas nessa altura eu já sabia que esse partido não me interessava [...] Nada do que eu pensava. Ainda permaneci algum tempo no PSDB-Teresina, mas somente como um número. A última reunião de direção da qual participei foi aquela em que discutimos se lançaríamos candidato a prefeito. Naquela em que estavam Wall Ferraz, Chagas Rodrigues e o Paulo Silva³⁰, Que acabara de ser reeleito para deputado federal com 60 mil votos, enquanto o Zé Reis teve somente cerca de 800 para estadual.

O novo contexto apresentado resultou na saída de Glória Sandes do partido. Suas palavras explicam de algum modo à própria dificuldade do partido em instituir um posicionamento ideológico e menos pragmático. Outro importante membro responsável pela criação do PSDB no Piauí foi entrevistado Antônio Reis Pereira³¹. Perguntado sobre como o partido se originou, assim relatou:

O que nos levou à fundação do PSDB no Estado foi o mesmo motivo que motivou à criação do partido no nível nacional. O MDB, e depois o PMDB, era uma federação de partidos que ia da esquerda radical aos liberais; no centro, muitos oportunistas e clientelistas sem qualquer ideologia. Estavam todos juntos por causa da camisa de força imposta pela ditadura, que não permitia a criação de outros partidos.

O discurso de Antônio Reis Pereira esclarece que nos bastidores de criação do partido havia um componente ideológico razoável, críticas ao que estava posto, salientando a necessidade de instituição de uma nova sigla, não sujeita as bases constitutivas do MDB e

³⁰ Primeiro Deputado Federal piauiense eleito pela sigla no pleito de 1990.

³¹ Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2015. Antônio Reis Pereira foi o Segundo Vice-presidente do PSDB a época de sua fundação no estado do Piauí.

PMDB, conforme seu discurso formado por membros sem alinhamento ideológico, corroborando com a tese de Roma (2002) sobre o pragmatismo de suas lideranças no momento de fundar o partido. No entanto, apesar do pragmatismo apontado, ideologicamente, o PSDB se diferenciava do PMDB, que era um partido muito mais heterogêneo do que o PSDB que surgira naquele momento. Ainda que o pragmatismo estivesse claro, naquele momento, o que unia o partido era a tentativa de criar um partido que comportasse liberais e a esquerda moderada que não cabia, nos partidos de esquerda, como o PT, garantindo espaço numa agremiação menos heterogênea ideologicamente do que o PMDB, como fica explícito na fala de Antônio Reis Pereira, transcrita abaixo:

Com a redemocratização, os políticos mais à esquerda criaram seus próprios partidos, ficando no PMDB os liberais, a esquerda moderada e aquele centro-amorfo de que falei antes. No governo Sarney, quando o PMDB virou governo, isso se tornou claro. Mais do que diferenças ideológicas, havia o que um dos fundadores do partido chamou de "desconforto ético". Não estávamos confortáveis num partido que participava - e desfrutava - de um governo corrupto e incompetente. Quando um grupo de políticos liberais e da esquerda moderada, liderados pelos paulistas Franco Montoro e Mário Covas, decidiu criar um novo partido, resolvemos acompanhá-los. Dois parlamentares do Piauí tomaram a frente: O senador Chagas Rodrigues e o deputado federal Paulo Silva. Tivemos também grande apoio de um deputado estadual - José Reis, que, por motivos que ele mesmo pode explicar, preferiu não se filiar no primeiro momento.

Conforme o entrevistado em tela ocorria uma dificuldade de alguns parlamentares do PMDB em aceitar as nuances que se apresentavam no partido, gerando um descontentamento com a sigla a qual faziam parte, já no governo de José Sarney, destacando em seu discurso a corrupção que pairava no eixo central, por exemplo, e o desalinhamento ideológico, com já salientado com partidos de extrema direita ou mesmo de esquerda.

Os partícipes que estimulariam, portanto, o PSDB no Piauí foram os parlamentares Chagas Rodrigues (Senador), Paulo Silva (Deputado Federal) e José Reis (Deputado Estadual), e diferentemente de Antônio Reis não menciona o nome de Wall Ferraz como mentor do partido, mesmo nos bastidores. Entretanto, outros membros são citados por Antônio Reis Pereira.

A comissão provisória foi formada pelos dois parlamentares federais antes citados (presidente e primeiro vice), eu (segundo vice), e mais 3 outros companheiros, dos quais não lembro o nome completo: Pereirinha, Renato e um dos filhos do prof. Darcy Araújo, aquele da imobiliária (acho que o Luis). Como o presidente e o primeiro vice residiam em Brasília, eu fiquei a maior parte do tempo no exercício interino da presidência.

Observa-se de acordo com o discurso Antônio Reis Pereira ocorriam dificuldades de estruturação e conseqüentemente de institucionalização do PSDB, assim complementa o entrevistado:

O Senador Chagas Rodrigues, mesmo distante, era um apoio constante, com quem sempre podíamos contar. Inclusive apoio financeiro, para custear as despesas, já que não tínhamos receitas. As despesas eram poucas, mas tivemos uma grande, quando recebemos a visita do então candidato a presidente Mário Covas. Quanto ao deputado Paulo Silva, apenas emprestava o nome ao partido. Nunca teve qualquer participação prática [...]

Essa dificuldade de organizar um partido político no cenário piauiense é controversa, visto que sua materialização ocorre por dissidência de parlamentares do PMDB, e, portanto, esperar-se-ia uma maior dinâmica na sua base organizativa, sob todos os aspectos, dado a experiência política de seus formuladores, que já eram membros de outras agremiações, e, portanto deveriam conhecer a dinâmica de fundação e desenvolvimento organizativo de um partido, provavelmente. Entretanto, tais perturbações, como por exemplo, as dificuldades financeiras que o partido apresentava, seriam superadas a partir do enredo das eleições presidenciais de 1989, assim relatada por Antônio Reis Pereira.

A dificuldade de fundar a quantidade mínima de diretórios municipais³² exigidos por lei era grande, chegamos a pensar em desistir. Quando comunicamos isso ao senador, ele nos disse: não podemos pensar em desistir, a candidatura Mário Covas depende de nós. O PSDB nacional também enfrentava dificuldades para criar o número mínimo (nove, se não me engano) de diretórios estaduais e assim poder obter o registro definitivo no TSE. Eles contavam com o Piauí para completar esse número. Fomos à luta e conseguimos.

O PSDB precisaria de palanque nos estados. Essa era uma estratégia de nacionalização do partido e de ampliação do potencial competitivo do candidato, além disso a Lei Eleitoral da época, além de exigir essa nacionalização, também determinava um número mínimo de nove comissões regionais provisórias. A partir da institucionalização do PSDB no

³² Ressalte-se que, enquanto a LOPP vigorou, o processo de registro de partidos políticos começava no TSE. Era necessário que o interessado apresentasse cópia do manifesto, do programa, do estatuto e da ata de sua fundação, a qual comprovasse a formação de, pelo menos, nove comissões regionais provisórias, com prova de publicação desses atos no Diário Oficial da União (DOU). A partir de então, era concedido um prazo de doze meses para que o partido se organizasse e obtivesse seu registro definitivo. Os partidos com registro provisório concedido funcionavam como agremiações de fato e de direito, podendo, inclusive, participar de eleições, até que obtivessem seus registros definitivos deferidos pela Justiça Eleitoral. A partir da edição da Lei nº 9.096/95, o registro provisório passou a não mais ser permitido. Para registrar um partido político, o interessado tem que cumprir todos os requisitos estabelecidos na Lei dos Partidos Políticos e na Res.-TSE nº 23.282/2010. Assim, devem reunir-se os fundadores (pelo menos 101 eleitores), com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos estados, para elaborar o programa e o estatuto do partido, que deverá ser publicado no DOU. Nessa mesma reunião, serão eleitos, em caráter provisório, os dirigentes nacionais, que vão organizar o partido (TSE, 2016).

âmbito nacional é que o partido na seara piauiense ganha maior dinamicidade, portanto, a constituição da sigla no estado coincide com a necessidade de regulamentação da agremiação junto ao TSE.

Em entrevista ao ex-deputado estadual José Reis Pereira³³, importante articulador e mobilizador, quando na criação do PSDB no Piauí, indagado sobre a trajetória a gênese dessa sigla, assim mencionou:

No início, não era a criação de partido, mas tentativa de salvar o PMDB. O partido lutou contra a ditadura, venceu, mas, na hora de assumir o poder, Tancredo Neves morreu e assumiu Sarney, que era homem da ditadura, e não governava com a visão do PMDB. Vários peemedebistas do Brasil, todos se reuniam tentando salvar a ideologia do partido. Eram reuniões de três em três meses em Brasília, e eu participava, juntamente com o senador Chagas Rodrigues e o deputado federal Paulo Silva. Depois de algum tempo concluímos que não salvaríamos o PMDB, e resolvemos criar novo partido. Surgiu o PSDB.

As palavras de José Reis Pereira reforçam as conclusões já dispostas que argumentam a criação do PSDB através do processo de dissidência. Em seu discurso José Reis Pereira cita a inclinação ideológica dos fundadores do partido no estado do Piauí. Conforme o entrevistado os membros que constituíram o enredo de gênese do partido demonstravam acreditar na sigla, assim relatando:

O governo do Estado era do PMDB, contrário ao PSDB. A Prefeitura de Teresina, nas mãos do Heráclito, era contra o PSDB. Os poucos funcionários (do estado ou da prefeitura), vieram contra seus chefes, vieram porque acreditavam no partido.

Ao ser questionado sobre a entrada de Wall Ferraz no partido, José Reis Pereira manifestou:

Isso foi muito depois. Wall Ferraz não tinha alma de tucano (embora tivesse o comportamento típico do que defendíamos). Ele não gostava do partido. Queria ir para o PDT, e me avisou disso. Pouco antes de se filiar ao PDT, descobriu que estavam tramando um golpe contra ele: o partido iria se coligar com o PFL, e ofereceria a ele a candidatura de vice-governador, com Freitas Neto a governador. Ele se revoltou e resolveu vir ao PSDB, que lhe oferecia a possibilidade de ser candidato a governador.

De acordo com José Reis Pereira a principal liderança do PSDB estadual, ainda nos anos de 1990, não demonstrava alinhamento ideológico com o partido social democrata, inclusive extremamente inclinado a filiar-se a outro partido, nesse caso o Partido Democrático

³³ Entrevistado em 13 de janeiro de 2016.

Trabalhista (PDT), apesar dos partidos apresentarem um alinhamento de centro-esquerda, esse era o entendimento de José Reis Pereira. A permanência de Wall Ferraz na sigla ocorreu somente pela perspectiva de lançamento de sua candidatura própria ao cargo de governador pelo PSDB, vislumbrando as eleições de 1990.

O ex-deputado José Reis José Reis Pereira foi questionado sobre o processo de institucionalização do PSDB no interior do estado do Piauí, assim respondendo:

Quem cuidou de fazer o partido fui eu. Não havia lideranças políticas tradicionais interessadas no PSDB, porque o partido não oferecia garantia de poder. Apesar de ter um senador Chagas Rodrigues, um deputado federal (Paulo Silva) e um deputado estadual (José Reis), não oferecia garantia de vitória eleitoral. Cuidei de criar o partido com lideranças pouco expressivas eleitoralmente, mas concordantes com as ideias do partido. Eram líderes estudantis, de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos, pequenos proprietários rurais, advogados recém-formados etc.

O discurso de José Reis Pereira aponta contradições importantes, referente às críticas se o PSDB é um partido ideológico ou pragmático. No seu contexto observa-se a presença de características de plano ideológico, visto que a constituição do partido no interior do estado foi desenvolvida, segundo o entrevistado, próxima aos movimentos sociais, ao mencionar “líderes estudantis”, “trabalhadores rurais”, “trabalhadores urbanos”, portanto, um partido, provavelmente, com membros de inclinação social democrata.

Outra importante liderança do PSDB foi entrevistada, o presidente atual do Diretório Estadual do PSDB, Deputado Estadual Marden Menezes³⁴, indagado sobre as dificuldades de crescimento do partido no interior fez as seguintes afirmações:

O crescimento de um partido ocorre através das eleições, através de vencer eleições, falta um nome nacional histórico que vá além do nome do partido, com uma imagem projetada na população. “Falta” gestões que propiciassem esse agigantamento, exemplificando o PT e o PSB que logrou êxito e cresceu no interior. No interior a população “quer encostar” em árvores que dão sombra. Assim estes partidos praticam o fisiologismo como distribuição de cargos, secretarias, participando da gestão, fazendo com que esses partidos cresçam.

O presidente reconhece, portanto, que o partido apresenta dificuldades para expansão devido às questões de fidelidade partidária. O líder pontua que a falta de participação do PSDB na estrutura do poder estadual acaba afastando vereadores do interior, que em busca de melhores possibilidades de sobrevivência política, migram para outras siglas partidárias, gerando problemas para a manutenção de diretórios e comissões. Marden

³⁴ Entrevistado em 25 de outubro de 2013.

Menezes comenta que o sistema de harmonia entre os poderes fica comprometido no momento em que o poder executivo luta para ter a maioria no legislativo, sufocando a oposição, e, conseqüentemente, o PSDB, que perdeu em três eleições consecutivas.

O Presidente elaborou comentários sobre o posicionamento do partido afirmando sobre o discurso da austeridade fiscal que não é muito popular, e, portanto, pouco atrativo aos eleitores. Há, portanto, a opção pela coerência ideológica e a negação da postura de um partido de orbita em torno do poder. Assim, a filosofia da austeridade fiscal encaixa-se no modelo de gestão que atrai a população mais escolarizada, e, portanto, residente nos centros urbanos.

Essa cautela presente na doutrina e no comportamento do partido funciona como um mecanismo pouco eficiente de propagação dos ideais da agremiação. Verifica-se a existência de obstáculos para a participação cotidiana e frequente dos membros nas atividades intrapartidárias. A participação se dá com mais veemência nas atividades de mobilização eleitoral. A visão do partido é expressa na ideia de que ele necessita ocupar cargos eletivos para por em prática seus projetos e programas.

Relatando sobre a dificuldade de penetração do PSDB no interior pergunta-se ao atual presidente da sigla em estudo se o PSDB é um partido de atuação urbana, assim respondendo:

O PSDB de fato tem uma característica mais urbana, se olharmos os números mostram isso, nós temos uma aceitação maior nos grandes centros, notamos um melhor desempenho do partido com um contingente maior de habitantes com população residente na zona urbana maior que na zona rural isto é um fato. Eu não tenho o conhecimento literário e vamos dizer assim a formação minha não é tão profunda quando a de vocês, mas na prática que ele tem outra diferença do PT que a gênese vem dos movimentos sindicais, rurais e da igreja católica. Hoje é o inverso [...] mas o PT saiu dali. O PSDB foi o partido “de que” foi criado por grandes lideranças nacionais [...] foi criado por grandes lideranças nacionais “que eram credibilidade” tinham uma grande imagem é um partido que na verdade fosse democrático acima de tudo vem do PMDB a essência não se concebe de outra maneira, fortalecer a democracia o regime democrático [...] Só que o PSDB veio com essa proposta da social democracia, ou seja, de você canalizar o bolo que pertence o que pertence a todos o máximo possível para aqueles que precisam mais, vilas favelas [...] mas foi um partido que foi criado em São Paulo ele não foi um partido de iniciativa popular e sim de deputados [...] ele não nasceu de borda para o centro ele nasceu em Brasília de uma convergência de lideranças que no momento decidiram fundar ‘um outro’ partido. Essa é uma diferença grande que ainda hoje é sentida, não posso afirmar se para o bem o para o mau, se para pior ou a melhor, mas na verdade é a história do partido e por isso mesmo pelo fato de sua gênese ali em São Paulo, Brasília, também ter crescido com ingresso de lideranças já constituídas acabam tendo vínculo com as capitais por que já são parlamentares de mandatos, já tem ‘uma certa’ solidez na carreira política, então é um partido que acabou tendo um foco nas grandes cidades, e em Teresina não foi diferente.

Observa-se de acordo como o discurso do presidente do partido que o PSDB apresenta origem urbana, formado por atores constituídos do mundo político tradicional e que atua melhor nos espaços metropolitanos do país. O PSDB, no entanto, apesar de veicular em seu discurso a intenção de representar a dinâmica de contestação oriunda das ruas, suas marcas de origens mais do que dificultam a concretização dessa intenção. Na verdade, pode-se sugerir que a prática do PSDB se identifica com o modelo de democracia elitista, tal como teorizado por Duverger (partido de quadro). Este apresenta como características fundamentais: restrição à participação popular e supervalorização do mecanismo de representação via elites políticas.

Neste espaço é relevante observar a existência do preconceito teleológico e sociológico estabelecido por Panebianco (2005). Percebe-se pelo discurso apresentado que o PSDB não se enquadra dentro da perspectiva do preconceito nos aspectos apresentados. É evidente que essa é uma mácula observada na maior parte dos seus líderes, podendo coexistir exceções, entretanto, de caráter efêmero e que não permite coadunar considerações distintas. Pode-se dizer que o PSDB é um partido de atuação nos grandes centros. Essa característica, segundo o discurso do presidente do partido caracterizou a agremiação, que, porém, afirma desconhecer as consequências deste contexto.

No que tange a institucionalização do partido percebe-se que o PSDB necessita desenvolver os interesses e a lealdade. Para isso a participação em eleições majoritárias em nível estadual seria um elemento importante. Entretanto, apresenta a agremiação muita dificuldade neste aspecto, já que permanece afastado do poder em nível estadual. A distribuição de cargos, por exemplo, seria um método para promover ambos os aspectos.

O presidente deixa claro que existe a falta de um líder carismático, como salientado Panebianco (2005), e tal lacuna dificulta a escalada do partido aos postos do executivo em nível estadual. Essa demonstração, como destaca Panebianco (2005) corresponde uma dificuldade de domínio do ambiente externo. Para observar essa necessidade Marden Menezes exemplifica o Lula do PT, que através de sua liderança carismática imprime ao Partido dos Trabalhadores um desenvolvimento e crescimento importante no país e no estado do Piauí, exercendo, portanto, um controle efetivo do ambiente externo.

Os entrevistados Glória Maria Veras de Sandes Freitas, Antônio Reis Pereira e José Reis Pereira deixam claro que o partido foi criado por dissidência, constituído por membros que buscavam uma nova sigla condizente com seu perfil ideológico. A insatisfação com o PMDB, portanto, foi a propulsão que impulsionou a criação da nova legenda: o PSDB. De acordo com os discursos proferidos o componente ideológico é demarcado pelos

ideais conferidos nas narrativas apresentadas, como por exemplo, o incômodo em participar de uma agremiação, onde o governo estava “mergulhado” em corrupção, além desse aspecto, por exemplo, observa-se nas falas transcritas que os sujeitos, ora mencionados, se preocupavam em estruturar um partido com fundamentação ideológica, com proximidade aos movimentos sociais. O PSDB, entretanto, apresentou dificuldades de fundação, pois não ocorria no período analisado o que Panebianco (2005) intitula de incentivos seletivos materiais e seletivos de *status*, tendo apenas no incentivo de identidade a dinâmica gravitacional para arregimentar membros e constituir a base organizacional mínima exigida pela lei eleitoral. Tal fundamentação também foi mencionada por seu atual Presidente.

Nesse sentido é importante relatar que o PSDB só apresentaria sucesso para o cargo maior do executivo no município de Teresina quatro anos após a sua fundação no estado do Piauí, servindo esse espaço de instrumento para incentivos seletivos materiais e seletivos de *status* para o partido.

Como foi demonstrado na análise de desempenho do partido, o PSDB apresentou durante o período analisado dificuldades em imprimir vitórias no âmbito estadual. Nessa perspectiva procurou-se ouvir os representantes do partido no interior do Estado e verificar as estratégias de mobilização eleitoral anteriores aos pleitos, efetuadas pelo diretório na região aonde atuam. Nesse quesito foram entrevistados Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê)³⁵, Henri Fonseca³⁶ e Pablo Henrique³⁷, indagados sobre esse aspecto, assim responderam respectivamente:

Via de regra fazemos algumas visitas em períodos relevantes na cidade, como festejos, festival trazendo alguma liderança para a região.

Reuniões com os mesmos a fim de falarmos a mesma linguagem.

Reuniões nos bairros/cidades diretamente com o eleitor.

De acordo com os discursos demonstrados verifica-se que ocorre um processo de mobilização eleitoral, denotando que existem ações por parte dos diretórios e seus representantes no eixo aonde atuam. Entretanto, diferentemente de partidos como o PT que atuam permanentemente nos processos de articulação e mobilização, como já demonstrado no capítulo 1, o PSDB distribui ações pontuais, que provavelmente apresentam um nível de eficiência menor no convencimento do eleitor.

³⁵ Entrevista realizada em 30 de setembro de 2013.

³⁶ Entrevista realizada em 15 de outubro de 2013.

³⁷ Entrevista realizada em 17 de outubro de 2013.

Indagados sobre as estratégias com relação aos outros partidos políticos os discursos de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique foram os seguintes, respectivamente:

Antes das eleições tentamos articular, convidar para os eventos, tipo convenção, na tentativa de alianças futuras.

Afinidade ideológica, semelhança de projetos para a cidade entre partidos, nomes bem aceitos pelo povo.

Tentamos agregar o maior número de aliados que comungam da nossa proposta nunca “fechando a porta” para ninguém.

A proposta do PSDB, de acordo com os discursos verifica-se dois tipos de posicionamentos. O primeiro relaciona-se a abertura de alianças com partidos de ideologia afim. Por outro lado, segundo o discurso de Pablo Henrique o partido esta posicionado de forma a aliar-se a qualquer partido. Afirma-se nesse contexto a ausência de uniformidade de discurso, podendo gerar consequências ao partido, com divergência no processo de alianças no âmbito local.

Referentes às estratégias de mobilização do partido junto a eleitores e lideranças comunitárias no período anterior ao pleito, Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, os discursos se pautaram, respectivamente:

As mobilizações ocorrem só no período pré-eleitoral mesmo, não existem estratégias prontas.

Visitas nas comunidades.

Ações nas comunidades a fim de levar à população nossa proposta.

Observa-se pelo discurso uma atuação tímida antes dos pleitos eleitorais, gravitando as ações existentes em expressões pouco dinâmicas, no que se refere à disseminação da ideologia do partido antes dos pleitos eleitorais nas comunidades.

Questionados sobre as estratégias de articulação com outros partidos ou grupos políticos no período eleitoral, no âmbito estadual, Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, apresentaram os seguintes discursos, respectivamente:

Mesmo após as campanhas tentamos de um modo mais tímido e sem tanta força montar os “vinculo” político.

Apresentar o melhor plano de governo para a população.

Durante o período de campanha os partidos aliados tem papel fundamental na composição e mobilização.

Não ocorre uma estratégia mais sofisticada, no que tange a articulação com outros partidos. Os discursos apresentados mostram a falta de um adensamento que melhor estructure a dinâmica do PSDB em relação aos outros partidos políticos, implicando provavelmente em dificuldades de alavancar alianças partidárias mais expressivas.

Referente às dificuldades que o PSDB encontra em seus diretórios para desenvolver ações de mobilização e articulação, anteriores ao pleito eleitoral, as narrativas apresentadas por Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, foram as seguintes, respectivamente:

Não existem programas que facilitem no âmbito municipal a proporção do trabalho, então os mínimos eventos ainda assim são custeados pelo representante local, além de sentirmos muitas dificuldades de trazer as lideranças estaduais ao município.

Empenho maior de todas as lideranças e trabalhar mais pelo coletivo e menos pelo individual.

A legislação possui muitas brechas o que muitas vezes dificulta o trabalho. A estrutura sendo simples e compacta dificulta a mobilização partidária nas comunidades.

Um ponto importante revelado nas narrativas refere-se à questão das lideranças do partido em ingressar seus nomes e popularidade no interior do estado. Tal dificuldade já havia sido relatada pelo presidente do partido e o ex-presidente, sendo uma variável que deve ser observada pelo partido.

Os pesquisados foram indagados há explicitar como definiriam sua fidelidade partidária, assim os discursos apresentados por Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, foram respectivamente:

Até hoje só fui filiado a dois partidos. Então me considero apesar das dificuldades de gerir o PSDB local, relativamente fiel ao meu partido. Apesar de tudo ainda temos muito discretamente a atenção do nosso deputado estadual, acredito que seja isso que nos faz permanecer no partido.

Fidelidade ideológica e posicionamentos nas câmaras municipais e federal, Senado e Assembleias Legislativas.

A fidelidade partidária ela é ideológica, porém, como todo casamento somente funciona se ambos se esforçam para construir um relacionamento sólido, se uma das partes falhar acaba o compromisso.

A análise do discurso das lideranças do PSDB denota certo nível de insatisfação com o PSDB. Observa-se uma fidelidade puramente ideológica, sendo que estruturalmente o elenco sugere uma insatisfação com o partido.

Questionados sobre o assédio de outras siglas partidárias antes e durante o pleito eleitoral junto ao PSDB os discursos de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique foram esses, respectivamente:

No meu município assumimos o PSDB um pouco antes da eleição de Silvio Mendes em 2010 para governador conseguimos a comissão provisória municipal em virtude de ser muito fraca a liderança que representava o partido antes, portanto, acho que não existe tanto assédio ao partido pelo menos, não depois que assumimos.

Todo grande partido é assediado mediante a perspectiva de poder, quando acaba o mesmo, acaba o assédio.

Hoje somos o partido mais procurado para compor uma chapa majoritária.

Existem discursos contraditórios entre os representantes. O primeiro refere-se à ausência ou pouca expressão do partido em relação aos assédios. O segundo discurso, elaborado pelo representante do PSDB em Picos afirma ser uma legenda sitiada.

Sobre a popularidade dos candidatos do PSDB à assembleia e governo do estado apresentadas na região e as dificuldades do partido neste sentido as narrativas de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, foram as seguintes, respectivamente:

Silvio Mendes hoje é muito popular creio que não só na minha região, mas que sabemos que antes dele, não existia uma figura chave do partido e os deputados do partido são relativamente conhecidos, com exceção do nosso que foi o segundo mais bem votado na última eleição.

Sim, são bem recebidos e aceitos pelo povo.

Tentaremos lançar o maior número possível de candidatos que possuem identidade com nossa proposta. A maior dificuldade é que com a atual regra eleitoral temos mais de um candidato concorrendo entre si, por isso, nosso partido é a favor do voto distrital na reforma política.

Observa-se que não ocorre uma dinâmica em relação à quantidade de lideranças conhecidas do partido no interior do Piauí, excetuando o discurso de Henri Fonseca que observa que os candidatos do partido são recebidos e aceitos, entretanto, não citou nomes de lideranças, bem como Pablo Henrique. O Dep. Tererê, no entanto, aposta no nome de Silvio Mendes como popular em sua região, afirmando certa liderança no contexto do PSDB.

Os representantes do PSDB foram indagados sobre sugestões para melhorar a desempenho do partido, assim destacando os discursos de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê), Henri Fonseca e Pablo Henrique, respectivamente:

É necessário que o partido se volte mais para o interior e se faça presente com visitas, com representações, mas deixando informados da situação estadual e até mesmo para um maior crescimento no interior.

Aumento no número de visitas antes e pós-eleições. Realização de seminários e discussões com o povo. Eventos de filiações. Utilizar uma linguagem simples e próxima do povo.

Mais cursos de formação política para construir uma militância forte.

Observando o conjunto dos discursos ou narrativas verifica-se uma dificuldade de representação qualitativa do partido no interior do estado do Piauí. Fica evidente que o partido marca presença quantitativa no interior, entretanto, as estratégias que figuram nas ações do diretório se apresentam frágeis, devido inclusive à falta de uma articulação mais poderosa e presente com a elite do partido, localizada na capital Teresina. É fundamental uma reestruturação neste contexto, e, portanto, o PSDB, caso queira imprimir uma maior representatividade no interior do estado do Piauí teria que esboçar maior interesse de suas lideranças com atuações mais intensas e robustas nessas regiões.

Sobre as dificuldades que o PSDB encontra para projetar-se no âmbito da assembleia legislativa e governo o jornalista Arimatéia Azevedo³⁸ assim narrou:

No Piauí, partido de oposição emagrece. Os quadros paulatinamente aderem ao governo. O PSDB não fugiu à regra. Falta compromisso com a sigla partidária. Hoje, na Assembleia Legislativa a bancada restringe-se a um único deputado. Já teve mais quadros, mas por falta de uma estratégia visando ampliar sua atuação no interior o partido é mais pujante na capital.

De acordo com o jornalista existe uma dificuldade de atuação do partido no interior, fato representado pela direção do partido e seus representantes. Desse modo foi questionado ao jornalista sobre o porquê dessa falta de articulação no interior, assim respondendo:

Criado pelos dissidentes do PMDB, o PSDB do Piauí, embora fale de modernidade, ainda é uma sigla dominada por caciques. Basta ver que a partir do seu nascimento, fechou-se em torno dos grandes centros urbanos, dando pouca atenção para o interior. No Piauí, particularmente, há uma distonia entre os líderes da capital e os

³⁸ Entrevistado 20 de setembro de 2013.

chefes políticos do interior, o que leva até que as lideranças do interior desconfiam das verdadeiras intenções dos políticos de Teresina. A cúpula do partido em Teresina não procura interagir com os do interior. A conquista do poder não significa a participação dos interioranos no governo. A linguagem de um não é entendida pelo outro.

Essa compreensão de partido urbano elitista também foi constituída por seus representantes na capital (Presidente e ex-presidente). Esse modelo de partido urbano e elitizado e seus estigmas provavelmente seria o objeto de fragmentação que o partido deveria realizar, caso queira alavancar candidaturas além da capital Teresina.

Arimatéia Azevedo foi questionado sobre a que deveria essa concentração da elite do PSDB na capital em detrimento de lideranças significativas no interior, assim relatando:

O modelo aplicado pelo PSDB no Piauí é o mesmo de outros Estados. O PSDB se restringe aos grandes centros. E, pior do que isso, não demonstra muito interesse em ser entendido, compreendido, pelas lideranças das pequenas cidades. Despontaram como grandes líderes do PSDB no Piauí, o falecido prefeito Wall Ferraz (que saiu do PMDB), o ex-senador Chagas Rodrigues (antigo PMDB), o prefeito Firmino Filho e o ex-prefeito Silvio Mendes. A não ser a incursão feita ao interior pelo ex-presidente da Sigla, o ex-senador Freitas Neto (antigo PFL) e pelo à época deputado estadual Wilson Martins (atual governador, do PSB), o PSDB pouco avançou no interior. Na política, o partido aparece como fiel da balança em eleições majoritárias, estaduais, mais pelo quinhão de votos da capital que pelo número de prefeitos que detém no interior.

Perpetua-se um modelo de partido homogêneo, trazendo consigo uma cultura ou clima organizacional importado de outras realidades urbanas, não se adequando ao contexto piauiense de fazer política, resultando, portanto, no aprisionamento do partido na capital piauiense.

Indagado sobre sua opinião por que o PSDB apresenta dificuldade de articulação e mobilização no interior do estado, e caso ocorra tal dificuldade quais seriam as dificuldades para modificar sua estratégia de atuação, assim respondeu:

É comum se dizer que no interior do Piauí só existem duas vias na condução da política local. São os remanescentes da Arena (PDS/PFL/DEM) e os do MDB (PP/PMDB). Não há espaço para uma terceira via. O PSDB por se contentar com Teresina, as suas mais expressivas lideranças não demonstram interesse em ser alternativa de poder. Mudar de estratégia somente no período eleitoral não funciona. A rejeição é notória.

Esse discurso encontra fundamento dado os próprios representantes dos diretórios terem afirmado das dificuldades de articulação e mobilização dos líderes do partido

junto aos diretórios, e, principalmente relacionados aos eleitores particularmente de suas comunidades.

Indagado se o PSDB é um partido com dificuldade de diálogo ou ainda para formar alianças fortes e sólidas com outros grupos políticos, Arimatéia Azevedo, assim narrou:

Acontece que a falta de diálogo repousa nas ideias que o partido defende. E nos líderes que fazem a defesa dessas mesmas ideias. As tentativas de diálogo são alimentadas pela desconfiança. Os membros das demais siglas mantêm desconfiança sobre as promessas ou acordos que envolvam o PSDB. A história dessas alianças mostra que nem sempre os acordos – principalmente em relação à formação de equipe, de gestão – são cumpridos pelo lado tucano.

De acordo com Azevedo existe uma falta de ética dos agremiados do PSDB em relação às alianças formadas. De acordo com o discurso apresentado o PSDB apresenta um histórico que atualmente se reveste em dificuldade para forma alianças com outros partidos.

Questionado a definir o discurso do PSDB perante a sociedade (eleitores) e pontuar as dificuldades nos posicionamentos do partido, o discurso de Arimatéia Azevedo foi o seguinte:

O discurso do PSDB nacional é de um Estado mínimo. Prega o fim do “estatismo” e não oferece opções. Fica uma coisa pela outra. O discurso esvazia. Nem governo estatizante e nem Estado mínimo.

Essa questão do discurso do PSDB foi levantada pelo presidente do partido como uma dificuldade não assimilada pelo eleitor, sendo, portanto, um ponto que necessita ser revisto pela cúpula do partido.

Indagado sobre considerar o PSDB um partido elitizado e urbano, Arimatéia Azevedo assim respondeu:

Elitizado, sem dúvidas. As questões urbanas tendo como epicentro o Estado de São Paulo atraem o PSDB. Que não consegue evoluir na busca de uma formação plural que envolva esse Brasil continental, multifacetado.

As nuances apresentadas pelos sujeitos pesquisados apresentam poucas contradições. Os discursos difundidos observam um partido com dificuldade de articulação e mobilização entre seus pares e os próprios eleitores, obstáculos para uma dinâmica partidária favorável a formação de alianças relacionadas a questões históricas de comportamento, adoção de uma cultura organizacional desalinhada com a cultura eleitoral do estado do Piauí, distanciamento de vetor discursivo mais voltado para o social, ausência de uma liderança

nacional carismática e um estigma de partido elitizado e urbano. Tais características imprimem ao PSDB uma necessidade de mudança de perspectiva, tais considerações serão manifestadas nas conclusões desta presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tipologias partidárias desenvolvidas, principalmente nos séculos XIX e XX, por diversos teóricos, configuraram-se, sobretudo, em duas ordens: os partidos oriundos dos movimentos sociais e os partidos de elite - origens que direcionarão o modelo de partido.

No exame de Michels (1982), ocorre o partido político originariamente resultante das massas e que posteriormente se transmuta por uma inabilidade de seus membros em dirigi-lo e tomar decisões, implicando na necessidade de promover lideranças e, a partir daí, líderes compõem uma oligarquia, dando outra identidade à facção, diferenciando-se de seu momento de gênese.

Duverger (1967) divide as agremiações políticas em partidos de massa (movimentos sociais) e partidos de quadro, sendo este promovido por dissidências no parlamento, expressando sua origem burguesa. Panebianco (2005) observa os partidos políticos caracterizados de acordo com a sua organização interna e externa, trabalhando ideias como modelo genético e grau de institucionalização das agremiações.

Otto Kirchheimer (2012) classifica as agremiações políticas em partidos burgueses de representação individual, partidos classistas de massa, partidos de massa denominacionais e partidos do tipo *catch-all*, sendo este último resultado da desintegração dos partidos citados pelo próprio autor, devido ao abandono das ambições de enquadramento intelectual e moral, adotando a flexibilidade como característica para atrair membros de inúmeras correntes filosóficas e políticas. Já Katz e Mair (1993; 1995; 2002) desenvolvem seus relatos sobre partidos políticos atribuindo-os como partidos cartéis, os quais utilizavam o Estado para promover sua sigla.

Nesse contexto, é interessante realçar quais os pontos de intercepto existentes na literatura da ciência política, sobre as bases organizacionais clássicas dos partidos políticos, com as tipologias partidárias da atualidade. Nessa perspectiva, salientam-se algumas reflexões sobre a relação do partido em tela e as estruturas analíticas delineadas ao longo da história pelos autores, aqui demonstrados.

A origem do PSDB foi forjada por dissidência de parlamentares do PMDB, insatisfeitos com a sigla, e nesse espaço, reunindo elementos ideológicos e pragmáticos, criaram o PSDB. O momento histórico vivenciado contribuiu para essa manifestação. A Assembleia Constituinte foi palco de divergências políticas e ideológicas que provocaram o surgimento de inúmeras siglas partidárias, dentre as quais, o PSDB. Logo, pode-se configurar essa agremiação como um partido de quadro, conforme assinalado por Duverger (1967).

Não ocorreram relatos na literatura sobre a afinidade desse partido com algum tipo de movimento social no momento de sua criação, em nível nacional, portanto, o PSDB não poderia ser predicado como um partido de massa. Contudo, na análise de discurso de um dos seus mentores no âmbito piauiense, o entrevistado destaca que na formação das comissões provisórias, no processo de institucionalização do partido, ocorria sim a participação de indivíduos oriundos dos movimentos estudantis e de trabalhadores, por exemplo.

No entanto, as críticas elaboradas por autores, dentre os quais Vieira (2012), aludem à contradição do PSDB de se afirmar como um partido socialdemocrata e não apresentar em sua história de constituição qualquer proximidade com os movimentos sociais, como ocorrido, por exemplo, nos partidos socialdemocratas europeus, que a supracitada autora assinala suas considerações.

O sucesso eleitoral do PSDB nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, nas eleições para a Presidência da República e nos pleitos estaduais, em São Paulo e no Ceará, por exemplo, constituiu a fase áurea do partido. Uma das prováveis variáveis explicativas que assinalaram a sua ascendência, nesse período, foi o sucesso da política econômica para combater a inflação e o *déficit* governamental, orquestrada por Fernando Henrique Cardoso, ainda no governo de Itamar Franco.

A partir dessa escalada no cenário nacional, Fernando Henrique Cardoso tornou-se uma liderança carismática, como relata Panebianco (2005), quando trata das bases organizativas dos partidos políticos, inclusive orientando a percepção do eleitorado sobre esse líder político que promoveu a estabilidade financeira, propiciando a promoção do partido no âmbito das eleições para a presidência do país, bem como a popularização do mesmo em diversos Estados.

A vitória nas eleições para a presidência e o destaque de Fernando Henrique Cardoso nesse contexto, ajudaram no crescimento do partido. Diante dessa perspectiva, pode-se elaborar uma análise a partir da referência de Katz e Mair (1995), que atribuem a sobrevivência dos partidos ao Estado.

No que se refere às questões da base organizativa do partido, viu-se que a literatura sobre o tema é extremamente controversa, estabelecendo o PSDB em vetores ideológicos e pragmáticos.

No estado do Piauí o PSDB surgiu também através da dissidência de parlamentares do PMDB com essa sigla. O Piauí teve participação importante no momento de criação da agremiação, sendo necessário para o reconhecimento do partido em âmbito nacional, junto ao TSE e obediência a lei eleitoral vigente no período.

Os principais mentores da sigla no Piauí explicitam que a agremiação foi constituída no Estado de maneira célere para atender a necessidade de regulamentação dessa sigla no âmbito nacional, que precisaria contar com uma quantidade mínima de diretórios. A arregimentação de membros no Estado para constituir a agremiação política foi caracterizada, segundo os entrevistados, por pessoas que apresentavam alguma inclinação com a sigla social democrata e sua ideologia, entretanto, uma parcela desses elementos ingressariam no partido sem conhecer sua plataforma, por exemplo.

O que se pode concluir sobre a formação do PSDB é que o partido apresentou no seu processo de institucionalização características ideológicas e pragmáticas. Um fato importante refere-se à sua principal liderança nos anos de 1990, Wall Ferraz, que conforme os entrevistados era um político controverso e que não se alinhava com a dinâmica do partido, permanecendo nessa sigla por interesses práticos, a exemplo de sua investida para as eleições de 1992 para a Prefeitura do município de Teresina. Sua filiação ao PSDB, por exemplo, garantiria sua candidatura. Caso fosse para o PDT, como era sua pretensão seria suprimida, conforme destacou os discursos apresentados.

Através de Wall Ferraz e o sucesso eleitoral de seus sucessores na capital piauiense essa sigla permaneceu concentrada no município de Teresina, aonde orbitam suas principais lideranças. Essa manifestação tem explicação provável pelas recompensas financeiras e de status, conforme descritas por Panebianco (2005). Ocorre uma dificuldade desse partido em ampliar sua área de atuação, dificultando, portanto, seu ingresso ao cargo máximo do executivo no estado do Piauí. O desempenho eleitoral desse partido, no âmbito do recorte analisado foi marcado por sucessivas derrotas, sendo que sua participação no poder executivo durante esse período foi secundária, não conseguindo, portanto, a cadeira de governador. Os números apresentados sobre o desempenho eleitoral do PSDB nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 mostram que a agremiação teve pouca participação política no legislativo federal e estadual, condição relevante para a conquista de um governo.

Esse conflito entre a ideologia e o pragmatismo talvez seja uma variável explicativa responsável pelo desempenho pouco exitoso do PSDB, rumo ao governo estadual piauiense. No período em análise observou-se que o PSDB mostrou ser um partido pragmático em momentos não favoráveis à sigla, como por exemplo, ter-se alinhado ao PFL e PT, como já demonstrado, em momentos diferentes, entendidos pelo eleitorado e simpatizantes do partido como concorrentes da sigla social democrata. Outro fato que explica o insucesso eleitoral da agremiação é que as alianças formadas com esses partidos ocorreram em momentos não favoráveis, diferentemente de suas alianças com o PMDB que se

mostraram mais eficientes. Essa postura flexível do PSDB nos estados de São Paulo e Ceará, por exemplo, ocorreram nos momentos certos, tanto as alianças constituídas como os processos de ruptura.

A busca pelo protagonismo político em conjunturas desfavoráveis à sigla social democrata aliado a falta de uma postura mais flexível em momentos adequados e paralelo a isso a concentração das forças políticas no âmbito da capital piauiense propiciaram o PSDB um isolamento que trouxe consigo a falta de um bom desempenho na busca pelo governo no estado do Piauí, corroborando, portanto, com a hipótese dessa pesquisa.

Esse trabalho constitui um estudo sintético do desempenho do PSDB no estado do Piauí. Outras variáveis são necessárias para fundamentar esses resultados, denotando, portanto, a necessidade de pesquisas futuras mais sofisticadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. L. S. **História e Memória da Tv Antares: Práticas de comunicação pública no Piauí.** Disponível em: <file:///C:/Users/PierreCamargo/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Diego%20Lopes%20da%20Silva%20Alves%20(Mestrado%20em%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20UFPI).pdf>. Acesso em 12 fev. 2016.

AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.11-32, mai.-ago. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/38429/26636 >. Acesso em: 20 out. 2015.

ANASTASIA, F; NUNES, F. A reforma da representação. In: AVRITZER, L.; NASTASIA, F. (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

BARBALHO, A. **Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará contemporâneo.** **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.12, n.22, p.27-42, 2007. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/347/211>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política. 1. ed.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. 674 p.

BONFIM, W. L. de S. Contra todas as possibilidades: o primeiro governo petista do Nordeste. **Observa nordeste – Análises de Conjuntura**, Recife, n. 3, dez. 2002. Disponível em:<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003g.pdf >. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:<www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 15 dez. 2015.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>. Acessado em out. 2013.

BRAGA, M. do S. S. Democracia e organização dos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Revista de Sociologia e Política**. v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a07.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

BRASIL. **Estatuto do partido da Social Democracia Brasileira – PSDB** (Com as alterações aprovadas pela XII Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada no dia 5 de julho de 2015, em Brasília, Distrito Federal.) Disponível em: <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/estatuto-atualizado-05-07-2015.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL, **Estatuto do Partido da Social Democracia (PSDB)**, 28 de maio de 2011. Disponível em: <http://static.psdb.org/wp-content/uploads/2016/02/Estatuto%202015_12_final.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3 o ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CROSLAND, C. A. R. **The future of socialism**. Constable & Robinson Ltda, 1977.

CUVILLIER, A. **Introdução à sociologia – os postulados da sociologia (1939)**. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/introducao-a-sociologia-os-postulados-da-sociologia>>. Acesso em: 22 out. 2015.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1951]; UFMG, 2006.

_____. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **Os partidos políticos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Entrevista concedida por AZEVEDO, M. Entrevista I. [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2013. 1 arquivo. (1h.).

Entrevista concedida por FARIAS, D. S. B. Entrevista I. [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2013. 1 arquivo. (1h.).

Entrevista concedida por FONSECA, H. Entrevista I. [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2013. 1 arquivo. (1h.)

Entrevista concedida por HENRIQUE, P. Entrevista I. [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2013. 1 arquivo. (1h.).

Entrevista concedida por REIS FILHO, R. Entrevista I. [jan. 2015]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2016. 1 arquivo. Aplicativo de rede social (40 min.).

Entrevista concedida por REIS, A. Entrevista I. [jan. 2015]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2016. 1 arquivo. Aplicativo de rede social (30 min.).

Entrevista concedida por REIS, J. Entrevista I. [jan. 2015]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2016. 1 arquivo. Aplicativo de rede social (40 min.).

Entrevista concedida por SANDES, G. Entrevista I. [jan. 2015]. Entrevistador: Ricardo Henrique Chaves Martins. Teresina, 2016. 1 arquivo. Aplicativo de rede social (40 min.).

FABER, M. **História dos partidos políticos no Brasil**. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

FERREIRA, A. A. **A lei de anistia e a tortura: impunidade ou igualdade?** Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5298/A-Lei-de-Anistia-e-a-tortura-impunidade-ou-igualdade>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

FIGLIARELLI, D. C. **Dimensões eleitorais do predomínio do PSDB em São Paulo (1994-2010)**. Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014. Disponível em: <<http://conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/IVsem/paper/viewFile/165/119>>. Acesso em: 21 out. 2015.

FREIRE, M. C. P. V. F. & ORDONEZ, M. **História do Brasil**, São Paulo: Ática, 1971.

GARRETT, G. **Partisan politics in the global economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GODIM, L. M. P. **Os "governos das mudanças" no Ceará: um populismo Weberiano**. XIX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7654&Itemid=362>. Acesso em: 15 out. 2015.

GUARNIERI, F. **A força dos partidos fracos** - Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral. 2009. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **A força dos partidos fracos**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100007>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GUIOT, A. P. **Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)**. ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006: Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Andre%20Pereira%20Guiot.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

GUNTHER, R.; DIAOMOND, L. **Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia**. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 1, p. 7-51, 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-2015-volume-4-revista-1-artigo-1-richard-gunther>>. Acesso em: 24 out. 2015.

KATZ, R.; MAIR, P. et. al. **The membership of political parties in European democracies, 1960-1990**. **European journal of political research**, Amsterdam, n. 22, p. 329-345, 1992.

KIRCHHEIMER, O. **A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental**, [Tradução] (2012) Paulo S. Peres, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil. Disponível em: <<http://works.bepress.com/pauloperes/18/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966 – 1969)**. São Paulo: Editora Vértice. **Revista dos tribunais**, 1988.

KITSCHOLT, H. **The Transformation of European Social Democracy**. New York, Cambridge University Press, 1994.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. **Estratégia partidária e preferências dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n. 81, p. 49-67, jul. 2008.

LÖWY, M. **A escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 32, 1992.

MAGALHÃES, A. C.; NUNES, A. S.; ALVES, C. E. **Partidos políticos, partidos catch-all** Disponível em: < <http://www.labtec-cs.net/iscsp/alunos/akademeia/submenu/partidos/Catch.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MAIR, P. Party organizations: from civil society to the State. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (Ed.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies**. London: Sage, 1994.

MAIR, P.; KATZ, R. S. **Organización partidaria, democracia partidaria y la emergencia del partido**. Oxford University e Hopkins University, 2003.

_____(Ed.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London: Sage, 1994.

MANIN, B. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.10, n. 29, out. 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm>. Acessado em: 12 fev. 2016.

MARTINS, A. F. **Modelo organizacional de partidos políticos na Internet: um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores**. 2011. Disponível em: < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Adriane-Martins.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2013.

_____. **Os sites de partidos sob uma perspectiva organizacional: o caso do Partido Democratas**. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/6302126-Os-sites-de-partidos-sob-uma-perspectiva-organizacional-o-caso-do-partido-democratas.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MAUERBERG JUNIOR, A. A organização partidária no Brasil: o caso das comissões provisórias. **Revista Política Hoje**, vol. 22, no 1 (2013). Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewarticle/184>>. acesso em 26 jan. 2016.

MAYER, R. **Os partidos como organizações**: um estudo comparado do PSDB & PT. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Ciência Política) - Departamento de Ciências Sociais, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

MEIRELES, M. R. G. CENDÓN, B. V. **Aplicação Prática dos Processos de Análise de Conteúdo e de Análise de Citações em Artigos Relacionados às Redes Neurais Artificiais**. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/4884/6993>. Acesso em 1 jan. 2014.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985/1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MERKEL, Wolfgang (Ed.). **Entre la modernidad y el postmaterialismo La social-semocracia europea a finales Del siglo XX**. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MOTA, A. **História política do Ceará: 1987-1991**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

MOTTA, P. R. Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. **Rev. adm. empres.** vol.11 no.2 São Paulo Apr./June 1971. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475901971000200015&script=sci_arttext. Acesso em 25 jan. 2016.

MUCINHATO, R. M. D. 2014. Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade**: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014, v. 1, p. 61-88.

NICOLAU, J. **Partidos na República de 1946**: velhas teses, novos dados. Dados vol.47 no.1 Rio de Janeiro 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003. Acesso em 20 jan 2016.

NOBRE, M. C. de Q. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “era Tasso”. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas - SP: Pontes, 2001.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIAUÍ, Tribunal Regional Eleitoral TRE. Disponível em: < <http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acessado em: 15 dez. 2015.

PIAUÍ, Tribunal Regional Eleitoral TRE. Disponível em: < <http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acessado em: 15 out. 2013.

REBELLO, M. M. **Os partidos políticos**: uma evolução de tipologias sob novos contextos. III Seminário de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (2014) Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Artigo-S%C3%A3o-Borja.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

REIS, G. S. Redefinindo a base teórica para o estudo dos partidos social-democratas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 321-339, maio-ago. 2012. Disponível: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/.../11931/8131. Acesso em 20 jan. 2016.

RIBEIRO, P. F. **Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: < www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/186/152 >. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/07.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2016.

ROMA, C. R. **Política de alianças e desempenho eleitoral**: um estudo sobre as estratégias de competição do PSDB, 1988-1998. (2002) Disponível em: < http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=784&Itemid=357>. Acesso em: 22 set. 2015.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de S. **A lógica da formação de governos no Estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

_____, V. E. V. de S. **Alianças partidárias nos Estados brasileiros**: das coligações às coalizões de governo. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

_____, V. E. V. de S. **As Eleições de 2010 no Piauí**: novas possibilidades para o governismo. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observanordestevitor.pdf>> Acesso em 20 jan. 2015.

SARTI. A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, nº. 11, p. 129-137, 1996.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. UNB, Brasília: 1976.

SCHMITT, R. **Partidos Políticos no Brasil (1945 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

SILVA, C. D. P. **A bolha Tucana?** Portalaz, Teresina, 11 jun. 2010. Disponível em: < http://www.portalaz.com.br/coluna/cleber_de_deus/171427_a_bolha_tucana.html>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SILVA, C. D. P. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, C. A. S. CAVALCANTE, M. J. S. **Padrões geográficos das coligações eleitorais no Brasil: Uma Análise Pela Perspectiva Ideológica dos Partidos Políticos - 2002 e 2006**. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8123&Itemid=76. Acesso em 25 jan. 2016.

SILVA, J. C. G. da. Estratégia e organização: os dilemas organizativos da nova esquerda radical. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/politica/article/view/20432/13623>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SILVA, M. Z. et al. Análise Comparativa: organizações do sistema político partidário – PT, DEM, PSDB. **SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, 10.ed, dez. 2011. Disponível em: < <file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/2818-4244-1-PB.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfose das oligarquias**: o caso do Piauí. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S.; ALKMIN, A. C. Análise dos resultados das eleições estaduais de 2010 e as municipais de 2008 e de 2012. In: TELLES, Helcimara (Org.). 2º WORKSHOP NACIONAL. **Como o eleitor escolhe o seu prefeito – As lógicas do voto**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SOUZA, E. C. de. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, E. C. de; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. POA: EDIPUCRS, 2006.

SOUZA, M. do C. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

VEIGA, L. F.; BRAGA, M. S. S. 34 Encontro Anual da ANPOCS ST 23 – **Partidos e sistemas partidários, organização partidária e recrutamento político na esfera local**, 2008. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1579&Itemid=350>. Acesso em: 30 out. 2015.

VIEIRA, S. M. **O Partido da Social Democracia Brasileira**: trajetória e ideologia. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade Estadual do Rio do Janeiro, 2012.

WEBER, M. 1980. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**. Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.

ANEXOS

ANEXO 1

LISTA DOS FUNDADORES DO PSDB NACIONAL – CONFORME ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 24 E 25 DE JUNHO DE 1988: ATA DE 1988

FUNDADOR	ESTADO
Almir José de Oliveira Gabriel	PA
André Franco Montoro	SP
Célio de Castro	MG
Ricardo Furlan Rodrigues	SP
Milton Pereira	SP
José Freitas Nobre	SP
Luiz Carlos Bresser Pereira	SP
José Freitas Nobre	SP
Luiz Carlos Bresser Pereira	SP
José Freitas Nobre	SP
Luiz Carlos Bresser Pereira	SP
José Freitas Nobre	SP
Fábio Feldmann	SP
Guiomar Namó de Mello	SP
Ruyter Vieira Poubel	RJ
Renildo Soares Vilar	MG
Ronaldo de Azevedo Carvalho	MG
Fábio Feldmann	SP
Guiomar Namó de Mello	SP
Ruyter Vieira Poubel	RJ
Renildo Soares Vilar	MG
Ronaldo de Azevedo Carvalho	MG
Claudio de Sena Martins	SP
Antonio Perosa	SP
Geraldo Aleckmin	SP
Luiz Benedicto Máximo	SP
Ester Monteiro da Silva	RJ
Dirce Tutu Quadros	SP
Antonio Rubens Costa de Lara	SP
Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa	SP
Vanderlei Macris	SP
Ruth Corrêa Leite Cardoso	SP
Ziza Valadares	MG
Waldir Alceu Trigo	SP
Afonso Arinos de Melo Franco	RJ
Robson Marinho	SP
Antonio Carlos Tonca Falseti	SP
Rose de Freitas	ES
José Ignácio Ferreira	ES
José Carlos Grecco	SP
Koyu Iha	SP
Carlos Cotta	MG
Cássio Gonçalves	MG
Artur da Távola	RJ
Sílvio Abreu	MG
Mauro Campos	MG

Vasco Alves	ES
Caio Pompeu de Toledo	SP
Joaquim dos Santos Andrade	SP
Carlos Mosconi	MG
Ana Maria Rattes	RJ
Octávio Elísio Alves de Brito	MG
José Roberto Magalhães Teixeira	SP
Eliezer Rizzo de Oliveira	SP
José Edgard Amorim Pereira	MG
Fernando Henrique Cardoso	SP
José Serra	SP
Raymundo Theodoro Carvalho de Oliveira	RJ
Pimenta da Veiga	MG
João Bastos Soares	SP
Mário Covas	SP
José Maria Guimarães Monteiro	SP
José Afonso da Silva	SP
Heloneida Studart Soares	RJ
Maria Laura de Souza Carneiro	RJ
José Duval Guedes Freitas	RJ
Ronaldo Cezar Coelho	RJ
Maria Sílvia Elias Lauandos	SP
Antonio Carlos Mendes Thame	SP
Carlos Heitor Pioli	MG
João Gaspar Rosa	SC
Luiz Eduardo Caminha	SC
Neylor José Toscan	PR
Nelton Friedrich	RS
Therezinha Marcolin Scalco	PR
Deni Lineu Schwartz	PR
Fernando Leça	SP
Euclides Scalco	PR
Vicente Joaquim Bogo	RS
Hermes Zaneti	RS
José Richa	PR
José Paulo Bisol	RS
João Gilberto Lucas Coelho	RS
Tomaz Gilian Deluca Wonghon	RS
Tercília Maria M. Xavier	RS
Vilson Luiz de Souza	SC
Ecléa Terezinha Fernandes	RS
José Cruz Macedo	DF
Saulo Queiroz	MS
Camillo Calazans de Magalhães	DF
Pompeu de Sousa	DF
José Lucena Dantas	DF
Paulo Lacerda	DF
Vera Lucia Barreto Moreira	DF
Maria da Glória da Veiga Moura	DF
Maria de Lourdes Abadia	DF
Volnei Garrafa	DF

Eduardo Jorge Caldas Pereira	DF
Maria Delith Balaban	DF
Sergio de Otero Ribeiro	DF
Francisco Mariano da Rocha de Souza Lima	DF
Valter Rodrigues Veloso	DF
José Aristides de Moraes Filho	DF
Sigmaringa Seixas	DF
Geraldo Campos	DF
José Roberto Bassul Campos	DF
Juarez Marques Batista	MS
Leonardo Nunes da Cunha	MS
Jayme Santana	MA
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	PI
Paulo de Tarso Tavares Silva	PI
Sérgio Longman	PE
Moema São Thiago	CE
José Oliveira Costa	AL
Virgildásio de Sena	BA
Cristina Tavares	PE
Amarilio Proença de Macedo	CE
Leonardo Nunes da Cunha	MS
Renan Calheiros	AL
Carlos Antonio Costa Brandão	BA
Humberto Costa Brandão	BA
Carmelito Barbosa Alves	BA
José Guedes	RO
Odaisa Fernandes Ferreira	RO
Beth Azize	AM

APÊNDICES

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL
E
COMPROMISSO ÉTICO DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

Pelo presente documento, eu **Entrevistado(a)**: _____

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/n^o./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____, **declaro ceder ao (à) pesquisador(a):** Ricardo Henrique Chaves Martins, CPF: 709773723-91, RG: 1285907 SSP/PI, domiciliado no conjunto Bela Vista II quadra 58 casa 5 no município de Teresina (PI), CEP: 64030-100, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí com o título “PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB) NO ESTADO DO PIAUÍ: UM ESTUDO DE SEU DESEMPENHO ELEITORAL NO PERÍODO DE 1988 A 2010”.** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. **O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento, identificando minha fala com nome ou símbolo relacionados à minha verdadeira identidade.**

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____

 (assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O JORNALISTA POLÍTICO

- 1 Na sua opinião, quais as dificuldades que o PSDB encontra para se projetar no âmbito da assembleia legislativa e governo de estado?
- 2 O senhor considera o PSDB um partido pouco articulado no interior do estado? Por que?
- 3 Na sua opinião, a que se deve essa concentração da elite do PSDB na capital, em detrimento de lideranças significativas no interior?
4. Na sua opinião, por que o PSDB apresenta dificuldade de articulação e mobilização no interior do estado? Se sim, por que não modifica sua estratégia de atuação?
- 5 O PSDB é um partido com dificuldade de diálogo ou ainda para formar alianças fortes e sólidas com outros grupos políticos? Por que?
- 6 Como senhor define o discurso do PSDB perante a sociedade (eleitores). Quais dificuldades o senhor verifica nos posicionamentos do partido? Existe um posicionamento?
- 7 O senhor consideraria o PSDB um partido elitizado e urbano? Por que?
- 8 Como o Sr. avalia o contexto político do surgimento do PSDB no Piauí?
- 9 Na sua opinião, o PSDB surge no Piauí com quais características?
- 10 Como o Sr. avalia o tipo de campanhas feitas pelos candidatos na história do PSDB no Piauí?
- 11 Como o Sr. caracteriza o perfil das principais lideranças do PSDB piauienses?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAR OS REPRESENTANTES DO PSDB NOS MUNICÍPIOS

- 1 Pontue objetivamente as funções do diretório no município de Teresina e região.
- 2 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, anteriores aos pleitos eleitorais³⁹, na região e no âmbito estadual?
- 3 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, anteriores aos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 4 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, nos pleitos eleitorais⁴⁰, na região e no âmbito estadual?
- 5 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, nos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 6 Quais as dificuldades encontradas pelo diretório para desenvolver ações de mobilização e articulação anteriores ao pleito e durante o pleito? Pontue.
- 7 Como o (a) senhor (a) define sua fidelidade partidária ao PSDB?
- 8 Como o (a) senhor (a) classificaria o assédio de outras siglas ao PSDB no período anterior aos pleitos eleitorais e durante os pleitos eleitorais? Descreva.
- 9 Os candidatos do PSDB à assembleia e governo do estado apresentam popularidade na região? O (a) senhor (a) observa alguma dificuldade do partido neste sentido na região?
- 10 Aponte sugestões para melhorar a performance do partido.

³⁹ Período antes da campanha.

⁴⁰ Período antes da campanha.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAR OS REPRESENTANTES DO PSDB PIAUIENSE

- 1 Pontue objetivamente as funções do diretório.
- 2 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, anteriores aos pleitos eleitorais⁴¹, na região e no âmbito estadual?
- 3 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, anteriores aos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 4 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, nos pleitos eleitorais⁴², na região e no âmbito estadual?
- 5 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, nos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 6 Quais as dificuldades encontradas pelo diretório para desenvolver ações de mobilização e articulação anteriores ao pleito e durante o pleito? Pontue.
- 7 Como o (a) senhor (a) define sua fidelidade partidária ao PSDB?
- 8 Como o (a) senhor (a) classificaria o assédio de outras siglas ao PSDB no período anterior aos pleitos eleitorais e durante os pleitos eleitorais? Descreva.
- 9 Os candidatos do PSDB à assembleia e governo do estado apresentam popularidade na região? O (a) senhor (a) observa alguma dificuldade do partido neste sentido na região?
- 10 Aponte sugestões para melhorar a performance do partido.

⁴¹ Período antes da campanha.

⁴² Período antes da campanha.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAR OS REPRESENTANTES DO PSDB PIAUIENSE

- 1 Pontue objetivamente as funções do diretório.
- 2 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, anteriores aos pleitos eleitorais⁴³, na região e no âmbito estadual?
- 3 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, anteriores aos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 4 Quais as estratégias de mobilização eleitoral (eleitores e lideranças comunitárias) efetuadas pelo o diretório, nos pleitos eleitorais⁴⁴, na região e no âmbito estadual?
- 5 Quais as estratégias de articulação (outros partidos ou grupos políticos) com os pares efetuadas pelo diretório eleitoral, nos pleitos eleitorais, na região e no âmbito estadual?
- 6 Quais as dificuldades encontradas pelo diretório para desenvolver ações de mobilização e articulação anteriores ao pleito e durante o pleito? Pontue.
- 7 Como o (a) senhor (a) define sua fidelidade partidária ao PSDB?
- 8 Como o (a) senhor (a) classificaria o assédio de outras siglas ao PSDB no período anterior aos pleitos eleitorais e durante os pleitos eleitorais? Descreva.
- 9 Os candidatos do PSDB à assembleia e governo do estado apresentam popularidade na região? O (a) senhor (a) observa alguma dificuldade do partido neste sentido na região?
- 10 Aponte sugestões para melhorar a performance do partido.

⁴³ Período antes da campanha.

⁴⁴ Período antes da campanha.